



1762

1844

1963

PARNAÍBA

Copyright © Adrião Neto

Capa:

Brasão das armas municipais de Parnaíba estampado no centro de uma moeda, tendo ao fundo a Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça e o Sobrado do Mirante.

O Brasão de Parnaíba (principal elemento desta capa) é uma reprodução autêntica do brasão desenhado na lápide do túmulo de Simplício Dias da Silva. Foi instituído oficialmente pela Lei nº 256, de 7 de setembro de 1963, sancionada pelo prefeito municipal Dr. Lauro Correia.

Design da capa:

Rafael Nolêto

Ilustrações:

Márcio de Azevedo Alves e outros

Programação visual, revisão e diagramação:

Antonio Soares (@a.f.soares)

Impressão:

Editora Siart

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Catalogação na Fonte

José Neto, Adrião.

J83p PHB – Retalhos Históricos: a outra face da moeda - vol. 2
/ Adrião José Neto. – 1. ed. – Teresina: Siart, 2024.
252 p.: il.

ISBN 978-65-01-17726-7

1. Piauí – História 2. Parnaíba – História 3. Piauí Colonial
4. Piauí – Política 5. Famílias Piauienses 6. Piauí – Biografia 7. Personalidades históricas 8. Folclore I. Título

CDD – 981.22

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

Todos os direitos reservados. De acordo com a Lei nº. 9.610, de 19/02/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma, por meio eletrônico ou mecânico, sem prévio consentimento do autor.

E-mail: adriajneto@hotmail.com

WhatsApp: (86) 9.9986-0573

O primeiro dever do historiador é não trair a verdade, não calar a verdade, não ser suspeito de parcialidades ou rancores.

(Cícero)

Mais vale a verdade do que todos os artifícios mirabolantes e subterfúgios, que escondem a realidade sobre o manto diáfano dos diletantes e bem dizentes. A experiência de voltar a viver as misérias e virtudes do passado é mais forte que a vontade de esquecer.

(António Neto de Paula)

O bom historiador não pertence a nenhum tempo nem a qualquer país; embora ame a sua pátria, não a lisonjeia em nada.

(Fénelon)

A última palavra da história não é a derradeira, mesmo porque a história se faz das histórias que se repetem.

(autor desconhecido)

O tempo passa, as pessoas desaparecem, mas a história fica, testemunha sempre presente.

(Maria Luíza Motta de Menezes)

Um livro de memórias não pode ter fim. A vida continua, novos fatos vão acontecendo, muitos outros não foram contados.

(Homero Castelo Branco)

A historiografia oficial é tendenciosa, não retrata totalmente o verdadeiro. Por outro lado, a oralidade, nem sempre traduz o original, haja visto a passagem de sucessivas gerações.

(José Almeida)

Para Fátima, Adrisa, Adrício, Adryann, Caleb, Phyetro e Aruna – esposa, filhos e netos –, com carinho.

Para os manos Raimundo, Chagas, Maria, Francisca, Nazaré, Bertulina, Teresinha e Fátima, com carinho.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Arauto do Piauí: Adrião Neto	13
Apresentação.....	15

Primeira parte

1 – Contexto histórico, político e sociológico do Piauí colonial.....	19
1.1 – A ferro e fogo	19
1.2 – Uma pedra no sapato.....	23
1.3 – Briga de cachorro grande.....	26
1.4 – Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat da Parnaíba.....	34
2 - O atentado ao rei e a instalação da capitania do Piauí.....	39
3 - A criação e instalação das primeiras vilas do Piauí.....	43
4 - Os protagonistas do desbravamento do norte do Piauí e o entrelaçamento de suas famílias	49
4.1 - Gomes do Rego	49
4.2 - Gomes do Rego e Castelo Branco.....	51
4.3 - Gomes do Rego, Castelo Branco e Carvalho de Almeida.....	52
4.4 - Abreu Bacelar.....	58
4.5 - Os dois Luís Carlos: pai e filho.....	59
4.6 - Lopes da Cruz.....	62
4.7 - Álvares Ferreira / Ferreira de Veras.....	64
4.8 - João Paulo Diniz, o pioneiro da indústria de charque no Piauí	67
4.9 - Os Pires Ferreira do Piauí	69
4.10 - Domingos Dias da Silva, um dos marcos da história da economia do Piauí	72
4.11 - Silva Henriques.....	75
4.12 - Os Miranda.....	77
5 - Um pouco mais sobre Domingos Dias da Silva.....	81

6 - Luta pela criação da alfândega e os problemas com o fisco real.....	88
7 - A igreja e a escravidão em Parnaíba.....	95
8 - As fivelas de ouro.....	99
9 - Um golpe de mestre	105
10 - O cacho de bananas de ouro	110
11 - Peripécias do destino	114
12 - O tesouro perdido de Nicolau de Rezende.....	123

Segunda parte (Personalidades)

1 – Retalhos biohistoriográficos de Simpício Dias da Silva, o todo-poderoso senhor da Parnaíba.....	129
2 - Capitão Antonino Ferreira, o outro irmão de Simplício Dias	140
3 – Miranda Osório.....	143
4 - Leonardo das Dores, o poeta revolucionário	146
5 - Ovídio Saraiva de Carvalho E Silva, autor da primeira letra do Hino Nacional Brasileiro.....	149

Alguns elementos de composição do consagrado em confronto com a mundanidade para a elaboração eterna de Domingos de Freitas

157

Terceira parte

Folclore	187
El Ramanaian, o cavalo de Simplício Dias que teria sido enterrado na igreja matriz de Parnaíba	189
Proposta para inscrição dos nomes do coronel Simplício Dias da Silva, do alferes Leonardo de Carvalho Castello Branco e de outros protagonistas do Movimento Separatista de 1822/1823, no livro “Heróis e Heroínas da Pátria”	195
Adrião na terra de Platão	197
Introdução biográfica.....	199
Homenagem ao amigo Adrião Neto (ouro da literatura piauiense)	

.....	199
Dados biográficos do autor	201
Ponderações	207
Biografia do professor Francisco Newton Freitas: coautor do capítulo sobre o padre Freitas de Piripiri	231
Dados biográficos dos colaboradores	233
Bibliografia	247

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão ao professor e empresário João Batista Mendes Teles, do Instituto AMOSTRAGEM, Teresina, (PI), pelo incentivo e apoio cultural para à edição desta obra.

Minha gratidão ao professor, escritor e empresário Dr. Valdeci Cavalcante, pelo incentivo e apoio cultural à edição desta obra.

Meus agradecimentos aos escritores José Luiz de Carvalho – presidente da Academia Parnaibana de Letras, Reginaldo Pereira do Nascimento Júnior – presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba, e ao jornalista Arlindo Ferreira Gomes Neto – Superintendente de Cultura do Município de Parnaíba, pelas valiosas informações e pelo significativo apoio institucional.

Meus agradecimentos ao professor e escritor Francisco Newton Freitas, coautor do capítulo sobre o Padre Freitas de Piripiri, pela honrosa parceria.

Meus agradecimentos ao escritor, designer gráfico, ilustrador, escultor e artista plástico Rafael Nolêto, autor do design da capa deste livro, pela honrosa parceria.

Meus agradecimentos ao músico, cantor, compositor, artesão e artista plástico Márcio de Azevedo Alves, autor da maioria das ilustrações deste livro, pela gratificante parceria.

Meus agradecimentos aos escritores Antenor Rêgo, Camilo Martins, Des. José James Gomes Pereira, Francisco de Almeida, Homero Castelo Branco, Inácio Marinheiro de Oliveira, João Câncio Ferreira Filho, José Henrique de Oliveira Freitas, José Ribamar Garcia, Luciano Rezende, Maria Fernanda Brito do Amaral, Milton Borges e Ramon Vieira, pela amizade e incentivo.

Meus agradecimentos ao historiador Vicente de Paula Araújo Silva (Potência), pelas preciosas informações e valioso apoio logístico.

ARAUTO DO PIAUÍ: ADRIÃO NETO¹

Esse é o título do ensaio literário constante nas páginas 69/71, do “LIVRO SOBRE LIVROS” - volume 5, do escritor catarinense ENÉAS ATHANÁZIO, editado pela Editora Minarete, SC, em 2024.

ENÉAS destaca que “em cada livro ADRIÃO NETO entoa um hino de louvor ao Piauí” e que “LENDAS E MITOS, POEMAS E OUTROS TEXTOS” é “um verdadeiro compêndio sobre o Piauí”, ressaltando ainda que o conjunto de “sua obra é importante fonte documental pela qual ADRIÃO NETO bem merece o título de ARAUTO”.

De fato, ADRIÃO NETO é um escritor, historiador, romancista, dicionarista incansável em divulgar o Estado do Piauí, o que faz por amor e às suas próprias expensas.

Seu “DICIONÁRIO BIOGRÁFICO: ESCRITORES PIAUIENSES DE TODOS OS TEMPOS”, tornou-se um clássico, usado em teses acadêmicas, como fonte, inclusive, pela “ENCICLOPÉDIA DE LITERATURA BRASILEIRA”, editada pela ABL, Academia Brasileira de Letras, organizada por Afrânio Coutinho e J. Galante, 2ª edição, atualizada por Graça Coutinho e Rita Moutinho. Nessa “enciclopédia”, os autores piauienses evidenciados por ADRIÃO ganharam destaques em verbetes.

ADRIÃO NETO é um dos mais importantes divulgadores do Piauí e de sua literatura. Suas obras vencem as fronteiras do Estado, do Brasil e passeiam por vários países.

Além do mais, a ele devemos também o feito de ser “o autor da ideia da inclusão da data histórica da Batalha do Jenipapo na Bandeira do Piauí e da proposta exitosa para homenagear, com estátuas, os vaqueiros e

¹ José Ribamar Garcia, jurista, romancista, contista, cronista e ensaísta, membro da Academia Piauiense de Letras e de várias outras instituições culturais.

roceiros no Monumento Nacional do Jenipapo, em Campo Maior (PI), onde a Academia Campomaiorensense de Ciências, Artes e Letras afixou duas placas alusivas a esses eventos, incluindo citação do seu nome”.

APRESENTAÇÃO

PHB – RETALHOS HISTÓRICOS, A OUTRA FACE DA MOEDA, volumes I e II, é a continuação de um projeto cultural constituído por várias obras, que têm como principal objetivo o resgate, o estudo, a divulgação e a valorização do Piauí em todos os seus aspectos.

É o resultado de um trabalho de garimpagem no subterrâneo da História de Parnaíba, onde existe uma mina à espera de outros garimpeiros.

Dentre outras obras desse importante projeto cultural de estudo, divulgação e valorização do Piauí em todos os seus aspectos, que ficarão como um legado para a posteridade, vale destacar: “Raízes do Piauí” (2005 e 2010), romance histórico; “Dicionário Biográfico Escritores Piauiense de Todos os Tempos” (1993 e 1995), ensaios biobibliográficos; “Literatura Piauiense para Estudantes” (onze edições), obra de cunho didático; “Geografia e História do Piauí para Estudantes - da Pré-História à Atualidade” (seis edições), obra de cunho didático; “Lendas e Mitos, Poemas e Outros Textos” (2023), folclore e algumas sugestões para coroar as comemorações do bicentenário do Movimento Separatista do Piauí; “Parangolé” (2011 e 2012), romance histórico; e “A Epopeia do Jenipapo” (2005 e 2006), história do movimento separatista do Piauí e da nossa luta vitoriosa para inserir a data histórica da Batalha do Jenipapo (13 de março de 1823) na Bandeira do Piauí.

Nesse rol, podemos incluir também a elaboração dos acréscimos e atualizações do “Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí”, de Cláudio Bastos, editado em 1994 e o livro “Homenagem aos Vaqueiros e Roceiros, o Reconhecimento que Faltava” (2017), coletânea com registros históricos da inauguração das estátuas em homenagem aos vaqueiros e roceiros, no Monumento Nacional Heróis do Jenipapo – um importante projeto que tive a honra de idealizar e lutar por sua execução.

PHB – RETALHOS HISTÓRICOS, A OUTRA FACE DA MOEDA, volumes I e II, é mais uma contribuição para esse projeto, que não poderia deixar de ressaltar a História de Parnaíba, especialmente em relação aos fatos e acontecimentos sórdidos, que ninguém gostaria de revelar.

O autor

1770
1933

PHB - RETALHOS HISTÓRICOS



1762 1844 1963

PARNAÍBA

A OUTRA FACE DA MOEDA - VOL. 2

ADRIÃO NETO

1 – CONTEXTO HISTÓRICO, POLÍTICO E SOCIOLOGICO DO PIAUÍ COLONIAL

1.1 – A Ferro e Fogo¹



(Desenho: Márcio Azevedo)

O espaço geográfico do Piauí Colonial era o habitat natural de algumas nações indígenas de várias etnias, onde inúmeras tribos vivam em paz e raramente guerreavam entre si, mas desde quando o colonizador português começou a penetrar na hinterlândia piauiense, a população nativa perdeu o sossego.

A conquista e a ocupação do seu solo foram feitas a ferro e fogo, com o derramamento muito sangue.

As suas terras, de campos férteis, propícios para a criação de gado, eram o motivo de cobiça dos bandeirantes, fazendeiros, sertanistas e demais aventureiros, que se-

guindo o rastro das boiadas iam plantando currais, sítios e fazendas.

A posse da terra, disputada palmo a palmo, em luta sangrenta com os índios – seus legítimos e verdadeiros donos, – depois era oficializada por meio de sesmarias, de enormes faixas de terra concedidas pelo poder público, ora de Pernambuco, ora da Bahia, ora do Maranhão e Grão-Pará, vez que, naquele tempo, reinavam a anarquia e a desordem político-administrativa.

¹ Este capítulo contém parte de transcrição e/ou copidescagem de conteúdos do romance **Raízes do Piauí**, de nossa autoria.

Junto com os desbravadores da estirpe de Domingos Jorge Velho, Francisco Dias d'Ávila (II), Domingos Afonso Mafrense, Bernardo de Carvalho e Aguiar, Bernardo Pereira Gago, Julião Afonso Serra e outros, vieram também os aventureiros da raia miúda que desejavam enriquecer na nova fronteira agropecuária permeada de rios de vales férteis e de excelentes pastos.

No afã de se instalarem no novo Eldorado, os conquistadores davam as mãos para lutar contra os verdadeiros donos da terra, que, apesar de resistirem bravamente, terminavam capitulando. No entanto, além da luta de todos contra os índios, constituindo o interesse comum, havia também uma luta interna dos posseiros e arrendatários contra os sesmeiros, que, por força da violência lhes impunham altas taxas pelo cultivo das terras.

Mesmo resistindo bravamente, os índios, sem dispor do mesmo poderio bélico e das táticas de guerra dos conquistadores, iam recuando e cedendo espaço, que de imediato passava a ser ocupado por currais, sítios e fazendas, contribuindo assim para a formação de grandes latifúndios.

Nessa fase, em que podemos denominar *guerra da conquista do território*, os índios, aos poucos, iam sendo dominados, presos e escravizados. Eram vendidos na região açucareira do Nordeste ou incorporados às tropas dominantes para combater o próprio irmão.

Num segundo momento da colonização, não satisfeito em apenas usurpar as terras dos seus verdadeiros donos, os desbravadores, passando a contar com o apoio oficial, partiram para a guerra de extermínio, para fazer a *limpeza* do espaço geográfico piauiense.

Tanto os sesmeiros como os fazendeiros e os demais invasores tinham todo o interesse no aniquilamento das tribos, que resistiam contra a penetração dos currais e das fazendas no solo piauiense.

Encarando-as como belicosas e nocivas aos seus interesses, os *desbravadores* declaravam a guerra de extermínio contra todas as nações indígenas que habitavam as terras do Piaguhy.

E, antes mesmo da instalação da nossa Capitania, o governo português, representado pelas autoridades governamentais do Maranhão, organizou várias expedições militares para combater os nossos índios.

Mas, apesar dos revezes, os índios não cediam o seu território tão facilmente. Esboçavam reações. Lutando isoladamente ou confederados, causavam baixas, danos e enormes prejuízos ao conquistador.

Não raro, invadiam fazendas, cometiam assassinatos dos proprietários, criados, escravos e vaqueiros. Dizimavam os rebanhos, se apropriavam das armas de fogo e depois queimavam as casas e as plantações.

Era uma verdadeira guerra, com atrocidades de ambos os lados.

Domingos Jorge Velho, Simão Jorge Velho, Domingos Afonso Mafrense, Julião Afonso Serra, Bernardo Pereira Gago, Francisco Dias d'Ávila (II) – o todo-poderoso senhor da Casa da Torre – e muitos outros aventureiros, travaram memoráveis guerras contra inúmeras tribos do Piauí com o fito de estender os seus domínios.

Apesar de algumas vitórias dos índios, resultando na morte de inúmeros aventureiros, os conquistadores quase sempre levavam vantagem. Os prisioneiros de guerra eram incorporados às suas tropas e, com a ajuda deles, aniquilavam outras tribos, e iam implantando dezenas e dezenas de fazendas.

Mesmo diante da inferioridade das armas e das várias derrotas, com inúmeras baixas e dos aldeamentos, onde eram tratados como escravos, padeciam de fome e de maus-tratos, os silvícolas, que às vezes guerreavam entre si, na adversidade se solidarizavam com as tribos rivais, sustentando a luta e tirando o sossego do conquistador que, apesar do grande poder ofensivo e das inúmeras vitórias, jamais se sentiu em paz.

Foi nesse contexto de grande violência iniciada com a guerra da conquista, que depois se transformou em guerra de extermínio, que ocorreu Levante Geral dos Tapuias do Norte, comandado por Mandu Ladino – uma espécie de Salvador dos Desvalidos, que, reunindo tribos inimigas do Piauí, Ceará e Maranhão, formou uma grande nação de índios rebeldes para enfrentar os conquistadores.

E, sob sua liderança, os índios, exteriorizando seus recalques, ódios e sofrimentos, assaltaram as tropas de mestre-de-campo Souto Maior, acabando com ele e com quase todo o seu contingente militar e passando a agir do Baixo Parnaíba ao extremo sul do Maranhão e Ceará. Criou-se um permanente estado de guerra em toda a região.

Após sucessivos saques praticados nas fazendas, massacrando rebanhos e pessoas, queimavam casas e plantações e se apoderavam das armas e cavalos, passaram a enfrentar os poderosos, com grande poder de fogo. Causando incalculáveis prejuízos para a economia regional e uma enorme ameaça para a estabilidade política, o que provocou a cólera do governo, dos bandeirantes e da Casa da Torre, que passaram a combater a indiada.

Com sua cabeça posta a prêmio, o grande líder terminou morrendo em luta contra as tropas do comissário-geral de cavalaria Manoel de Carvalho Almeida, ocorrida em 1717, no Porto dos Barcos, na Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat, onde depois foi instalada a Vila de São João da Parnaíba.

O desaparecimento de Mandu Ladino trouxe a pacificação da região norte, mas o seu nome transformou-se em verdadeiro mito.

1.2 – Uma Pedra no Sapato²



(Desenho: Márcio Azevedo)

Conforme já relatei no romance histórico *Raízes do Piauí*...

No afã de se instalarem no novo Eldorado, os conquistadores davam as mãos para lutar contra os verdadeiros donos da terra, que, apesar de resistirem bravamente, terminavam capitulando.

Além da luta de todos contra os índios, constituindo o interesse comum, havia também uma luta interna dos posseiros e arrendatários contra os sesmeiros, que, por força da violência lhes impunham altas taxas pelo cultivo das terras.

Foi nesse cenário, marcado por grande violência entre índios, fazendeiros, sesmeiros e posseiros, que em 1711, após uma longa viagem feita em lombos de mulas, chegaram ao Piauí os padres Manoel da Costa e Matias Francisco, para, em nome da Companhia de Jesus, tomarem posse da fortuna legada por Mafrense, constituída por um enorme latifúndio, com vinte e nove fazendas e cerca de cinquenta sítios, contendo milhares de cabeças de gado vacum e cavalar e um número expressivo de escravos.

De posse dos bens legados por Mafrense, os padres da Companhia de Jesus acumularam riqueza e poder, passando a interferir nas ações governamentais, tornando-se desde o início e durante toda permanência no Piauí numa incômoda pedra no sapato das autoridades locais.

Contando com a benevolência de Dom João V – amigo e protetor de todas as ordens religiosas instaladas em Portugal e em seus domínios –, nada abalava o prestígio e o poder dos jesuítas, que a cada dia se consolidava mais fortes.

² Este capítulo contém parte de transcrição e/ou copidescagem de conteúdos do romance histórico **Raízes do Piauí**, de nossa autoria, publicado em 2010.

A imensa fortuna e os privilégios concedidos pelo rei deram-lhes prestígio e poder a ponto de serem considerados os donos da situação.

E assim, acobertados pela proteção real e pelo véu da religião, que encobria a indisfarçável hipocrisia, passaram a cometer toda a sorte de arbítrios.

Eram a própria lei. Mandavam e desmandavam em tudo e em todos. Colocavam o povo contra as autoridades constituídas. Incitavam os índios contra os colonizadores, que pudessem usurpar as suas terras e contra toda e qualquer pessoa que, de uma forma ou de outra, pudesse contrariar os seus interesses.

Tinham tanto prestígio e poder a ponto de usar dos mais diversos expedientes para bloquear as ações governamentais, especialmente as que visavam a cobrança de impostos.

Eram useiros e vezeiros em incentivar a sonegação.

Certa vez, quando o governo aumentou a taxaço sobre a exportação de gado, eles, indignados, passaram a incentivar a sonegação e, como se não bastasse, insuflaram os fazendeiros para suspender a venda das boiadas e mandaram interditar as estradas para Pernambuco, Bahia e Minas Gerais.

Enquanto o governo local, na condição de Capitania Subalterna do Maranhão, tentava receber o novo tributo, os jesuítas, mais uma vez, mostrando que tinham prestígio, conseguiram por intermédio do Conde de Sabugosa, vice-rei do Brasil, que o rei isentasse os bens da Companhia de Jesus de todo e qualquer imposto.

Por várias vezes desmoralizaram as autoridades, mostrando quem realmente tinha prestígio e poder.

Intervinham em todos os negócios do governo, chegando inclusive a fazer oposição à instalação da vila do Mocha, criada pela Carta Régia de 30 de junho de 1712, que também instituiu o Senado da Câmara e criou os cargos de juizes, vereadores, almocatés, provedor e escrivão. Pois, para eles a presença do poder público limitava os seus poderes.

De posse do legado de Mafrense os jesuítas vinculados ao Colégio da Bahia, acumularam riqueza e poder, passando a mandar e desmandar em tudo e em todos.

Enquanto a arrecadação local se constituía de ninharias e Mendonça Furtado capitão-general e governador do Grão-Pará e Maranhão, mendigava recursos na Corte para dar andamento aos seus projetos, os jesuítas gozavam da isenção de impostos e, como se não bastasse, exibiam uma fabulosa riqueza, ostentando poder e uma desmedida ambição política.

Para se ter uma ideia, somente na Ilha do Marajó possuíam mais de 100 mil cabeças de gado e, além das fazendas, tinham engenhos e várias outras propriedades; no Rio de Janeiro, somente na fazenda Santa Cruz, com 100 léguas quadradas, tinham cerca de mil escravos trabalhando; no Piauí, o fabuloso patrimônio legado por Mafrense crescia vertiginosamente, com a aquisição de novas fazendas, perfazendo um total de 39, situadas numa área de 145 léguas de comprimento por 71 de largura, contendo mais de 50 mil cabeças de gado e quase 3 mil cavalos e bestas, além de cerca de 500 escravos.

Eles possuíam enormes latifúndios em várias regiões do Brasil e, além das atividades religiosas que ficavam em segundo plano, administravam uma operação comercial de grande monta, envolvendo a venda de açúcar, arroz, feijão, farinha, azeite de andiroba, manteiga de tartaruga, milho, algodão, bem como carnes e peixes salgados, para outras capitânicas, para Portugal e para outros países, feitos principalmente através do porto de Belém.

Somente no Piauí, a venda anual para as Capitânicas da Bahia, de Pernambuco e de Minas Gerais atingia a casa de 1200 bois.

Em todo lugar comentava-se sobre a riqueza dos jesuítas, o que, de certa forma causava inveja aos seus adversários, especialmente a Mendonça Furtado, que, na condição de capitão-general e governador, sentia-se inferiorizado pelo poder econômico da Companhia de Jesus.

Eles realmente tinham muito poder e prestígio na capitania e no Reino, onde também tinham amigos poderosos; colocavam-se acima de tudo e de todos e agiam sempre ao arrepio da lei, no entanto depois da morte do velho monarca, que falecera nos braços do padre Gabriel Malagrida, seu amigo e fiel confessor, as coisas tomaram outro rumo.

1.3 – Briga de Cachorro Grande³



(Desenho: Márcio Azevedo)

Com o falecimento do rei dom João V, ocorrido seis meses após o Tratado de Madrid, que definiu grande parte da fronteira do Brasil, Dom José I foi aclamado novo rei de

Portugal, cuja coroação ocorreu em 7 de setembro de 1750.

A pedido da rainha-mãe, que queria agradar a uma amiga, o rei recém-empossado nomeou o ex-diplomata de Portugal em Viena, Sebastião José de Carvalho e Melo, para ocupar a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

Assim que assumiu a pasta, respaldado pelo Rei, o pragmático secretário Carvalho e Melo, se voltou contra o clero, especialmente contra os jesuítas.

Em sua investida Carvalho e Melo, que, por força de sua inteligência e lealdade, posteriormente seria contemplado com os títulos nobiliárquicos de Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, retirou todos os privilégios

³ Este capítulo contém parte de transcrição e/ou copidescagem de conteúdos do romance histórico **Raízes do Piauí**, de nossa autoria, publicado em 2010.

da Igreja. Proibiu o Santo Ofício de perseguir os cristãos-novos (judeus convertidos) e acabando de vez com a terrível discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos, pois entendia que a perseguição e expulsão dos judeus atrofiaria o desenvolvimento de Portugal.

Preocupado com a estabilidade política, econômica e social do reino, o poderoso secretário – cognominado de o Déspota Esclarecido – percebendo que a Companhia de Jesus se expandia pela principal colônia, onde, robustecida mandava e desmandava em tudo, transformando-se numa espécie de Estado dentro do Estado, tratou logo de impor limites.

A sua maior preocupação era em relação aos jesuítas do Piauí, onde eles administravam quase uma centena de propriedades rurais, incluindo 39 fazendas e vários sítios, herdados de Mafrense, e aproveitavam-se da reduzida presença das autoridades do Reino para exercer influência sobre tudo e sobre todos, inclusive sobre a formação moral e intelectual da população, notadamente sobre os indígenas, a quem passaram a tutelar, evangelizar e educar, tornando-os em fiéis aliados, prontos para proteger os bens da Companhia de Jesus e defendê-los em toda e qualquer circunstância, inclusive em luta armada contra os invasores e até mesmo contra o poder público.

Para o poderoso Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, que depois passaria a se encarregar da governança do país, os jesuítas instalados no Piauí, tornaram-se fortes, influentes e poderosos, constituindo-se numa grande ameaça à Coroa, razão pela qual os “olhava com reserva e desconfiança”, mantendo-os permanentemente em sua mira.

Com a posse do seu meio-irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado graças à sua influência para cargo de governador geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão, ocorrido em 1751, Carvalho e Melo, passou a ser informado sobre todas os passos dos jesuítas no Brasil, especialmente no Piauí.

Dentre outras queixas e relatos repassadas pelo novel governador, Carvalho e Melo foi informado de que enquanto a Capitania do Grão-Pará e Maranhão arrecadava ninharia para dar andamentos aos projetos do governo, os jesuítas gozavam de isenção de impostos, acumulavam enormes lucros com a venda de gado e com outras atividades comerciais, e além de exibiam um fabuloso patrimônio constituído por grandes latifúndios em várias regiões do Brasil, enormes fazendas com milhares de cabeças de gado, cavalos e escravos, tinham muito poder e uma desmedida ambição política.

Atiçado por seu irmão que, na condição de capitão general e governador da Capitania do Grão-Pará e Maranhão, sentia-se inferiorizado pela pujança econômico da Companhia de Jesus, o primeiro ministro não hesitou em cumprir o seu plano de aniquilar com o poder dos inacianos no Brasil.

E assim, a pretexto de evitar a repetição, em terras piauienses, de um conflito armado como o que ocorreu no território dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul, envolvendo os índios Guaranis (insuflados e armados pelos jesuítas espanhóis) e as tropas de Portugal e da Espanha, por conta da insatisfação dos nativos em relação ao cumprimento do Tratado de Madri, que tinha como finalidade demarcar os limites entre os reinos da Península Ibérica na América do Sul, o primeiro ministro começou a agir.

Tomando pé da real situação do país, Carvalho e Melo adotou diversas medidas, desencadeando um significativo processo de reformas, objetivando o desenvolvimento do Reino em detrimento do poder eclesiástico e da aristocracia senhorial.

E instigado pelo meio-irmão, que também se tornara inimigo dos jesuítas, Carvalho e Melo, além de retirar todo o poder religioso e temporal que os discípulos de Santo Inácio exerciam sobre as missões, instituiu a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755),

destinada a controlar e fomentar a atividade comercial, fortalecendo a prática do mercantilismo no reino e explorar o comércio de importação de escravos africanos em grande escala para as capitanias do Grão-Pará e Maranhão.

O monopólio atribuído à recém-criada companhia aniquilou os negócios das ordens religiosas, notadamente da Companhia de Jesus, a quem pertencia o grosso do comércio daquele Estado Colonial.

O duro golpe feriu de morte os jesuítas que, impedidos de continuar com um dos mais rentáveis de todos os negócios do Brasil, reagiram imediatamente.

Uma das primeiras reações partiu do padre Manuel Ballestre, que de seu púlpito em Lisboa, fez uma crítica contundente aos privilégios concedidos à companhia recém-criada, proclamando que quem nela entrasse não seria da Companhia de Cristo, Nosso Senhor.

Em resposta o primeiro ministro o desterrou sumariamente da Corte e puniu com detenção um bacharel em direito, os padres e os comerciantes do Maranhão, que peticionaram ao rei demonstrando o descontentamento de todos que se sentiam lesados pela concorrência desleal.

Enquanto procurava combater os jesuítas e os desperdícios econômicos do reino, Carvalho e Melo preocupou-se também em povoar e defender as fronteiras do Brasil.

Tendo em vista que a defesa militar por si só não garantiria a posse da principal colônia portuguesa, vez que os outros países não reconheceriam os direitos sobre terras não ocupadas e que a guerra se tornaria onerosa e difícil de ser implementada a distância, Carvalho e Melo, reconhecendo não poder povoar o Brasil apenas com a imigração de portugueses do continente europeu e das ilhas, cuidou de incentivar a miscigenação dos seus patrícios com as índias brasileiras. E, para tanto, influenciou para que Dom José I baixasse um ato régio proibindo a discriminação e concedendo privilégios para os portugueses que se casassem com as índias.

A medida adotada pela Corte tinha por objetivo acelerar o processo de povoamento do território brasileiro para evitar que fosse ocupado por outras nações. Porém, a sua implementação prejudicava os interesses dos jesuítas, que, tentando evitar a sua viabilização, montaram uma central de intrigas, espalhando na Colônia e na Corte o boato de que Carvalho e Melo seria descendente do padre Sebastião da Mata Escura e de uma escrava chamada Marta Fernandes, com quem o religioso vivia amancebado no Brasil, razão pela qual procurava encorajar os portugueses para seguir o exemplo pecaminoso do seu inescrupuloso parente.

Abespinhado com as críticas, para ele infundadas, Carvalho e Melo conseguiu com que o rei Dom José I baixasse uma lei intitulada “Diretório dos Índios do Grão-Pará e Maranhão”.

Essa lei de 1755, que também tinha por objetivo civilizar, educar e obrigar os índios a falar a Língua Portuguesa e integrá-los ao convívio dos brancos em núcleos urbanos para povoar e defender o território português, suprimia todo o poder religioso e temporal que os jesuítas exerciam sobre os nativos, desferindo assim duro golpe na Companhia de Jesus, vez que a força de trabalho dos índios aldeados representava grande valor econômico e se constituía numa das principais bases do seu enriquecimento material.

Dentre outras medidas adotadas no bojo das reformas, influenciado pelo primeiro ministro, Dom José I baixou algumas provisões relacionadas com os negócios de terras no Piauí, na Bahia e em Pernambuco, afetando os domínios da Casa da Torre e da Companhia de Jesus, que, num verdadeiro afronta à Coroa Lusitana, pouco a pouco tornaram-se, de fato, donos do Piauí.

A incumbência de realizar a espinhosa tarefa coube ao ouvidor-geral do Piauí, Dr. José Marques da Fonseca e a sua equipe, que também tinham a responsabilidade de “fazer cumprir” as leis relacionadas com a administração dos índios e apurar a legalidade da herança legada por

Mafrense à Companhia de Jesus, vez que, pela decisão da corte, todas as terras foram consideradas devolutas.

Diante dessa grave ameaça, os jesuítas, que sempre agiram ao arrepio da lei, reagiram com rigor contra as autoridades locais. Além de excomungar o ouvidor-geral, que continuava firme no cumprimento de sua missão e com quem nunca havia se entendido, o padre Manoel Gonzaga, superior dos jesuítas no Piauí e Maranhão, mobilizou seus amigos poderosos do Brasil e de Portugal para suspender o trabalho do magistrado e fazer um apelo ao rei em favor da causa da Companhia de Jesus.

Meses depois, em atenção às reclamações dos Jesuítas endossadas pelo vice-rei, pelos titulares da Casa da Torre e pelos sesmeiros, além de recriminar as atitudes do magistrado, o rei baixou um ato régio sustando as provisões relacionadas com os negócios de terras no Piauí, na Bahia e em Pernambuco, restituindo-lhes o direito de propriedade.

A retumbante vitória dos jesuítas não foi apenas sobre o ouvidor-geral da vila da Mocha. Ela atingiu de cheio o ministro do reino, o vaidoso e vingativo Carvalho e Melo, que há muito vinha trabalhando para desarticular e aniquilar a Companhia de Jesus.

Ao ser informado, por Mendonça Furtado, de que além de excomungar o ouvidor-geral, o padre Manoel Gonzaga ainda o tripudiou, Carvalho e Melo resolveu tomar as dores do magistrado.

Aconselhado pelo primeiro ministro, o rei dom José I, que anteriormente havia recriminado e punido o ouvidor-geral pelo excessivo rigor adotado no cumprimento do seu dever em relação a demarcação das terras do Piauí, especialmente dos latifúndios dos inacianos, mudou de opinião, passando a reputar grave e abusiva a atitude do padre Manoel Gonzaga e como represália à atitude extrema do religioso em relação ao ouvidor, o monarca o condenou à prisão perpetua num dos cárceres de Lisboa.

Baseado em informações fidedignas enviadas por seu irmão, governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, e por outras autoridades do Brasil, Carvalho e Melo, aos poucos, ia montando um dossiê comprometedor contra as atividades da Companhia de Jesus em território brasileiro.

Pelas informações colhidas ao longo do tempo, sabia que os jesuítas eram os religiosos que mais se empenhavam na catequese dos índios brasileiros.

Pelos relatos dos seus informantes, inclusive do desembargador da Casa de Suplicação, Dr. Francisco Marcelino de Gouveia, que seguiu em missão secreta, para investigar o comportamento e a conduta dos jesuítas do Piauí e do Maranhão, Carvalho e Melo tinha o conhecimento de que, aqueles religiosos, no afã de cumprirem o intento da Companhia de Jesus, agindo com inteligência e sagacidade, inspirados na organização social e nos costumes dos nativos, montavam as missões aproveitando o modelo organizacional das comunidades tribais. E, em cada uma delas, em função dos seus objetivos econômicos, políticos e religiosos, mantinham a mais rígida disciplina, com o fito de consolidar a dominação pacífica e garantir a posse e a soberania dos territórios ocupados, o que se constituía num terrível ameaça para o Reino.

As informações que tinha em mãos davam conta da existência de uma considerável rede de missões interligadas por uma administração central, comandada pela Companhia de Jesus, que tinha por objetivo a criação de uma República independente – um Estado Clerical em território brasileiro, com idioma próprio, o tupi-guarani, também conhecido como língua-geral, que já dispunha de gramática e dicionário elaborados pelos padres José de Anchieta e Ruiz de Montoya.

Conforme suas informações, o ambicioso projeto, que se constituía no principal objetivo dos jesuítas desde a instalação do Governo-Geral do Brasil, pretendia se estender pelo Nordeste, pela Amazônia e por toda a América do Sul, atingindo também outras colônias espanholas, onde se

interligaria com as missões criadas pelos padres que atuavam naquelas plagas, configurando uma nova sistemática de colonização pela qual em desobediência aos ditames do “Diretório dos Índios do Brasil” retirariam as populações nativas da tutela e da jurisdição dos posseiros e, conseqüentemente, das coroas de Portugal e da Espanha.

De posse dessas informações, o primeiro ministro, percebendo que os interesses econômicos, sociais e políticos suplantavam os objetivos da evangelização, resolveu agir com energia e determinação para barrar o processo de independência e soberania implantado pela Companhia de Jesus, que, além de manter o poder temporal sobre os índios aldeados, já havia organizado uma estrutura de governo interna, mantendo uma espécie de municipalidade, com seus representantes – todos índios – escolhidos através de eleição popular e regidos por leis civis e penais.

Temendo a implementação daquele plano de “vastíssima ambição”, com enorme ameaça da criação de uma república em território brasileiro, o primeiro ministro, determinou para que o capitão-general e governador do Grão-Pará e Maranhão usasse de todo e qualquer pretexto para afastar os inacianos das fronteiras do Brasil e cortasse a comunicação entre eles e os seus colegas espanhóis, vez que, o plano implementado na Bacia do Prata tinha o apoio e a anuência dos jesuítas do Piauí, do Maranhão e do Pará, que também pretendiam conquistar autonomia político-administrativa.

Antecipando-se à reação dos jesuítas, que poderia vir em forma de luta armada, o Primeiro Ministro passou a agir com mão-de-ferro e a se preparar para o dar o xequemate.

1.4 – Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat da Parnaíba⁴



(Foto: Inácio Marinheiro)

Naquele período inicial da colonização do Piauí, marcado por grande violência entre índios e fazendeiros, depois de algumas tentativas frustradas, os portugueses conseguiram se fixar na região do baixo Parnaíba piauiense e da Planície Litorânea.

Um dos pioneiros foi o capitão-mor João Gomes do Rego, que teria chegado por volta do ano de 1708 como preposto do rico coronel Pedro Barbosa Leal, um dos grandes latifundiários e criadores de gado ligado à Casa da Torre.

Como desbravador dessa grande região constituída pelos vales dos rios Parnaíba, Igaracu, Pirangi e Longá, João Gomes do Rego instalou uma grande fazenda às margens do rio Igaracu, tendo como sede parte do atual centro histórico de Parnaíba, nas proximidades de um porto fluvial, que depois passaria a ser conhecido como Porto das Barcas.

Além dessa e de outras fazendas instaladas nas terras de seu senhor, o capitão-mor João Gomes do Rego instalou sítios e currais nas margens desses rios e construiu uma salina na região litorânea.

Dado a dificuldade e o enorme trabalho para deslocar as boiadas para os pontos de venda do Ceará, Bahia e Pernambuco, instruído pelo donatário do lugar, o Capitão-mor instalou também uma feitoria com oficina de salga da carne e de aproveitamento da courama dos bois abatidos às margens do rio Igaracu, na localidade que passou a ser conhecido como

⁴ Este capítulo contém parte de transcrição e/ou copidescagem de conteúdos do romance histórico **Raízes do Piauí**, de nossa autoria, publicado em 2010.

Arraial Novo, onde, após concessão do Rei de Portugal, Dom João V, em 19 de maio de 1708, “se deu princípio a fundação” da Villa nova da Parnahiba⁵.

Com mais essas atividades realizadas pela “Feitoria”, alguns sitiantes da região do baixo Parnaíba Piauiense e da Planície Litorânea passaram a gravitar em torno da fazenda principal dando origem ao embrião da atual cidade de Parnaíba, onde, com permissão da Cúria Diocesana do Maranhão, solicitada pelo donatário, o diligente capitão-mor construiu uma capela sob a inclinação religiosa de Nossa Senhora do Monte Serrat, santa de devoção da sua segunda esposa, dona Maria do Monte Serrat Castelo Branco, cuja imagem confeccionada em porcelana, viera de Portugal e atualmente encontra-se em um dos principais altares da Igreja Matriz de Piracuruca.

Ancorados no documento de concessão para que fosse fundada a Villa Nova da Parnahiba e na petição dirigida ao Bispado do Maranhão, na qual o donatário qualifica o lugar como Villa de Nossa Senhora do Monte Serrat da Parnaíba, bem como na autorização para a construção dessa capela, liberada em 11/06/1711, um grupo de historiadores de Parnaíba considera essa data como o marco inicial de instituição da Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat da Parnaíba.

Segundo o historiador Vicente de Paula Araújo Silva, seguindo os trâmites vigentes, a povoação teve três momentos distintos na sua criação, após a posse de Pedro Barbosa Leal:

1: Villa Nova – quando foi solicitada a patente de Capitão-Mor a João Gomes do Rego em 19/05/1708;

2: Villa de Nossa Senhora do Monserrathe da Parnahiba – data da solicitação e autorização para a construção da igreja em 11/06/1711;

⁵ Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – PT/TT/RGM/C/007/48211. Registro Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 7, f 541v. (Informação citada no livro **Parnaíba, Cidade da Gente**, p. 56, de Christina Oliveira, Diderot Mavignier, Gilberto Escórcio, Hélcio Carvalho, Lourdinha Gomes, Lucrecia Souza e Mauro Sousa).

3: Consolidação da criação da Vila – confirmação de João Gomes do Rego, como Capitão-Mor em 16/11/1711⁶.

Em relatório enviado ao rei de Portugal, datado do dia 6 de janeiro de 1729, o ex-governador do Maranhão, João da Maia da Gama, demonstrando desconhecer a autorização da Coroa Portuguesa para a fundação dessa vila, relata:

Neste sítio quis Pedro Barbosa Leal fundar uma vila, e pediu a Vossa Majestade licença e o senhorio dela, que até agora não tenho notícia lhe fosse concedida”, em cujo local, “fez uma grande casa de taipa em que assistia seu procurador o capitão João Gomes, e nela se assentou e defendeu no levante dos índios de que era cabeça o índio chamado Mandu Ladino”... “Aqui juntou alguns moradores com casas e fez uma tal ou qual povoaçãozinha a qual por morte do dito procurador João Gomes, quase se extinguiu; e casando as filhas com uns três irmãos chamados os “Lopes”, tiraram as telhas das casas, e as desmantelaram e puseram ao tempo para se arruinarem⁴.

Essa “*tal ou qual povoaçãozinha*”, tratada com desprezo pelo ex-governador do Maranhão, que teria trocado de nome para homenagear dona Maria do Monte Serrat Castelo Branco, a segunda esposa do Capitão-Mor João Gomes, passou a sofrer grande desolação pelas repetidas incursões e cercos patrocinados pelos índios comandados por Mandu Ladino, um dos maiores chefes indígenas do Brasil.

Além de matar alguns homens, os invasores roubavam animais e promoviam toda a espécie de saque, chegando ao cúmulo de profanar a Igreja, cometendo o sacrilégio de cortar as narinas das imagens dos santos.

Na tentativa de evitar maiores danos e proteger sua família, o capitão-

⁶ SILVA, Vicente de Paula Araújo. **História da Região da Parnahiba**: 1699 a 1799 – Villa de Nossa Senhora de Monserrathe da Parnahiba e Villa de São João da Parnahiba. Siart, Parnaíba, PI, 2021, p. 105.

mor levou as imagens da capela de sua fazenda para a igreja de Nossa Senhora do Carmo em Piracuruca, onde elas se encontram até hoje.

De Piracuruca João Gomes do Rego seguiu para Campo Maior em busca de ajuda para combater a indiada.

Conforme narro no livro “Raízes do Piauí”, em atenção ao pedido do amigo e de outros fazendeiros da Planície Litorânea, o mestre de campo Bernardo de Carvalho e Aguiar seguiu em socorro dos moradores locais, onde ao se aproximar das primeiras moradias, foi atacado pelos índios que sitiavam a povoação. No entanto, um rápido contra-ataque da sua tropa foi o suficiente para romper o cerco de quase vinte dias e recuperar dezenas de cabeças de gado e vários cavalos roubados dos fazendeiros.

Depois de contabilizar um saldo de dezenas de mortos e de vários prisioneiros, da parte dos inimigos, o mestre-de-campo seguiu no encalço de outros índios retardatários que, depois do rompimento do cerco à vila, tentavam fugir para o Maranhão.

Dessa horda de fugitivos, dentre prisioneiros, mortos e feridos, não houve quem escapasse.

Tentando celebrar a paz com os remanescentes dessa tribo que partiram na frente e se abrigaram numa das ilhas do Delta do Parnaíba, o mestre-de-campo mandou um prático para lhes convencer da necessidade de instalar um aldeamento.

Os índios rejeitaram a proposta, mas aceitaram receber a visita de um missionário.

Satisfeito com essa campanha vitoriosa, Bernardo de Carvalho passou o comando local para o capitão-mor João Gomes do Rego e em seguida retornou para Bitorocara.

O incipiente lugarejo perdurou até o ano de 1728, quando ocorreu o falecimento do capitão-mor João Gomes do Rego, seu verdadeiro fundador, no entanto até hoje a igrejainha construída sob a inclinação religiosa de Nossa Senhora do Monte Serrat (situada na rua Duque de Caxias,

ostentando em sua fachada a data de 1711), continua de pé, servindo como testemunha do passado e como prova material da existência daquela comunidade.

2 - O ATENTADO AO REI E A INSTALAÇÃO DA CAPITANIA DO PIAUÍ¹



(Desenho: Márcio Azevedo)

Enquanto o primeiro ministro de Portugal trabalhava diuturnamente empenhando todos os seus esforços para reconstruir dois terços da cidade de Lisboa destruídos pelo violento terremoto de 01 de novembro de 1755, implantava reformas e intensificava a sua luta contra os jesuítas.

O rei Dom José I, seguindo as pegadas do pai, que não poupava nem as freiras do convento de Mafra, se deleitava com as mulheres dos nobres da corte, gerando boatos voltados contra a honra dos “traídos” e contra o decoro majestático.

Exasperados com as reformas implementadas pelo Primeiro Ministro, que atingiram os nobres e as ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus, os inicianos partiram para a ofensiva com mais uma campanha difamatória, insinuando que o rei era uma verdadeira marionete, um fraco e incompetente, que não tinha capacidade para governar e que não passava de um pupilo de Carvalho e Melo.

Diziam que ele entregava o governo a um herege e, ao invés de se preocupar com os destinos do país, vivia cercado de amantes e em verdadeira orgia, dando mal exemplo aos seus súditos.

¹ Este capítulo contém parte de transcrição e/ou copidescagem de conteúdos do romance histórico **Raízes do Piauí** de nossa autoria, publicado em 2010.

Dentre outras fofocas, incluindo verdades e mentiras, propalavam também que o rei era um tarado; que não respeitava as mulheres casadas e que mantinha relacionamentos amorosos com as damas da elite e até com as esposas dos amigos.

A rede de boatos montada em cima de fatos reais e de algumas inverdades contava com o apoio e com a conivência de alguns nobres descontentes com as reformas implementadas por Carvalho e Melo.

Por coincidência, no auge dessa campanha difamatória, voltada principalmente contra a conduta e o decoro majestático, o rei sofreu um atentado. O fato ocorreu na noite do dia 3 de setembro de 1758, quando ele retornava da casa de uma das suas amantes – dama da alta sociedade de Lisboa, esposa do Marquês de Távora, Luís Bernardo, um dos mais prestigiados nobres da Corte.

Pela investigação ficou constatado que os mandantes do atentado teriam sido dois dos traídos, o Duque de Aveiro e o Marquês de Távora, que, inconformados com a sina de corno, decidiram eliminar o garanhão.

Submetido a uma violenta sessão de tortura, *vencido pela dor*, o Duque de Aveiro incriminou o padre Gabriel Malagrida, o Conde de Atouguia e muitos outros.

Aproveitando-se da ocasião para se fortalecer politicamente, Carvalho e Melo decretou a prisão de todos os conspiradores e, depois de um julgamento sumário, os executou em praça pública pelos crimes de lesa-majestade, traição e rebelião.

Por conta do incidente, houve 478 execuções, incluindo 17 nobres.

Com isso, Carvalho e Melo aniquilou a oposição e a elite descontente com as reformas burguesas por ele implementadas.

Mesmo jurando inocência e alegando que o Duque de Aveiro havia se retratado e afirmado que o incriminara sob tortura, o padre Malagrida, também acusado de rebelião, traição e crime de lesa-majestade, sem direito à defesa, foi recolhido à masmorra da Torre de São Julião.

Sem ter o que fazer, na ociosidade do cárcere, o prisioneiro, beirando as raías da loucura, escreveu a biografia de Sant'Ana e um outro texto sobre o retorno do Anticristo.

Visando levar em frente o seu plano de desmoralização e desarticulação da Companhia de Jesus, que já havia criado muitos problemas para o seu governo, o primeiro ministro, voltando-se contra Malagrida, a quem queria punir exemplarmente por conta das desavenças pessoais, desvirtuando o sentido dos textos escritos pelo missionário, o acusou de heresia e o denunciou à Inquisição.

E, enquanto o missionário mofava naquela masmorra imunda, Dom José I, insuflado pelo primeiro ministro, baixou um ato régio datado do dia 19 de janeiro de 1759, considerando os jesuítas proscritos de todo o reino.

Após a publicação, o ato foi enviado para o Brasil, mas, por razões de ordem político-religiosa, envolvendo as relações externas, notadamente com Roma, terminou não produzindo efeito.

Enquanto isso, em 6 de junho de 1759, em gratidão ao primeiro ministro pela punição dos envolvidos no atentado, que quase ceifou a sua vida, o rei o agraciou com o título nobiliárquico de Conde de Oeiras.

Com seu prestígio em alta, tentando se vingar dos Jesuítas e ao mesmo tempo agradar ao rei, o Conde partiu para uma nova ofensiva, cuidando de desengavetar o processo de desvinculação do Piauí da Capitania do Maranhão, fazendo com que naquele mesmo mês o rei assinasse uma provisão, determinando o cumprimento do alvará de 18 de novembro de 1718, que elevou o Piauí à condição de Capitania independente.

Essa medida ensejou a imediata nomeação do coronel de Cavalaria João Pereira Caldas, como governador da nova unidade político-administrativa.

Carvalho e Melo, o poderoso Conde de Oeiras, tinha pressa em aniquilar os jesuítas. Antes mesmo que o coronel João Pereira Caldas fosse empossado como o primeiro governador do Piauí, o primeiro ministro

conseguiu que o rei assinasse uma carta-régia, autorizando o novel governante a transformar os principais povoados em vilas e organizar um Regimento de Cavalaria Auxiliar para ter controle efetivo sobre a região largamente dominada pelos jesuítas e libertar os índios da tutela da Companhia de Jesus.

Em setembro de 1759, pouco tempo depois de mais um incidente entre os religiosos e o primeiro ministro, o coronel de Cavalaria João Pereira Caldas, após prestar juramento perante o governador do Maranhão e Grão-Pará, chegou ao Piauí para assumir o governo.

Devido à grande distância entre a Corte e a Colônia, a lentidão das comunicações e as formalidades burocráticas, houve um grande lapso de tempo entre o decreto de nomeação, o juramento e a solenidade de posse do governante que, sem sombra de dúvida, seria uma peça chave na execução do plano do primeiro ministro.

Logo ao tomar posse, o novel governante instituiu a prática do puxa-saquismo, quando, com o intuito de agradar ao rei Dom José I e ao seu primeiro ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo (o então Conde de Oeiras e futuro Marquês de Pombal), de uma canetada só, mudou o nome da Capitania do Piauí para Capitania de São José do Piauí e o da Vila do Mocha para Vila de Oeiras.

Em seguida, rezando pela cartilha do primeiro ministro, de quem, além de puxa-saco, passou a ser “um pau-mandado”, o governador tratou logo de executar o plano traçado pelo Conde de Oeiras, tendo como prioridade a organização político-administrativa do governo, a instituição do regimento militar, a expulsão dos jesuítas do território piauiense e fazer o sequestro dos bens da Companhia de Jesus.

Após essa primeira fase, o Coronel João Pereira Caldas tratou da instalação das novas vilas do Piauí, criadas pela Carta Régia de 19 de junho de 1761, inclusive a de São João da Parnaíba, instalada oficialmente em 18 de agosto de 1762, na sede da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca.

3 - A CRIAÇÃO E INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS VILAS DO PIAUÍ

REGISTRO ICONOGRÁFICO

PRIMEIRA DIVISÃO POLÍTICA DO PIAUÍ
(Mapa das primeiras vilas)



PHB – RETALHOS HISTÓRICOS... volume I, pág. 131.

pela elite insatisfeita com as reformas políticas e administrativas implantadas pela corte.

No total foram 478 execuções, incluindo 17 nobres e vários membros da alta classe política e social lusitana. Ainda por conta da ambição de acumular mais poder e ficar com o caminho livre para manobrar o rei, que, a exemplo do pai, só queria saber de rabo de saia, o primeiro ministro mandou executar também o padre Gabriel Malagrida, para mostrar aos jesuítas quem realmente mandava em Portugal.

Após o golpe mortal contra a oposição política, Carvalho e Melo teve pressa em aniquilar as ordens religiosas, principalmente a Companhia de

A instalação da Capitania do Piauí e a criação das suas primeiras vilas, foi reflexo da demonstração de poder de Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal, que, aproveitando o episódio do fracassado atentado de execução do Rei Dom José I, mandou executar os acusados e os cúmplices pelos crimes de rebelião, traição e lesa-majestade, incluindo os seus opositores políticos e desafetos, constituídos

Jesus, que além de acumular prestígio, riqueza e poder, era a pedra do seu sapato na corte e nas colônias.

Na tentativa de se livrar definitivamente desses religiosos, em setembro de 1759, em demonstração de gratidão por ter sido contemplado com o título de Conde de Oeiras, o Primeiro Ministro, voltando-se novamente contra os jesuítas, conseguiu a edição de um decreto que considerava aqueles religiosos rebeldes, traidores, adversários e agressores da real pessoa do monarca e os declarava desnaturalizados, proscritos e exterminados do Reino.

Visando facilitar a expulsão desses padres do território piauienses, onde a Companhia de Jesus mantinha um verdadeiro império constituído por dezenas de fazendas com milhares de cabeças de gado, Carvalho e Melo tratou logo de executar o Alvará de Dom João V, que em 1718 criou a Capitania do Piauí subordinada ao então Estado Colonial do Maranhão, tornando-a juridicamente independente, sob a ordem de dom José I.

Como tinha pressa de executar o seu plano, o Primeiro Ministro tratou logo de providenciar a nomeação de uma pessoa de sua inteira confiança para o cargo de governador. O felizardo foi o Coronel de Cavalaria Dom João Pereira Caldas, que a partir da posse passaria a servir aos seus propósitos.

Antes mesmo da posse, o Primeiro Ministro e então Conde de Oeiras conseguiu que o monarca assinasse uma nova Carta Régia autorizando ao novel governante a transformar os principais povoados em vilas e organizar um Regimento de Cavalaria Auxiliar para ter controle efetivo sobre a região largamente dominada pelos regulares da Companhia de Jesus, que, além do poder político e econômico, mantinham tutela sobre os índios.

Devidamente empossado como governador, o Coronel João Pereira Caldas passou a executar o plano traçado pelo Conde de Oeiras, tendo

como prioridade a organização político-administrativa do governo, a instituição do regimento militar e a expulsão dos jesuítas do território pi-auiense.

Concluindo essa primeira fase, o novo governante tratou de instalar as novas vilas criadas pela Carta Régia de 19 de junho de 1761.

Em 18 de agosto de 1762, depois da instalação das Vilas de Parnaguá, efetivada em 03 de junho, na Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá; de Jerumenha, ocorrida no dia 22 daquele mesmo mês, na Freguesia de Santo Antônio do Gurgueia, antigo Arraial dos D'Avilas; de Campo Maior, materializada em 08 de agosto, na Freguesia de Santo Antônio do Surubim, e um pouco antes da instalação das Vilas do Marvão, realizada em 12 de setembro, na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Rancho dos Pratos, e da Vila de Valença, concretizada no dia 20 daquele mesmo mês, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, o Governador João Pereira Caldas instalou a Vila de São João da Parnaíba, na Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca.

O ato oficial de instalação ocorreu em clima de festa e respeito no ambiente interno da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, contando com a presença de várias autoridades e convidados especiais, dentre os quais o Conselheiro do Conselho Ultramarino Francisco Marcelino de Gouvea, o Desembargador e Ouvidor Geral Luís José Duarte Freire, o Capitão de Cavalos Manoel Ferreira Pinto Brandão, o Tenente Rosendo Lopes Castelo Branco, o Tenente Fernando José Veloso de Miranda Sousa, o Alferes Lourenço de Passos Pereira, outros oficiais e os demais militares do Regimento de Cavalaria Auxiliar dos Dragões, o vigário José Lopes Pereira, o Padre Antônio Rodrigues, o Capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz, o Mestre de Campo Diogo Alves Pereira, e outros ilustres convidados. Após receber as boas-vindas e as bençãos do Vigário, com a voz empostada e em tom solene, o Governador João Pereira Caldas, cumprimentou a todos; falou sobre a instalação da Capitania e das

dificuldades para montar a estrutura administrativa e para recrutar os moradores da região para constituir o Regimento de Cavalaria Auxiliar; discorreu sobre os planos da corte para manter a ordem, zelar pela paz, pelo bem-estar social dos seus habitantes e para alavancar o progresso da nova unidade política-administrativa, que tinha a espinhosa responsabilidade de administrar¹.

Falou também sobre a expulsão dos jesuítas e do confisco dos bens da Companhia de Jesus. E, continuando com sua prelação, dirigiu-se aos presentes:

“Meus senhores, que neste momento se encontram aqui para testemunhar este importante fato histórico da vida política e administrativa da Freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Piracuruca, é com grande prazer e imensa alegria, que, na qualidade de primeiro governante dessa Capitania de São José do Piauí, compareço a este ato solene para fazer cumprir às Reais ordens de Sua Majestade Fidelíssima, que, através da Carta Régia de 19 de junho do ano próximo passado, criou, entre outras, esta Vila de São João da Parnaíba, que agora tenho a honra de instalar oficialmente, no entanto devo esclarecer, que esta é a única das vilas que não terá a sua sede político-administrativa albergada na sede paroquial. Por conveniências políticas e econômicas, após analisar a conjuntura regional, formei a convicção de que para a melhor serventia dos propósitos do governo, inclusive em relação ao incremento da arrecadação de dízimos, a sede será instalada em outra localização geográfica, no extremo norte, nas proximidades do oceano para que possa dispor de um porto marítimo e fluvial, onde inclusive já existe um forte comércio e um razoável fluxo de embarcações para transportar as mercadorias produzidas no “Cítio dos Barcos”. Portanto, como segunda parte deste ato, irei pessoalmente ao local para mandar erguer naquela região, o pelourinho, que é o

¹ Conjecturas baseadas em fundamentos históricos.

símbolo máximo de poder e justiça do governo lusitano em Portugal e em suas colônias. Com este ato solene realizado aqui no espaço sagrado da Igreja Matriz da Freguesia de Piracuruca, contanto com as bênçãos da Virgem Imaculada de Nossa Senhora do Monte do Carmo, declaro oficialmente instalada a Vila de São João da Parnaíba, mas a sua efetivação definitiva será concluída após o ato solene de levantamento do pelourinho na região litorânea, ocasião em que a Vila entrará em funcionamento”².

Ao terminar a sua fala, o governador foi aplaudido de pé por todos os presentes e em seguida houve a eleição para a escolha dos governantes da vila, para os dois primeiros períodos administrativos.

Para a primeira gestão, da instalação até o final de 1762, os votantes elegeram, dentre os presentes, para os cargos de: Juiz Ordinário e de Órfãos, Diogo Alves Ferreira; Vereadores: Domingos Barroso e José da Costa de Oliveira; Procurador: Manoel de Sousa Guimarães.

Para a segunda gestão, biênio 1763/1764, composta por maior número de membros, os votantes elegeram para os cargos de: Juízes Ordinários e de Órfãos: João da Costa de Oliveira Pereira e Francisco Freire dos Reis; Vereadores: João Lopes Castelo Branco, Manoel Ferreira da Costa, João de Barros de Oliveira e João Fernandes Rodrigues de Queiroz; Procuradores: José Alves Viana e Antônio Gomes da Costa.

Após o encerramento da eleição, o Escrivão das Comissões, Manoel Francisco Ribeiro lavrou a ata, que foi subscrita pelo governador, pelas autoridades legais da Capitania, pelos membros da nona Companhia da Cavalaria-Auxiliar dos Dragões, pelos padres e pelos presentes.

Logo em seguida começou uma briga de foice entre os habitantes da região litorânea para a escolha do local da sede administrativa da vila.

Oito dias depois do primeiro ato e de percorrer, no lombo de uma mula, um cansativo percurso de aproximadamente 150 quilômetros, em

² Conjecturas baseadas em fundamentos históricos.

26 de agosto, o governador, dando continuidade à solenidade de instalação da nova Vila, que teria como sede o lugar Testa Branca (atual bairro Chafariz), tendo sido persuadido por fazendeiros e homens de negócio da região, decidiu mandar erguer “provisoriamente” o pelourinho no “lugar chamado dos Barcos, na margem do Igarapé que é braço do Parnaíba”, concluindo assim o ato final de instalação da Vila de São João da Parnaíba.

Dentre os que subscreveram a ata deste importante evento, que sacramentou a instalação da nova vila, destacamos o Governador e todas as autoridades civis e militares de sua comitiva, o Mestre de Campo Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar (o velho), o Capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz, Lourenço de Passos Pereira, Manoel Ferreira Pinto Brandão, João Lopes de Castelo Branco, José da Costa de Oliveira, João da Costa de Oliveira Pereira, Francisco Freire dos Reis, Manoel Ferreira da Costa, João de Barros de Oliveira, João Fernandes Rodrigues de Queiroz; José Alves Viana, Antônio Gomes da Costa, o Padre Capelão Frei José Antônio de Freitas, da ordem religiosa de Nossa Senhora das Mercês, os vereadores, Domingos Barroso e José da Costa de Oliveira, o Procurador Manoel de Sousa Guimarães e o Juiz Ordinário e de Órfãos, Diogo Alves Ferreira, que a partir de então assumiu o mandato como primeiro governante da vila recém instalada³.

³ A essência dessas informações fora colhida no livro **História da Região da Parnahiba: 1699 a 1799 – Villa de Nossa Senhora de Monserrathe da Parnahiba e Villa de São João da Parnahiba**, de Vicente de Paula Araújo Silva, Siart, Parnaíba, PI, 2021, p. 172 a 186; e na **Cronologia Histórica**, de F. A. Pereira da Costa, volume I, 3ª edição, Academia Piauiense de Letras, Coleção Centenário 17, Teresina, PI, p. 151 e 152.

4 - OS PROTAGONISTAS DO DESBRAVAMENTO DO NORTE DO PIAUÍ E O ENTRELACAMENTO DE SUAS FAMÍLIAS

4.1 - Gomes do Rego

O desbravamento e povoamento do extremo norte do Piauí, começou com a chegada do capitão-mor João Gomes do Rego, que aqui se fixou com a missão de cuidar das sesmarias conquistado pelo coronel Pedro Barbosa Leal, um grande latifundiário e um dos mais ricos fazendeiros ligados aos senhores feudais da Casa da Torre, que, na ambição de se expandir cada vez mais, estendia seus tentáculos por várias regiões do nordeste.

João Gomes do Rego, português natural da Freguesia de São Lourenço de Sande, era fidalgo da Casa Real. Sua família gozava de muito prestígio no Reino, onde um de seus parentes detinha o título nobiliárquico de Conde de Boa Vista.

Como preposto do coronel Pedro Barbosa Leal, foi um dos pioneiros do desbravamento da grande região situada nos vales dos rios Parnaíba, Igaracu, Pirangi e Longá.

Logo ao chegar, depois de uma criteriosa escolha de um ponto estratégico, João Gomes decidiu instalar a sede da fazenda nas proximidades do rio Igaracu, no atual casco histórico da cidade de Parnaíba, de onde, com o auxílio dos vaqueiros, passou a cuidar do curral e da grande área de confinamento, cercados de pau-a-pique, que, saindo da casa de morada, acompanhava toda a extensão do rio para o lado norte passando pela área pantanosa do que depois viria a ser o bairro Coroa até o Cantagalo, e, para o lado sul, passando pela região dos tucunzeiros ou tucunzais, seguia a direção do rio até a lagoa do Bebedouro.

Ao tempo de sua chegada, o núcleo populacional mais próximo, se é que assim podemos denominar, era constituído pelos fazendeiros do vale do Longá – seus antecessores –, que gravitavam em torno da fazenda Bitorocara, de propriedade do mestre de campo Bernardo de Carvalho e Aguiar – uma figura ímpar, que teve como uma das suas primeiras preocupações colocar a sua atividade militar a serviço do bem comum e promover um povoamento organizado, incentivando a vinda de parentes e amigos para a região, onde havia instalado sua fazenda e foi um dos fundadores da Igreja de Santo Antônio do Surubim, em torno da qual surgiu a cidade de Campo Maior. A ele também devemos a fundação de outras fazendas que deram origem às cidades de São Miguel do Tapuío e de São Bernardo do Maranhão.

Ao seu filho, coronel Miguel Carvalho de Aguiar, se deve a fundação da fazenda das Barras e da capela de Nossa Senhora da Conceição, que deram origem à cidade de Barras de Marataoan.

Dentre outros parentes e amigos que, a seu convite, se instalaram nas vizinhanças de Bitorocara, evidenciamos as figuras do capitão-mor Miguel Pinheiro de Carvalho, proprietário da fazenda Jenipapo; Dâmaso Pinheiro, proprietário da fazenda Carnaíba; Simão da Costa, dono da fazenda Estreito; Antônio Luís, detentor da fazenda Boa Ceia; Manoel Antunes Trigo, proprietário da fazenda Barra; Pedro Alves Pereira, titular da fazenda Serra; alferes Lourenço de Sousa Meireles, dono da fazenda Jatobá – todas situadas às margens do Longá e dos seus afluentes.

Dentre outras pessoas vindas para o Piauí por seu incentivo, destacamos os nomes dos irmãos Carvalho de Almeida - Manuel e Antônio, que, muito contribuíram para a conquista, o desbravamento e o povoamento da região norte da capitania do Piauí.

4.2 - Gomes do Rego e Castelo Branco

Logo após se situar na região, além dos fazendeiros do centro norte do Piauí, João Gomes começou a entabular contatos com as autoridades e com os fazendeiros de São Luís do Maranhão, onde, bem antes de se instalar nas terras de propriedade do coronel Pedro Barbosa Leal, casou-se com Ana Castelo Branco de Mesquita, uma das filhas de Dom Francisco de Castelo Branco – capitão do exército lusitano, que em cumprimento de importante missão real, foi enviado para Recife, de onde posteriormente, foi transferido para a capital maranhense, em cujo percurso marítimo a embarcação que o conduziu com sua família sofreu um naufrágio, no qual perdeu a esposa, dona Maria Eugênia de Mesquita, mas conseguiu escapar com as filhas.

Dom Francisco, era um fidalgo de linhagem nobre, que antes de sua vinda para o Brasil, ocupou o cobiçado cargo de tesoureiro do Erário Real. Seu irmão, D. Pedro de Castelo Branco, foi o primeiro conde de Pombeiro.

O tino de empreendedor e de bom administrador de João Gomes do Rego, o levou a instalar várias fazendas, sítios e currais às margens dos rios das terras do seu senhor.

Sentindo na pele a grande dificuldade para deslocar as boiadas até os pontos de venda das outras capitânicas, teve a brilhante ideia de construir uma salina na região litorânea e instalar uma feitoria com oficina de salga da carne e de aproveitamento da courama dos bois abatidos nas proximidades da sede da fazenda principal, na localidade que passou a ser conhecido como Arraial Novo – terra que serviu de berço para os seus filhos: Maria Eugênia Castelo Branco de Mesquita (II), Lourenço dos Passos, Rosendo Lopes e João do Rego Castelo Branco, a Besta Fera do Piauí colonial, que ao lado dos filhos Antônio e Félix, foram os responsáveis pelos maiores massacres de índios ocorridos em terras piauienses.

Depois de alguns anos de feliz convivência conjugal, João Gomes do Rego perdeu a esposa e logo em seguida, voltando à São Luís, casou-se em segundas núpcias com a cunhada, dona Maria do Monte Serrante Castelo Branco, irmã de Ana, com quem teve mais três filhas: Francisca, Florência e Ana, todas com o apelido de Monte Serrate Castelo Branco.

Logo depois do seu segundo casamento, atendendo à sugestão de um dos padres, que missionavam na região, o capitão-mor João Gomes do Rego, contando com o consentimento do coronel Pedro Barbosa Leal e a autorização do Bispado de São Luís, construiu uma igreja em na sede da fazenda, sob a invocação religiosa de Nossa Senhora do Monte Serrate, em homenagem à sua segunda esposa, dona Maria do Monte Serrate Castelo Branco.

Continuando a morar no mesmo local, que com a construção da igreja passou a ser denominada de Vila de Nossa Senhora do Monte Serrat de Parnaíba, o capitão-mor João Gomes do Rego administrou as fazendas do rico latifundiário e empreendedor baiano até o ano de 1725, data em que se apossou de uma das suas sesmarias, situada às margens do Rio Pirangi e foi agraciado com a doação de terras entre as barras dos rios Igarçu e Parnaíba, onde estabeleceu-se e acrescentou a palavra “barras” ao seu nome, passando a assinar como João Gomes do Rego “Barras”.

4.3 - Gomes do Rego, Castelo Branco e Carvalho de Almeida

Os irmãos Carvalho de Almeida – Manuel e Antônio – duas das figuras mais importantes no processo de conquista, desbravamento e povoamento da região do Vale do Longá e de todo o norte do Piauí, vieram da região de Linhares, Portugal, a convite do tio, o capitão e agropecuarista Bernardo de Carvalho e Aguiar, que, após o Levante Geral dos Tapuias do Norte, liderado por Mandu Ladino, foi nomeado como mestre de

campo da conquista do Piauí em substituição ao mestre de campo Antônio da Cunha Souto Maior, que, juntamente com a maioria dos oficiais e soldados que se encontravam presentes no Arraial Militar de Nossa Senhora da Conceição e de Santo Antônio do Surubim, foram massacrados e assassinados pelos índios sublevados sob o comando de Mandu Ladino, um índio inteligente e astuto, educado pelos padres do Aldeamento de Boqueirão dos Cariris em Pernambuco.

Com sede de vingança pela expulsão de suas terras e pelos constantes massacres, os índios deram o troco. Por onde passavam iam recebendo mais adesões e deixando um rastro de morte e destruição.

As mortes dos fazendeiros, dos escravos e dos animais, os incêndios nas moradas e o destroçamento dos currais deixavam todos em pânico.

Para combatê-los o novo mestre de campo comandou vários combates, tendo como auxiliares imediatos os sobrinhos, que foram nomeados como oficiais – Manuel, o mais velho, assumiu o posto de comissário geral de cavalaria, e Antônio o de capitão da conquista, e, como tal, revelaram-se grandes combatentes em várias contendas ocorridas na região do Baixo Parnaíba Piauiense e Maranhense.

Os irmãos Carvalho de Almeida, que se tornariam patriarcas desse apelido no Piauí e continuadores da família Castelo Branco, além de militares, tornaram-se fazendeiros.

Em 1714, um ano após sua nomeação como Comissário Geral de Cavalaria da Conquista do Piauí, Manuel Carvalho de Almeida casou-se em São Luís do Maranhão, com Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, a segunda filha de dom Francisco Castelo Branco, tornando-se concunhado do capitão João Gomes do Rego.

O casal fundou a fazenda Boa Esperança, nas margens do Marataoan, formador do Longá, onde passou a residir e ergueu uma capela em homenagem a Nossa Senhora do Livramento, que deu origem ao município de Livramento, atual José de Freitas.

Desse enlace matrimonial, que estabeleceu o primeiro elo de entrelaçamento colateral entre os pioneiros, resultou no abandono, por parte de Manuel, do apelido Carvalho de Almeida e na conservação do nome original e integral da família Castelo Branco como referência familiar.

O casal teve dez filhos: Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco, Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco, Manuel Carvalho de Almeida [filho], Belchior da Cunha e Silva Castelo Branco, Antônio Carvalho de Almeida Sobrinho, Arcângela Úrsula da Cunha Mesquita Castelo Branco, Francisca da Cunha Mesquita Castelo Branco, Ana Eugênia de Castelo Branco, Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, Clara da Cunha e Silva Castelo Branco (II).

Todos os seus filhos tornaram-se fazendeiros e, com exceção de Manuel e Antônio, que homenageiam o pai e o tio, os demais conservaram o apelido Castelo Branco.

Com a morte de Mandu Ladino e pacificação da região, Manuel Carvalho de Almeida foi nomeado Juiz ordinário de Campo Maior e comandante militar local.

No mesmo período, desgostoso com os rumos da política e pelas ações expansionistas da Casa da Torre, o mestre de campo Bernardo Carvalho entregou o cargo para Francisco Xavier de Brito e se retirou para o Maranhão, onde fundou a fazenda São Bernardo, que deu origem ao atual município de mesmo nome.

Em 1730, o irmão inseparável de Manuel, capitão de cavalaria Antônio Carvalho de Almeida, casou-se em Parnaíba com dona Maria Eugênia Castelo Branco de Mesquita, filha de João Gomes do Rego e sua primeira esposa, dona Ana Castelo Branco de Mesquita. O casal passou a morar na fazenda Vitória, no vale do Longá, onde depois surgiu a cidade de Batalha. Com esse casamento realizado com uma filha de João Gomes do Rego e neta de dom Francisco, ocorreu o primeiro entrelaçamento entre as três famílias: Castelo Branco, Carvalho de Almeida e Rego Barros. Se

ele tivesse feito como o irmão, optado para batizar os filhos com o nome nobre do avô ou do pai da esposa: Castelo Branco ou Rego Barros, o apelido familiar Carvalho de Almeida teria sumido no Piauí.

O casal teve apenas três filhos, dois homens e uma mulher: Antônio Carvalho de Almeida Filho, Miguel Carvalho de Almeida e Ana Rosa Pereira Teresa do Lago, que se casou com o filho mais velho do seu irmão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco. Ela assumiu o apelido Lago mas deu aos filhos o apelido de Castelo Branco, do avô materno.

Do enlace matrimonial desse casal de primos, filhos dos irmãos Carvalho de Almeida: Capitão do regimento de Oeiras, Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco e Ana Rosa Pereira Teresa do Lago, nasceram seis filhos: Antônio da Cunha e Silva Castelo Branco, Francisco Gil Castelo Branco (I), Marcelino José da Cunha Castelo Branco, Luiz Mariz de Castelo Branco, Ana Rosa Clara de Castelo Branco e Ignácia Teresa Pereira Castelo Branco, que foi a primeira esposa do rico fazendeiro Manuel José da Cunha, considerado o Nababo do Sertão.

Francisco Gil Castelo Branco (I), neto dos irmãos Carvalho de Almeida, casou-se com dona Maria Eugênia Lopes da Cruz, continuando a tecer uma teia de reentrelaçamento entre os pioneiros, que já haviam se entrelaçado anteriormente. O casal teve seis filhos, Antônio Lopes Castelo Branco e Silva, Ana Rosa do Lago Castelo Branco, Veneranda Clara Castelo Branco e Francisco Gil Castelo Branco Júnior (II).

Francisco Gil Castelo Branco Júnior (II), bisneto dos irmãos Carvalho de Almeida, casou-se com Joaquina Castelo Branco, com quem teve pelo menos três filhos: Mariano Gil Castelo Branco, Cândido Gil Castelo Branco e Maria Olímpia Castelo Branco.

Mariano Gil Castelo Branco, trineto dos irmãos Carvalho de Almeida, casou-se com Victória Perpétua de Jesus. Dentre seus filhos, destacamos as figuras do diplomata e escritor Francisco Gil Castelo Branco (o terceiro desse nome), Autor do romance “Ataliba, o Vaqueiro”, uma obra de

cunho regionalista retratando a luta de um vaqueiro contra as agruras da seca no sertão do Piauí, e de Mariano Gil Castelo Branco (II), o Barão de Castelo Branco.

Ana Rosa Clara Castelo Branco, neta dos irmãos Carvalho de Almeida, casou-se com Miguel de Carvalho e Silva, com quem teve cinco filhos, incluindo Mariano Carvalho Castelo Branco e o célebre poeta, cientista e revolucionário, Leonardo Castelo Branco (Leonardo da Senhora das Dores), um dos protagonistas do movimento separatista parnaibano, que culminou com a Batalha do Jenipapo. Foi também um dos próceres da Confederação do Equador e um dos combatentes da Balaiada.

Leonardo casou-se com dona Judith Mãe de Deus. Dentre os seus filhos, destacamos Teodoro de Carvalho e Silva Castelo Branco, o Poeta Caçador e um dos voluntários da pátria, os quais ao lado de vários parentes lutaram na Guerra do Paraguai.

Miguel de Carvalho Castelo Branco, casou-se com dona Rosa Castelo Branco, filha do poeta, cientista e revolucionário Leonardo Castelo Branco. Dentre os filhos do casal destacamos o renomado poeta Hermínio Castelo Branco, um dos maiores expoentes da poesia popular nordestina, autor da Lira Sertaneja, uma das obras mais importantes da Literatura Piauiense. Ele também foi um dos voluntários da pátria.

Mariano, o irmão de Leonardo, continuando o entrelaçamento entre os pioneiros, casou-se com Rosa Maria Pires Ferreira, filha de José Pires Ferreira (I) e dona Mariana de Deus Castro Diniz, que por sua vez era neta do empresário João Paulo Diniz. Desse relacionamento o casal teve três filhos e uma filha, dentre eles, destacamos Viriato Rosendo, Belisário Rosendo e o poeta Eudoro Carvalho Castelo Branco, os quais, atendendo ao chamado da pátria, lutaram na Guerra do Paraguai. Dois deles morreram no campo de batalha.

Luiz Mariz de Castelo Branco, neto dos irmãos Carvalho de Almeida, casou-se com Ana Rosa Castelo Branco, são pais do comendador

Francisco da Cunha Castelo Branco, que por sua vez é o pai de Augusto da Cunha Castelo Branco, o Barão de Campo Maior.

Ao contrário do que já cheguei a afirmar e do que alguns historiadores ainda afirmam, Dom Francisco nunca viveu no Piauí e nem acumulou fortuna, mas contribuiu com sua bagagem genética, transmitida através das filhas, para o povoamento do norte piauiense e para a formação de uma elite rural com o DNA de agropecuaristas, militares, magistrados, diplomatas, sacerdotes, intelectuais, parlamentares, governadores e até mesmo de um presidente da república.

A ele, através de seus descendentes, que ao longo do tempo foram se misturando a outras importantes famílias, devemos a implantação de vários sítios e grandes fazendas, que posteriormente se tornariam importantes cidades piauienses.

Dentre muitos outros Castelo Branco de destaque ressaltamos, os nomes do coronel da Guarda Nacional Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, que também foi advogado, político, jornalista escritor e revolucionário, tendo sido um dos mais ativos chefes da Balaiada no Piauí; do general-de-brigada Cândido Borges Castelo Branco, pai do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, um dos próceres do golpe militar de 1964, tendo sido o primeiro presidente da república dessa fase da história do Brasil; o famoso jornalista e escritor Carlos Castelo Branco, membro da Academia Brasileira de Letras, um dos jornalistas mais respeitados do Brasil de todos os tempos, do publicitário jornalista e escritor Renato Castelo Branco, e o economista, político e escritor Homero Castelo Branco, membro da Academia Piauiense de Letras e que, na qualidade de deputado estadual, foi nosso porta-voz para incluir a data histórica da Batalha do Jenipapo (13 de março de 1823) na Bandeira do Piauí.

4.4 - Abreu Bacelar

Algum tempo depois da chegada de João Gomes do Rego no extremo norte do Piauí, alguns empreendedores vindos de Portugal começaram a se fixar na região.

Dentre alguns desses desbravadores, destacamos o nome do Capitão José de Abreu Bacelar, um dos mais importantes colonizadores do Piauí.

Militar e fazendeiro, nasceu por volta de 1700, na freguesia de São Pedro de Alvite, Conselho de Cabeceira de Basto, comarca de Guimarães, Arcebispado de Braga.

Descendente de família importante, recebeu esse nome em homenagem ao seu tio-avô homônimo, Dr. José de Abreu Bacelar, vigário geral do Arcebispado de Braga e inquisidor da mesa grande do Santo Ofício.

Filho de Bento Ferreira de Moraes e de dona Leonor de Abreu Bacelar, estudou em sua terra natal e em Braga, onde adquiriu uma grande bagagem de conhecimento.

Com cerca de vinte anos de idade, mais ou menos pelos idos de 1720, seguindo seu desiderato, migrou para o Brasil, indo inicialmente para a vila de Parnaíba.

Chegando no local, fixou-se nas terras do coronel Pedro Barbosa Leal, de quem posteriormente, contando com a ajuda do capitão-mor João Gomes do Rego, comprou algumas propriedades, incluindo terras nas adjacências da Vila e a Fazenda Ilha, situada na ilha principal do arquipélago componente do Delta do Parnaíba.

José de Abreu Bacelar tornou-se num grande amigo de João Gomes do Rego, que muito lhe ajudou durante o período de fixação e aquisição de terras na região.

Posteriormente, mudou-se para a fazenda Cajazeiras, na freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Parnaguá, onde acumulou muitos

cabedais e foi nomeado capitão-mor, tornando-se a pessoa mais influente do lugar tanto do ponto econômico como militar.

Para ajudá-lo a administrar seu grande patrimônio nos dois pontos extremos do Piauí, mandou buscar seu irmão mais novo, Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar.

Com a solidificação de sua fortuna, lançou-se também na arrematação de dízimos reais no Piauí, aumentando cada vez mais o seu patrimônio.

Com o seu falecimento, sem deixar descendentes, ocorrido um pouco antes de 1760, todos os seus bens foram herdados por Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar.

4.5 - Os dois Luís Carlos: pai e filho

Com a fortuna recebida do irmão mais velho, Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar (o velho), que já havia se estabelecido como fazendeiro na Ilha das Canárias, montou outras fazendas e, ingressando na carreira militar, foi nomeado para o posto de capitão-mor da Barra do Parnaíba.

Além da casa de sua residência, situada naquela Ilha, tinha casa com escravos no Cítio dos Barcos, onde existia a igreja de Nossa Senhora de Nazaré, que, em substituição a Nossa Senhora de Monte Serrate, passou a ser a padroeira do local.

Luís Carlos casou-se com dona Arcângela Úrsula da Cunha Mesquita Castelo Branco, filha do comissário-geral de cavalaria do Piauí, Manuel Carvalho de Almeida e de dona Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, tendo como avôs maternos dom Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco e dona Maria Eugênia de Mesquita.

Desse segundo entrelaçamento familiar entre os pioneiros, o casal teve cinco filhos: Antônio José Leite Pereira Castelo Branco (I), João Leite Pereira Castelo Branco, Félix Luís Leite Pereira Castelo Branco, Pedro Luís

Pereira de Abreu Bacelar e Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar (II), o famoso Luís Carlos da Serra Negra, pai de vários filhos bastardos, dentre os quais o coronel Claro Luís Pereira de Abreu Bacelar e o sargento-mor de Valença do Piauí, Vasco José Pereira de Abreu Bacelar, que lutaram em lados opostos na Batalha do Jenipapo.

Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar, o pai, passou a residir na região de Valença, para onde foi nomeado como Mestre de Campo.

Além da herança deixada pelo irmão e do gordo dote recebido do sogro, Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar (pai), soube multiplicar a sua fortuna.

Ele foi uma das autoridades que se encontravam presentes por ocasião da solenidade oficial da lavratura da Ata de Levantamento do Pelourinho de Parnaíba.

Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar (filho), o famoso Luís Carlos da Serra Negra, exerceu importantes funções no Piauí. Além de tesoureiro geral das fazendas dos defuntos e ausentes de Oeiras e adjunto no governo de Dom João de Amorim Pereira, fez partes da junta provisória de governo em 1811.

Era um homem muito poderoso e temido, que, segundo as estórias circulantes na região, mantinha facínoras armados para fazer frente a qualquer represália por parte dos seus inimigos. Tinha a fama de mal e cruel, capaz de cometer as maiores atrocidades.

Apesar da existência, dentro da sede da fazenda, de uma capela em homenagem à Nossa Senhora de Santana, construída pelos pais, que eram católicos fervorosos, dizem que ele tinha pacto com o diabo e fazia rituais de bruxarias; torturava os escravos e tinha um covil com onças que eram alimentadas com seus desafetos.

Contam também que ele tinha um poço para desovar os escravos que contraíam tuberculose ou ficassem incapacitados para o trabalho.

Ele foi casado com dona Luzia Perpétua Carneiro Souto Maior, descendente de rica família portuguesa radicada na capital maranhense, que, amedrontada com as maldades do marido, fugiu para a casa de seu pai em São Luís, onde posteriormente se relacionou com D. José Tomaz de Menezes.

Dizem que por ocasião de sua chegada na fazenda Serra Negra, na tentativa de impressioná-la, Luís Carlos teria feito uma grande festa para recebê-la, tendo inclusive mandado fazer um tapete com moedas de ouro, que foi estendido da porteira da fazenda até a entrada da casa, mas ela não se impressionou, dizendo que seu pai também era um homem muito rico, possuidor de um grande patrimônio.

Há quem afirme que o nome da fazenda, “Serra Negra”, se originou do fato de que Luís Carlos teria serrado uma negra viva ao meio, como castigo por esta ter engolido um bilhete que a esposa dele teria mandado ao pai, pedindo ajuda para fugir da fazenda porque não aguentava mais conviver com as crueldades do marido.

Por conta dessas estórias, carimbadas como autênticas pela população local, até hoje as mães da região, que cresceram ouvindo falar sobre as maldades cometidas por esse importante fazendeiro, “evitam pôr o nome de Luís Carlos em seus filhos, pois seria uma maldição carregar o nome de criatura tão diabólica”¹.

Dizem também que depois que ele morreu assassinado numa emboscada, o corpo dele foi levado numa rede para ser sepultado em Valença e que, durante o percurso, dois seres diabólicos, raptaram o seu corpo e o levaram para as profundezas do inferno.

¹ BRANDÃO, Carlos Augusto Pires Brandão; MIRANDA, Lossian Barbosa Bacelar. **Demonização e Mitificação de Luís Carlos da Serra Negra.**

4.6 - Lopes da Cruz

Na mesma época da chegada de José de Abreu Bacelar, um pouco antes ou um pouco depois, outros pioneiros se instalaram na região, dentre eles vale ressaltar a figura de Francisco Lopes e dos seus filhos, que passaram a ser conhecidos com os irmão Lopes e se instalaram na fazenda Buriti, que deu origem à vila de Buriti dos Lopes.

Dentre eles, evidenciamos a figura do capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz (I) – um dos militares que participaram do combate e da expulsão dos índios da região norte das Capitania de São José do Piauí e do Maranhão.

Através do seu matrimônio com Florência de Monte Serrate Castelo Branco, filha de João Gomes do Rego e de sua segunda esposa, dona Maria do Monte Serrate Castelo Branco, o capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz (I), segundo senhor da Fazenda Buriti dos Lopes, misturou-se com os Castelo Branco e os Gomes do Rego. Desse terceiro entrelaçamento familiar, o casal teve nove filhos, incluindo um homônimo José Lopes da Cruz (II) e Francisco Lopes, que recebeu esse nome em homenagem ao avô.

Seguindo as pegadas do pai, José Lopes da Cruz II, nascido em 1743, tornou-se um grande fazendeiro e ingressou na carreira militar, atingindo a mesma patente do seu genitor. Foi um dos herdeiros da Fazenda Buriti. Continuando com a saga do entrelaçamento familiar, casou-se com sua prima Francisca Maria de Jesus Castelo Branco, filha do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco, irmão de sua mãe, de cuja união tiveram onze filhos.

O capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz (II) foi um dos moradores da região que em 1762 marcaram presença na solenidade de implantação da Vila de São João da Parnaíba. Segundo o depoimento do historiador Vicente de Paula Araújo Silva, em 1779, era vereador da câmara da

Villa da Parnaíba, quando assinou o documento solicitando a franquia do Porto da Parnaíba, para que a sumaca Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas, de Domingos Dias da Silva, fizesse o percurso direto Parnaíba-Lisboa, sem aportar no porto de São Luís, no Maranhão, bem como, a criação de uma alfândega na Villa de São João da Parnaíba.

O capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz II, era amigo e protetor dos sacerdotes, que missionavam pela região, fundou a capela de Nossa Senhora dos Remédios, de Buriti dos Lopes, atual igreja matriz da cidade, e doou partes das terras de sua fazenda para o padre Gabriel Malagrida instalar o Seminário do Rio Parnaíba, situado ao lado da sua igreja.

O outro filho do capitão de Ordenanças José Lopes da Cruz (I), batizado com o nome de Francisco Lopes em homenagem ao avô, foi um dos herdeiros da Fazenda Buriti. Era o pai de Damiana Lopes, a primeira esposa do agropecuarista e capitão-mor Manuel da Cunha Carvalho, o homem mais rico de Campo Maior e de toda a região centro norte do Piauí, que logo após a sua viuvez casou-se em segundas núpcias com dona Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, filha do comissário-geral de cavalaria do Piauí, Manuel Carvalho de Almeida com dona Clara da Cunha e Silva Castelo Branco.

É considerado um dos três fundadores de Barras. Foi ele quem concluiu as obras da igreja de Nossa Senhora da Conceição, iniciada pelo coronel Miguel de Carvalho e Aguiar.

Com esses dois casamentos, ocorreram outros entrelaçamentos familiares entre os pioneiros, unindo famílias do extremo norte e centro norte da capitania do Piauí.

O capitão-mor e agropecuarista Manuel da Cunha Carvalho morreu sem ter gerado filhos, deixando toda a sua fortuna para o sobrinho Manuel José da Cunha, que também foi um dos beneméritos de Barras e o doador de meia légua de terras para compor o patrimônio da igreja.

Com a fortuna herdada do tio benemérito (Manuel da Cunha Carvalho), Manuel José da Cunha tornou-se numa das figuras mais

importantes da história econômica e social de Campo Maior, Barras e adjacências.

Seguindo as pegadas do tio benemérito, Manuel José da Cunha, passou a vender o grosso de suas boiadas para João Paulo Diniz e Domingos Dias da Silva as transformar em charque, e toda vez que ia a Parnaíba, ficavam hospedado com o capitão Manuel Antônio da Silva Henriques, um dos amigos do seu tio, de quem também se tornou amigo.

Rico e solteirão, não lhe faltava pretendentes. De olho no patrimônio dele, a família tratou logo de arranjar um casamento por conveniência. A escolhida foi uma sobrinha do tio benemérito, que havia lhe deixado toda aquela fortuna, dona Ignácia Teresa Pereira Castelo Branco, filha do abastado fazendeiro capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco e de dona Ana Rosa Pereira Tereza do Lago.

Com pouco tempo de casado, o rico fazendeiro enviuvou sem deixar um herdeiro.

Cobiçando a fortuna do viúvo, que apesar de jovem (45 anos), encontrava-se muito doente, o amigo Manuel Antônio da Silva Henriques, que arditosamente passou a hospedá-lo e cuidar da saúde dele, que, além da doença física, sofria também pela perda da esposa, aproveitou-se da ocasião para lhe aplicar um golpe de mestre, casando-o praticamente obrigado, com Matildes, uma de suas filhas de apenas nove anos de idade.

Sessenta e cinco dias após assinar o contrato esponsalício, formalizado por escritura pública, Manuel José da Cunha veio a falecer deixando a metade de sua invejável fortuna para uma menina que ainda brincava de bonecas.

4.7 - Álvares Ferreira / Ferreira de Veras

Dentre outros protagonistas merecem destaque o Mestre de Campo Diogo Álvares Ferreira com dois dos seus ancestrais e os seus descendentes.

Vindo de Braga, Portugal, o Mestre de Campo Diogo Álvares Ferreira marcou presença na região parnaibana, pela ligação familiar existente com os compatriotas Domingos Ferreira de Veras e Tomás Ferreira de Veras (irmãos), que haviam migrado para Pernambuco e depois para o Ceará, de onde foram ficando currais e sendo agraciados com terras ribeirinhas dos rios Coreaú, Timonha, Ubatuba, Pirangi, Igarçu e Portinho, formando um latifúndio conhecido como “O Morgado dos Ferreira de Veras”.

O Mestre de Campo Diogo Álvares Ferreira estabeleceu-se na fazenda Nossa Senhora do Rosário do Pacoty, nas terras deixadas pelo seu tio Coronel Domingos Ferreira de Veras, situadas no vale do Pirangi, no lugar conhecido como Frecheira da Lama, nas proximidades da atual cidade de Cocal, Piauí, onde em 1781, com a permissão do bispado de São Luís do Maranhão, ergueu uma igreja em homenagem a Nossa Senhora do Rosário, considerada como uma das mais antigas do Brasil. Foi casado com dona Francisca Tomásia Ferreira de Veras.

Tornou-se um dos grandes empreendedores da região norte do Piauí como criador de gado e charqueador. Era proprietário de um dos cinco armazéns de carne seca no Sítio dos Barcos, próximo a barra do Rio Igarçu, onde negociava charque e couro.

O mestre de campo Diogo Álvares Ferreira, era uma das autoridades, que se encontravam presentes na Igreja Matriz da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo de Piracuruca, por ocasião da instalação oficial da Vila de São João da Parnaíba, ocorrida no dia 18 de agosto de 1762, em cuja ocasião, na qualidade de mestre de campo, juiz ordinário e dos órfãos, fora escolhido como presidente da câmara e, como tal, tornara-se no primeiro governante da Vila.

Segundo o historiador parnaibano, Vicente de Paula Araújo Silva, durante o governo de João Pereira Caldas, gozando de muito prestígio, recebeu benesses para si e sua família, destacando-se entre elas, concessões de

terras, como Camurupim de Cima e Santo Higinio, que passaram a integrar o seu patrimônio na região da Parnaíba, a partir da Serra da Ibiapaba, na faixa compreendida entre os rios Camurupim, Pirangi e Igarçu.

Em 1779, por ocasião em que exercia um novo mandato de presidente da Câmara do Senado da vila, foi um dos protagonistas, que assinaram um documento solicitando a franquia do Porto da Parnaíba, para fazer o percurso Parnaíba-Lisboa direto, sem a obrigação de fazer escala no porto de São Luís, no Maranhão. O mesmo documento solicitava também a criação de uma alfândega na Villa de São João da Parnaíba.

Os seus filhos Antônio Álvares Ferreira Deveras e João Álvares Ferreira de Veras, dando continuidade aos seus negócios, se destacaram na área empresarial e política da capitania, ocupando postos de oficiais militares. O primeiro lançou-se também na arrematação de contratos de dízi-mos, e o segundo, João Álvares Ferreira de Veras, continuando na seara militar, depois de passar pelo posto de sargento-mor, foi promovido a capitão do Terço de Cavalaria Auxiliar e nomeado como Capitão da Barra da Villa da Parnaíba.

Domingos Ferreira de Veras, o moço, neto e grande herdeiro do patrimônio deixado pelo Mestre de Campo Diogo Álvares Ferreira e de dona Francisca Tomásia Ferreira de Veras, influenciado e apoiado por dois de seus pares, José Benedito Ferreira de Veras e seu cunhado Antônio de Almeida Portugal, transformou a opulenta fazenda de Frecheiras da Lama em um dos maiores redutos da Balaiada no Piauí, culminando com a derrocada do seu prestígio político e social e com o início do arruinamento da pequena fortuna constituída por terras, fazendas e escravos, herdados dos seus antepassados.

4.8 - João Paulo Diniz, o pioneiro da indústria de charque no Piauí

O obstinado empresário, fazendeiro, agricultor, industrial, militar e político, João Paulo Diniz, migrou de Portugal para o Brasil ainda muito jovem.

No crepúsculo do decênio de 1750, João Paulo Diniz estabeleceu-se no Maranhão, dando início à rendosa atividade de criação e comércio de gado. Em pouco tempo multiplicou as suas fazendas, expandindo-se para os lugares mais distantes, inclusive para a região norte do Piauí, que se destacava no cenário regional pela a abundância de pastos e por ser considerado a capitania, que detinha o maior rebanho bovino do Brasil colonial.

Com a expansão de seus negócios e o aumento no volume das vendas de gado, sentindo as dificuldades para deslocar as boiadas das suas fazendas até os pontos de venda, decidiu seguir o exemplo de João Gomes do Rego e investir na indústria do charque, que além de ser um produto processado com a agregação de maior valor comercial, o transporte através de embarcações por via fluvial e marítima, tornava-se mais prático e muito mais barato, podendo alcançar os pontos de negociação em menor espaço de tempo. Uma grande embarcação poderia levar uma boiada inteira e atingir os mercados mais distantes.

Com o sucesso desse empreendimento caiu nas graças das autoridades, especialmente do Capitão-General da capitania do Grão-Pará e Maranhão, Dom Fernando da Costa de Ataíde Teive que, em 1768, o nomeou como administrador da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no vale do rio Parnaíba.

A partir de então João Paulo Diniz, que já tinha uma morada alternativa na Vila de São João da Parnaíba, transformou sua casa num pequeno sobrado e estabeleceu-se definitivamente nessa comunidade, de onde passou a gerir os seus negócios.

Em 1770, por incumbência daquela mesma autoridade, usando a estrutura da Companhia Geral de Comércio, passou a abastecer com carne, “em larga escala”, o mercado consumidor da capital paraense.

Concomitantemente com sua atividade agropastoril, industrial e comercial, João Paulo Diniz ingressou na vida política e na carreira militar alcançando os postos de capitão-mor e mestre-de-campo de cavalaria ordenança do Piauí.

Em setembro de 1788, como oficial de maior patente, tomou posse como membro da Junta Trina de Governo do Piauí, que, a partir da saída de Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, ocorrida em 2 de janeiro de 1775 até 19 de dezembro de 1797, ficou sem governador efetivo.

Em 1792, por força de contrato com o Senado da Câmara, João Paulo Diniz passou a fornecer carne para a Vila de São Matias de Alcântara, no Maranhão, onde contraiu matrimônio com dona Rosa Maria Joaquina Pereira de Castro, oriunda de importante família daquela vila.

Passando a morar em Parnaíba, dona Rosa Maria dedicou sua vida à família e à igreja, tornando-se grande colaboradora e incentivadora das atividades católicas.

Desse enlace matrimonial o casal teve seis filhos: Marianna de Deus Castro Diniz, casada em 1786 com José Pires Ferreira; Domingos Diniz Pereira de Castro, capitão do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Maranhão; Francisco Diniz Pereira de Castro; Joaquim Diniz Pereira de Castro; Raimundo João Diniz Pereira de Castro; e Anna Rosa Diniz Pereira de Castro, que fora casada com Carlos Pedro Ribeiro de Alcântara, pais do comendador Carlos Fernandes Ribeiro, médico, agrônomo, deputado geral e vice-presidente da província do Maranhão.

O grande empresário João Paulo Diniz “foi um homem de visão, que fez a diferença na Capitania do Piauí, deixando uma história de

empreendedorismo que muito alavancou a economia piauiense e propiciou o nascimento de sua atividade industrial”².

4.9 - Os Pires Ferreira do Piauí

José Pires Ferreira, o patriarca dos Pires Ferreira no Piauí, é um dos 14 filhos de Domingos Pires Ferreira, que por sua vez é o patriarca dos Pires Ferreira no Brasil. Seu pai era um dos mais ricos empresários de Recife, que, atraído pelos bons negócios oriundos do charque, resolveu investir no norte do Piauí, onde comprou uma fazenda, mas nunca se interessou em cuidar dela. José Pires Ferreira, que também era comerciante, decidiu assumir essa fazenda e investir na pecuária piauiense.

Como bom empreendedor, ia de duas a três vezes por ano de Recife ao Piauí, com sua embarcação carregada de mercadorias, que incluíam tecidos, sapatos, ferramentas, vinho, azeite, arma de fogo, perfumes, porcelanas e outras novidades exportadas de Portugal por seu pai.

Ao longo da viagem pela costa nordestina, ia vendendo essas mercadorias até chegar em Parnaíba, onde trocava o saldo restante por carne seca e couros. Na volta fazia o mesmo percurso vendendo essa outra mercadoria.

Numa dessas viagens, conheceu a jovem Mariana de Deus Castro Diniz, filha do empresário João Paulo Diniz, pioneiro da industrialização da carne seca no Piauí, e sua esposa dona Rosa Maria Joaquina Pereira de Castro, com quem contraiu matrimônio no ano de 1786, na vila de São João da Parnaíba.

Inicialmente, o casal passou a residir na fazenda Santa Cruz das Pedras Preguiças, de propriedade do sogro, no atual município de Barreirinhas,

² MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis**. Academia Piauiense de Letras. Coleção Centenário, n.º 137, Teresina, PI, 2019, p. 371.

MA, mas pouco tempo depois mudou-se para a fazenda de Barra do Longá, na confluência do Longá com o Parnaíba, no atual município de Buriti dos Lopes.

Esse importante enlace tornou-se o marco inicial da chegada dos Pires Ferreira ao Norte do Piauí.

O casal teve quatro filhos: Maria da Assunção Pires Ferreira, Rosa Maria Pires Ferreira, João de Deus Pires Ferreira e Antônio Pires Ferreira.

A partir de Barra do Longá, o fazendeiro José Pires Ferreira e seus descendentes avançaram na ocupação de ambas as margens do rio Parnaíba, desbravando e colonizando terras dos atuais municípios de Araisos, Magalhães de Almeida e São Bernardo no lado maranhense e Buriti dos Lopes, Murici dos Portelas, Caxingó, Caraúbas do Piauí, Joaquim Pires, Luzilândia, Madeiro, Esperantina e Barras, no lado piauiense.

Dentre os seus empreendimentos rurais e os de seus descendentes, encontramos mais de vinte fazendas, incluindo as de Barra do Longá, em Buriti dos Lopes e a de Santo Agostinho, em Magalhães de Almeida, Maranhão, administradas por ele e por sua esposa; o Engenho Paraíso, de Antônio Pires Ferreira e Lina Carlota de Jesus Rodrigues de Carvalho, em São Bernardo, MA; a Fazenda Olho d'água dos Pires, de Mariano de Carvalho Castelo Branco e Rosa Maria Pires Ferreira, em Esperantina; Fazenda Beirú, de João de Deus Pires Ferreira e Clarinda Maria de Jesus, em Barras, atual Esperantina; Fazenda Bacuri, de Manoel Rodrigues de Sampaio e Carlota Lina Pires Ferreira, em Barra do Longá, Buriti dos Lopes; a fazenda Retiro da Boa Esperança, de José Pires Ferreira (neto) e Maria Joaquina de Jesus Castelo Branco de Carvalho, fazenda que deu origem à atual Esperantina; Fazenda Buriti, de José Pires Ferreira (neto) e Umbelina Antônia de Lima Castelo Branco, em Barras, atual Esperantina; Fazenda Cabeceira, de João Francisco de Carvalho e Almeida e Ana de Deus Pires Ferreira, Barras, atual Luzilândia; Fazenda Sussuapara, de João Francisco de Carvalho e Almeida e Ana de Deus Pires Ferreira, em Barras,

atual Luzilândia; Fazenda Santa Maria, de João de Deus Pires Ferreira e Maria de Deus Pires Ferreira, em São Bernardo, MA; Fazenda Tocaia, de Clemente Pires Ferreira e Lina Carlota Pires de Sousa Fortes, em Campo Maior; Fazenda Lagoa dos Lages, de José de Sousa Pires e Lucia Maria Perpétua da Conceição de Sousa, em Barras; Fazenda Barras, de Belarmino de Sousa Pires (Belo) e Celeste Pires Rebelo, em Barras, atual Esperantina; Fazenda Canto do Caju, de Belarmino de Sousa Pires (Belo) e Celeste Pires Rebelo, Luzilândia, atual Joaquim Pires.

Com os sucessivos casamentos realizados entre os descendentes dos desbravadores da região, os Pires Ferreira também se embaralharam com os Carvalho de Almeida, Rego Barros, Castelo Branco, Borges Leal, Lopes, Fontes, Santana, Lages, Veloso, Tito e outras famílias.

Para se ter uma ideia dessa teia de emaranhamento familiar, pegamos como exemplo o casal José Pires Ferreira (II) e Maria Joaquina de Jesus Castelo Branco Carvalho de Almeida, pais de onze filhos, incluindo o marechal Firmino Pires Ferreira e Raimundo Carvalho Pires Ferreira, que, por sua vez, é pai Fileto Pires Ferreira, que foi governador do Amazonas. José Pires Ferreira (II) é filho de Maria da Assunção Pires Ferreira, neto de José Pires Ferreira (I) e Mariana de Deus Castro Diniz, bisneto de João Paulo Diniz e Rosa Maria Joaquina Pereira de Castro; Maria Joaquina de Jesus Castelo Branco Carvalho de Almeida é filha de Francisca Castello Branco (1ª do nome) e José Carvalho de Almeida (1º do nome), neta de Antônio Carvalho de Almeida (filho) e Ana Maria da Conceição Rodrigues, bisneta de Antônio Carvalho de Almeida e de Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco, trineta de Ana Castelo Branco de Mesquita e de João Gomes do Rego, tetraneta de dom Francisco Castelo Branco e dona Maria Eugênia de Mesquita.

José Pires Ferreira e dona Marianna de Deus Castro Diniz, deixaram uma grande e ilustre descendência no Piauí e no Maranhão, dentre eles

destacamos o médico e cientista Fernando Pires Ferreira, considerado o Pai da Oftalmologia Brasileira; o coronel Fileto Pires Ferreira, um dos militares que, sob o comando do Marechal Deodoro da Fonseca, participou da derrubada do Gabinete Ouro Preto, episódio que culminou com a Proclamação da República, tendo sido também governador do Estado do Amazonas, foi ele quem inaugurou o famoso Teatro Amazonas; o marechal Firmino Pires Ferreira, um dos Voluntários da Pátria, que lutou na Guerra do Paraguai; o senador Joaquim Pires Ferreira, que se insurgiu contra a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, atualmente é nome de uma cidade no Piauí, João de Deus Pires Leal, magistrado e político que foi governador do Piauí e o escritor Afonso Ligório Pires de Carvalho, membro da Academia Piauiense de Letras.

4.10 - Domingos Dias da Silva, um dos marcos da história da economia do Piauí

Domingos Dias da Silva, um dos principais homens de negócio estabelecidos no norte do Piauí, era natural da região de Monte Alegre, arcebispado de Braga, norte de Portugal, onde existiam pelo menos mais dois Domingos Dias da Silva: o seu irmão, Domingos Dias da Silva Henriques, pai do militar, fazendeiro e negociante parnaibano Manuel Antônio da Silva Henriques, e o Domingos Dias da Silva – o último contratador de Angola que, através do tráfico de escravos e de outros empreendimentos, fez a conexão comercial entre Portugal, Angola e Brasil, atividades das quais também havia participação do primeiro, que tem um passado nebuloso e pouco conhecido.

Antes de se estabelecer definitivamente em Parnaíba, ele mantinha negócios, na região sul do Brasil, especialmente na capitania de São Pedro do Rio Grande e em Santa Catarina, mas também estendia seus

tentáculos pelas possessões espanholas da bacia platina, onde, além de negociar escravos, mexia com o tráfico de prata e muares.

Por ocasião da guerra contra os espanhóis, que, em 1763, invadiram a Vila de São Pedro do Rio Grande (capital da capitania de mesmo nome), era ele quem abastecia os armazéns do governo e a Armada Real portuguesa, com grande quantidade de charque adquirido no Piauí, até então, o único produtor do Brasil.

Mas, além do fornecimento dessa importante proteína para alimentação dos militares, com o recrudescimento do conflito armado, que se estendeu para o território de Santa Catarina, ele viu-se obrigado a ceder três embarcações para reforçar a esquadra lusitana, que, segundo ele, “ficaram destroncadas, e desmastreadas das balas inimigas”³.

Em 1770, com seus negócios inviabilizados na região sul, pela guerra contra os espanhóis, que se estendeu por vários anos, Domingos Dias da Silva, atendendo ao convite do amigo João Paulo Diniz, mudou-se para a Vila de São João da Parnaíba, que na ocasião encontrava-se em pleno desenvolvimento com sua economia baseada na criação de gado e na industrialização de charque, contando ainda com um razoável fluxo de embarcações transitando pelo Porto dos Barcos a transportar as mercadorias produzidas no local e adjacências, para ser vendidas em outras praças, de onde traziam outros tipos de produtos.

Em sua viagem de mudança para o Piauí, trouxe consigo uma enorme fortuna em moedas, joias, pedras preciosas, barras de ouro e prata.

Pelas estórias de ouvir dizer, existe uma versão na qual ele teria vindo com um sócio, com quem angariou toda aquela fortuna e que, durante a longa viagem, ele o teria matado para ficar com tudo para si.

³ Informações contidas na Justificativa de Domingos Dias da Silva sobre sua suposta sonegação de impostos das mercadorias apreendidas em 21 de junho de 1785, no Porto das Barcas, pela alfândega do Maranhão, na qual ele fala sobre sua atividade no Rio Grande e em Santa Catarina. Texto transcrito na íntegra por MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis**: Capitão Domingos Dias da Silva. Academia Piauiense de Letras, Coleção Centenário n.º 137, Teresina, PI, 2019, p. 350-361.

Chegando na vila de São João da Parnaíba, deu início às suas atividades comerciais no ramo agropecuário, vindo a acumular:

[...] grossa riqueza, tornando-se rico fazendeiro, lavrador com grande número de escravos e negociante de grosso trato, em cujo manejo custeava cinco navios, ocupando três na exportação das carnes e dois que navegavam diretamente para Lisboa e Porto, a conduzir fazendas e gêneros daquele país, que vinham ao Maranhão despachar na alfândega, e dali para aqui. Tornou-se quase que exclusivamente o arrematante dos dízimos desta capitania, desde a Parnaíba até Parnaguá, no que era sempre preferido, porque os pagava à vista. Dos seus gados – os bois eram para o charque, as fêmeas para situar fazendas⁴.

Era um homem arrojado, que, dentro de pouco tempo, suplantou João Paulo Diniz, passando a dominar o comércio e a industrialização de charque, tornando-se no consolidador e no maior expoente desse ramo de atividade no Brasil.

Ele não chegou a se casar formalmente dentro dos ritos sagrados da Igreja Católica e Apostólica Romana, mas manteve relacionamento amoroso pelo menos com três mulheres: com a escrava Claudina Josefa, com quem teve um filho, o famoso coronel Simplício Dias da Silva, que se tornou numa das figuras mais importantes da História de Parnaíba; com a escrava Maria Dias, com quem teve um filho, o alferes Raimundo Dias da Silva, que foi assassinado num crime de lavagem de honra; e, com Senhorinha Ferreira de Araújo, com quem teve dois filhos, o capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva e dona Justina Ferreira de Araújo Silva.

⁴ Trecho da carta de Miranda Osório, dirigida em 1877, ao desembargador Cândido Gil Castelo Branco, transcrita por F. A. Pereira da Costa na **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**, 1º volume, p. 196, e por Maria Luiza Motta de Menezes no livro **José Francisco de Miranda Osório e seus Descendentes**, edição particular, 1977, p. 45 e 46.

Simplício Dias da Silva, foi casado com dona Maria Isabel Tomásia de Seixas e Silva. Desse enlace, conforme informações colhidas no site Familysearch, ele teve pelo menos 5 filhos e 3 filhas: Noberto Dias da Silva (1797), Carolina Dias de Seixas e Silva (1801), Helena Amália de Seixas e Silva (1802), Simplício Dias de Seixas e Silva (1805), Domingos Dias da Silva, Lourdes Dias da Silva, Ricardo Dias da Silva e ainda, Antônio Raimundo Dias de Seixas e Silva.

Raimundo Dias da Silva foi casado com Justina Josefa Dórea da Silva, com a qual teve quatro filhos: Capitão Simplício Raimundo Dias da Silva, Tenente Raimundo Dias da Silva, Lucrecia Brígida Dias da Silva e Eulália Lucinda Dória da Silva.

Desconhecemos os cônjuges e os descendentes do capitão Antonino e de sua irmã, dona Justina.

4.11 - Silva Henriques

Manuel Antônio da Silva Henriques – comerciante, militar e fazendeiro. Era sobrinho paterno de Domingos Dias da Silva, de quem foi caixeiro, testamenteiro e administrador da parte da herança legada pelo tio ao filho menor de Raimundo Dias da Silva, o futuro alferes, que em 1812 foi assassinado num crime de lavagem de honra.

Manuel Antônio da Silva Henriques contraiu matrimônio com dona Maria Victória Tomásia Clara, filha do sargento-mor Manoel Pinheiro Osório, que servia em Oiras, e dona Joana Tomásia Clara.

Dona Maria Victória era irmã de dona Maria Bárbara da Anunciação, dileta esposa do militar maranhense Francisco Xavier de Miranda Machado, mãe do seu sobrinho, coronel José Francisco de Miranda Osório, que depois se tornou seu genro.

Desse enlace matrimonial com sua esposa, o capitão Manuel Antônio da Silva Henriques, teve cinco filhos: Mathildes Nonata Angélica da Silva,

que, em 27 de dezembro de 1803, com apenas 9 anos de idade, por armação do próprio pai, aplicou o golpe do baú no riquíssimo e moribundo fazendeiro Manoel José da Cunha, de 45 anos, que veio a falecer 65 dias após o escandaloso contrato esponsalício, formalizado através de escritura pública; Angélica Rosa Umbelina da Silva, a primeira esposa do primo materno, José Francisco de Miranda Osório; Leonor Sebastiana Henriques da Silva, falecida prematuramente; Domingos Dias da Silva Henriques, cujo nome foi dado para puxar o saco do tio-avô, que era o homem mais rico de Parnaíba; Ricardo Henriques da Silva, que em 1804, usando da mesma esperteza do pai, foi beneficiado com a doação de dois terços dos bens de Manuel José Vieira de Abreu.

Além dos filhos desse casamento, teve dois filhos de um relacionamento extraconjugal com a escrava Joaquina a costureira de sua casa: Luiz Antônio e Victor, que era sapateiro. Luiz Antônio da Silva Henriques, o mais velho, conhecido pela alcunha de Luiz Mandy, exerceu importantes papéis sociais na Vila, incluindo as profissões de açougueiro, carpina e militar. Lutou contra os Balaios e protagonizou com o Coronel Miranda Osório um embate judicial pela manutenção de sua liberdade, que durou mais de vinte anos.

Com a morte do tio, Domingos Dias da Silva, de quem passou a ser o testamenteiro e procurador do primo menor Raimundo Dias da Silva, tornou-se num empresário de sucesso e num grande fazendeiro.

Graças ao seu apurado tino comercial, multiplicou seu patrimônio, tornando-se num dos homens mais ricos do norte do Piauí.

Tinha fazendas com grandes rebanhos no Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. A sua casa comercial situada na parte térrea do seu imponente sobrado, erguido no centro de Parnaíba era uma das mais respeitadas do Nordeste.

Trabalhando de braços dados com o primo Simplício Dias da Silva, deram continuidade à luta de Domingos Dias da Silva e João Paulo Diniz

em favor da instalação da alfândega de Parnaíba para contornar os entraves burocráticos e facilitar a exportação das riquezas produzidas no Piauí e na região sul do Maranhão para outras praças do Brasil e de Portugal.

Ingressou na carreira militar como soldado do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Capitania, sediado na vila de Campo Maior.

Teve rápida progressão na carreira das armas. Em 5 de fevereiro de 1795, foi promovido ao posto de capitão. Pouco tempo depois recebeu a patente de Capitão-Mor da Barra e Vila de Parnaíba, para defender o litoral piauiense contra os piratas franceses, treinando e sustentando os soldados com todas as despesas feitas por conta própria.

O capitão-mor Manuel Antônio da Silva Henriques, senador da Câmara da Vila de São João da Parnaíba, destacou-se também como uma das figuras proeminentes do Movimento Separatista do Piauí.

Seu filho, Coronel Domingos Dias da Silva Henriques, também se fez presente no movimento revolucionário de 19 de outubro de 1822, chefiado por Simplício Dias da Silva. Foi casado com uma dama da sociedade local, com quem teve os seguintes filhos: Josefina Clara Dias da Silva Henriques, Ricardo, Pedro Ivo, Angélica, Madalena, Joaquim, Heliodoro, Benedita, Sabino, Henriqueta, Lucinda e Maria Vitória.

Seu irmão, o padre Henrique José da Silva, foi vigário da Igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graças, da Vila de São João da Parnaíba durante muitos anos, onde era querido por todos e gozava de grande prestígio junto aos paroquianos e às autoridades locais.

4.12 - Os Miranda

Além dos desbravadores estabelecidos na região norte do Piauí, no período compreendido no corte cronológico de 1700 a 1770, iniciado com a fixação de João Gomes do Rego e finalizado com a vinda de Domingos

Dias da Silva, coincidente com a transferência da sede da Vila de São João da Parnaíba, da comunidade Testa Branca para o Sítio dos Barcos e com o início da construção da igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça, atual igreja Matriz da cidade, evidenciamos também um núcleo da família Miranda, que possivelmente chegou um pouco depois do marco de finalização desse período histórico.

Sabe-se que ao longo do tempo vários casarões e alguns dos poucos sobrados de Parnaíba desapareceram, dentre eles o sobrado Vista Alegre.

Embora não haja prova material ou documental comprovando a titularidade e a localização exata desse imóvel, é possível que ele tenha sido construído para servir de residência para os Miranda, que, segundo informações de Maria Luíza Motta de Menezes e outros historiadores locais, moravam na rua Grande (atual avenida Presidente Vargas), onde atualmente encontra-se situado uma loja do Armazém Paraíba, na esquina “xis” com a Casa Grande de Simplício Dias.

Falando sobre a residência e os costumes dos Miranda, a escritora Maria Luíza Motta de Menezes nos passa a impressão de que eles eram ricos, cultos e refinados, pois segundo ela “Nessa mansão da família Miranda, os jovens se reuniam à noite para passar o tempo com jogos de cartas e as sinhazinhas atravessavam os serões bordando, lendo sonetos ou tocando piano, até a hora de servir o chá, costumes aristocráticos trazidos dos centros europeus”⁵.

Eles ligaram-se aos Silva Henriques através do casamento do coronel José Francisco de Miranda Osório com Angélica Rosa Umbelina da Silva Henriques, filha do capitão Manuel Antônio da Silva Henriques e dona Maria Victória Tomásia Clara.

⁵ MENEZES, Maria Luíza Motta de. **José Francisco de Miranda Osório e seus Descendentes**, Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, CE, 1980, p. 42.

Angélica foi a primeira mulher desse político e militar com quem teve dois filhos, Maria Luíza de Miranda Osório e Manoel Antônio de Miranda Osório.

A ligação com os Dias da Silva ocorreu também através do próprio coronel José Francisco de Miranda Osório com Helena Amália de Seixas Dias da Silva, filha de Simplício Dias da Silva e Maria Isabel Tomásia Seixas e Silva, de quem foi amante e teve uma filha de nome Maria Isabel Tomásia Dias da Silva de Miranda Osório.

A outra ligação com os Dias da Silva ocorreu com o casamento do capitão José Francisco de Miranda (sem o Osório), primo do anterior, com dona Carolina Tomásia de Seixas e Miranda, com quem teve um filho de nome Antônio José Análio de Miranda.

Antes desses entrelaçamentos familiares, em 11 de abril de 1812, ocorreu um crime de lavagem de honra de grande repercussão em Parnaíba, tendo como vítima o alferes Raimundo Dias da Silva (irmão de Simplício Dias), que teria engravidado uma donzela, filha do patriarca dos Miranda (do sobrado vizinho à Casa Grande de Parnaíba), que, como vingança pela desonra da jovem, teria mandado um escravo apunhalar o sedutor.

Além desse crime de lavagem de honra, ocorreram dois outros envolvendo um membro da família Miranda e os Dias da Silva.

O primeiro dos quais foi o assassinato do Tenente-Coronel Antônio Raimundo Dias de Seixas e Silva (filho de Simplício Dias da Silva), que, na noite do dia 28 de outubro de 1842, durante um jogo de cartas, na residência do negociante João Álvares de Sousa, foi apunhalado por um dos três facínoras encapuzados que subitamente invadiram a casa do negociante e sem perda de tempo desferiram oito facadas fatais na vítima, deixando todos atônitos e sem reação.

Posteriormente, um inimigo do assassino delatou como ocorreu o crime, que, segundo ele, teria como mandante o coronel da Guarda

Nacional José Francisco de Miranda, justamente o esposo de Carolina, a irmã da vítima.

O outro crime teve como vítima Carolina, sobrinha do alferes Raimundo Dias da Silva, a vítima do crime por lavagem de honra, irmã do tenente-coronel Antônio Raimundo Dias de Seixas e Silva, a vítima dos encapuzados e esposa do coronel José Francisco de Miranda, que teria sido o mandante ou o próprio executor do assassinato do cunhado.

Esse crime ocorreu na noite do dia 27 de agosto de 1850, em Barra do Longá.

Dizem que enquanto os negros se confraternizavam na senzala da fazenda e seu esposo supostamente teria feito uma viagem, dona Carolina, que se encontrava sozinha em casa, foi abatida por um tiro de bacamarte.

Meses depois do misterioso assassinato, as investigações apontaram o escravo Aleixo, de 17 anos, como o autor do homicídio.

Com a condenação e a execução do escravo, por enforcamento, na praça principal de Parnaíba, o caso foi dado por encerrado, no entanto não afastou a suspeita de um possível feminicídio praticado pelo próprio marido, que tinha a fama de violento e o histórico de maus tratos.

Por outro lado, o coronel José Francisco de Miranda Osório tornou-se um homem muito poderoso tanto do ponto de vista político como econômico.

5 - UM POUCO MAIS SOBRE DOMINGOS DIAS DA SILVA



(Desenho: Audi Moreira)

Em 1770, oito anos depois da fundação da Vila de São João da Parnaíba, no mesmo ano em que ocorreu a transferência da sua sede, da localidade Testa Branca para o Porto das Barcas, que já se encontrava em pleno desenvolvimento com um forte comércio e um razoável fluxo de embarcações transitando a transportar as mercadorias produzidas no local e adjacências, para ser vendidas em outras praças, de onde traziam outros tipos de produtos, o

empresário Domingos Dias da Silva, que já mantinha relações comerciais com várias pessoas do norte do Piauí e Maranhão, atendendo ao convite do amigo João Paulo Diniz, ali se estabeleceu definitivamente.

Ele já conhecia bem a região para onde traficava escravos e de onde comprava muito charque para abastecer os Armazéns do governo e da Armada Real portuguesa, em guerra contra os espanhóis, que, em 1763, invadiram a Vila de São Pedro do Rio Grande.

Além do fornecimento de carnes, com o recrudescimento do conflito armado, que se estendeu para o território de Santa Catarina, ele viu-se obrigado a ceder três embarcações para reforçar a esquadra lusitana¹ –

¹ Informações contidas na Justificativa de Domingos Dias da Silva sobre sua suposta sonegação de impostos das mercadorias apreendidas em 21 de junho de 1785, no Porto

duas das quais eram utilizadas para o tráfico de escravos, comercializados com os fazendeiros da bacia platina, tanto do lado português como do lado espanhol. A outra era usada para contrabandear prata da Bolívia através do rio Paraguai².

Além dessas atividades ilícitas, ele também financiava o contrabando de muares de Corrientes, Entrerios e Misiones, na Argentina, para a região sul do Brasil, de onde eram vendidos, a preço de ouro, para os tropeiros das várias regiões do Rio Grande, da grande região de Sorocaba em São Paulo e da região mineradora da província de Minas Gerais, que inclusive faziam o pagamento em ouro³.

Com a inviabilização dos seus negócios provocada pela guerra, que freou as suas atividades ilícitas e causou a perda de três das suas embarcações, que ficaram destroçados pelas balas inimigas, Domingos Dias da Silva decidiu mudar de vez para a progressista Vila de São João da Parnaíba, onde poderia continuar fazendo o que mais sabia fazer.

Em sua viagem de mudança trazendo uma enorme fortuna em moedas, joias, pedras preciosas, barras de ouro e prata, fez uma escala em Recife, onde, além de tecidos e outros produtos manufaturados, negociou grande parte de um carregamento de escravos, que o amigo e parceiro comercial Domingos Pires Ferreira, acabara de receber de um navio tumbado vindo da África.

Há inclusive uma versão daquelas histórias de ouvir contar, que ele teria vindo com um sócio, com quem angariou toda essa imensa fortuna, e que durante a longa viagem, ele o teria matado para ficar com tudo.

das Barcas, pela alfândega do Maranhão, na qual ele fala sobre sua atividade no Rio Grande e em Santa Catarina. Texto transcrito na íntegra por MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis:** Capitão Domingos Dias da Silva. Academia Piauiense de Letras, Coleção Centenário nº 137, Teresina, PI, 2019, p. 350-361.

² Ilações historiográficas feitas pelo historiador gaúcho Paulo Monteiro, com base em estudos sobre aquele momento histórico em que essas ocorrências contribuíram para o enriquecimento de muitos oportunistas.

³ Ver nota anterior.

Ao chegar em Parnaíba com todo aquele cabedal, Domingos Dias da Silva vendeu o restante dos escravos para o mestre-de-campo Diogo Álvares Ferreira, fundador de Frecheira da Lama, para os irmãos Lopes, fundadores de Buriti dos Lopes, e para o grande fazendeiro e empresário João Paulo Diniz, que, na época, além de administrar a fazenda Santa Cruz das Pedras Preguiças, confiscada dos jesuítas, exercia também o cargo de administrador da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, no vale do rio Parnaíba.

Pelos escravos vendidos para João Paulo Diniz, Domingos Dias da Silva recebeu como pagamento um terreno correspondente a uma quadra, onde, contando com a orientação dos padres que visitavam a região, o vendedor do terreno havia iniciado a construção da igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graças, com a condição de que o comprador não se apropriasse da área destinada ao templo e lhe ajudasse a concluí-lo.

Feito o negócio, Domingos Dias passou a residir numa casa ali próximo, cedida por um compatriota, que chegara bem antes na região e já havia se estabelecido como militar, fazendeiro e comerciante, com uma grande loja de secos e molhados, incluindo tecidos e outros produtos manufaturados vindos da Europa, trazidos por ele próprio, nas viagens anteriores com carregamento de escravos e vários tipos de mercadorias contrabandeadas de Portugal.

Dentre outras providências, além de adquirir mais uma sumaca, comprada em Recife do amigo e parceiro comercial Domingos Pires Ferreira, Domingos Dias da Silva adquiriu muitas terras, onde inicialmente implantou algumas fazendas de gado com os animais comprados dos fazendeiros da região, especialmente do mestre de campo e juiz ordinário Diogo Álvares Ferreira, que, na qualidade de presidente da câmara, fora o primeiro governante da Vila de São João da Parnaíba, e do empresário João Paulo Diniz, que na época mantinha uma próspera indústria de charque e tinha contrato de fornecimento dessa mercadoria para Belém,

São Luís e Alcântara, lugar onde posteriormente casou-se com dona Rosa Maria Joaquina Pereira de Castro, oriunda de importante família daquela vila, filha de um dos homens mais ricos do Maranhão.

Enquanto montava as fazendas, usando a mão de obra escrava, de um carregamento especial, que trouxera posteriormente de Angola, para cuidar exclusivamente dos seus serviços, Domingos Dias da Silva deu início à construção do seu sobrado no terreno comprado do amigo, bem na esquina da rua Grande (atual Av. Getúlio Vargas) com a rua da Glória (atual Monsenhor Joaquim Lopes), com os fundos para a igreja ainda em fase inicial de construção.

Em menos de dois anos, usando os materiais de construção da região, ergueu um sobrado de três pisos. Seu prédio, que passou a ser conhecido como Casa Grande de Parnaíba, e que atualmente abriga um ateliê de artes plástica e a Secretaria de Cultura da cidade, foi feito com o melhor do que havia na época. Além de uma passagem secreta do edifício com acesso para a igreja, o novo fazendeiro e arrojado empreendedor da vila, que no momento começava a instalar as suas primeiras feitorias, para iniciar no ramo da indústria de charque, mandou construir um nicho, ainda hoje existente, na cantoneira do segundo piso do sobrado, onde mandou colocar uma imagem de Nossa Senhora da Conceição, a padroeira de Portugal e santa de sua devoção. O piso térreo foi transformado em lojas, onde passou-se a vender diversos tipos de mercadorias.

Já devidamente instalado com casa, fazendas, lojas, açougues e feitorias de processamento de charque e courama, deu início à navegação de cabotagem para transportar seus produtos de Parnaíba, Amarração e Buriti dos Lopes, para outras praças.

Ao tempo em que cumpria o compromisso com o amigo, auxiliava financeiramente na construção do templo dedicado à Nossa Senhora Mãe da Divina Graça, que teve a sua pedra fundamental lançada pelos padres Inácio Rodrigues Ferreira e José Lopes Pereira, que providenciou a vinda

de Portugal do padre Henrique, seu outro sobrinho, irmão de Manoel Antônio da Silva Henriques, para cuidar da igreja da vila e do seu rebanho.

Pouco tempo depois de sua chegada, trazendo um sopro do progresso, Domingos Dias da Silva amasiou-se com Claudina Josefa, uma de suas escravas com quem, em 2 de março de 1773, teve Simplício Dias da Silva, o seu primeiro filho, que por ter um pé na senzala e nunca ter se conformado com sua origem espúria, gastou uma fortuna para se enturmar com a corte portuguesa em busca de arranjar um casamento com uma nobre europeia dos olhos verdes e sangue azul para clarear a pele, esticar o cabelo e refinar o sangue dos seus descendentes.

Depois de Claudina Josefa, ele conviveu com a escrava Maria Dias, de cuja união teve o alferes Raimundo Dias da Silva, que em 1812, foi brutalmente assassinado num crime de lavagem de honra.

Posteriormente, relacionou-se com dona Senhorinha Ferreira de Araújo, com quem teve mais dois filhos: o capitão Antonino Ferreira de Araújo Silva e dona Justina Ferreira de Araújo Silva, que não tiveram a paternidade reconhecida e foram excluídos da fabulosa herança deixada apenas para os dois primeiros.

Com os seus negócios indo de vento a poupa, Domingos Dias da Silva adquiriu mais uma sumaca, comprada do amigo Domingos Pires Ferreira, que, com a expansão das suas atividades comerciais em Recife e em outras parças, também trafegava nos portos de Parnaíba, Belém e São Luís.

Com o passar do tempo a sua importância na vida econômica de Parnaíba e do Piauí foi aumentando cada vez mais, especialmente quando começou a participar dos leilões de arrematação dos dízimos reais, cujo início verificou-se no ano de 1774, ocasião em que arrematou todos os dízimos das Vilas de Piracuruca e Campo Maior, com efeito retroativo aos anos de 1767 a 1769, tendo posteriormente dominado todos os contratos do norte ao sul da capitania, indo de Parnaíba aos confins de Parnaguá. E

como sempre pagava à vista, tornou-se o mais preferido dentre todos os concorrentes.

Também foi a partir de 1774, que, continuando nas suas atividades empresariais, os amigos e parceiros comerciais Domingos Dias da Silva, Domingos Pires Ferreira e Policarpo José Machado, comerciantes de grande destaque estabelecidos respectivamente em Parnaíba, Recife e Lisboa, passaram a controlar a comercialização das riquezas e dos escravos, que entravam e saíam no porto fluvial de Parnaíba e no porto marítimo de Jericoaquara, no Ceará, que eram dos dois principais entrepostos de comercialização das mercadorias provenientes da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro, onde conseguiam burlar o fisco real e o monopólio comercial exercido pela Companhia de Navegação do Pará e Maranhão.

A atuação comercial de Domingos Dias da Silva, exercida à margem da lei com o tráfico de escravos e a grande sonegação de impostos de todas as mercadorias comercializadas nos entrepostos do Piauí e do Ceará, tomou um grande impulso a partir de 1778 com o encerramento das atividades da empresa de navegação criada com o objetivo de exercer o monopólio comercial na região do Grão Pará e Maranhão.

Como consequência do fim do monopólio da coroa, Domingos Dias da Silva, utilizando as suas próprias embarcações deu início ao um intenso comércio com outras praças, para onde, fugindo do fisco, levava charque e couro e de onde trazia carregamentos de tecidos e de vários outros produtos manufaturados para suprir a sua malha comercial do interior das capitâneas do Ceará, Piauí e Maranhão.

Além disso, investiu também na área da construção naval, passando a construir as suas próprias embarcações, que dentre outras finalidades também eram usadas para captura de baleias no litoral do Piauí, onde montou uma estrutura de salga e extração de banha – bastante utilizada para dar liga à argamassa usada na construção civil.

Em 1779, quando já tinha assumido o monopólio comercial de Parnaíba e a liderança na produção e comercialização de charque no Pará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, Domingos Dias da Silva, obtendo as licenças necessárias, aventurou-se na navegação transatlântica, iniciando o comércio direto com Lisboa, de onde trazia fazendas e outros produtos manufaturados, e onde, continuando a sua luta pela criação da alfândega de Parnaíba, fez esse pedido diretamente à rainha dona Maria I.

Domingos Dias da Silva foi um empreendedor arrojado e homem de grande visão, que, apesar de todas as adversidades, soube aproveitar as oportunidades, firmando-se como o principal marco da econômica e do desenvolvimento de Parnaíba e do Piauí.

6 - LUTA PELA CRIAÇÃO DA ALFÂNDEGA E OS PROBLEMAS COM O FISCO REAL



(Desenho: Márcio Azevedo)

Como um homem de visão e de grande espírito empreendedor, que o transformou em um empresário bem sucedido, o traficante de escravos, contrabandista e sonegador, Domingos Dias da Silva tentando dar um ar de legalidade às suas falcatruas, que o tornara mal visto perante às autoridades, começou a sua luta pela instalação de uma alfândega em Parnaíba.

Além de melhorar a sua imagem já um tanto desgastada, a criação de um órgão de inspeção e cobrança das taxas e impostos de entrada e saída de mercadorias, facilitava a resolução dos entraves burocráticos para o livre trânsito de suas embarcações carregadas de produtos para suprir sua malha comercial do Piauí e de outras capitanias.

Com as suas ações empreendedoras somadas às de João Paulo Diniz, e de outros comerciantes de Pernambuco e do Maranhão, houve uma grande atração de embarcações de vários portos do Brasil, trazendo mercadorias da Europa para negociar na vila, de onde levavam os produtos locais, especialmente charque e couro, comercializados sem o recolhimento das taxas legais.

O contrabando e o descaminho, feitos às claras, despertaram a atenção do Fisco Real estabelecido em São Luís, com suspeita fundamentada contra alguns empresários, fazendo com que, depois de alertado, num contralope de mestre para salvar a sua reputação, Domingos Dias da Silva,

embora sendo o maior beneficiado pela sonegação, numa tentativa de encobrir as suas faltas e deixar transparecer o seu lado de bom moço e pousar como um cidadão digno e honrado, intensificou sua luta pela instalação da alfândega na Vila de São João da Parnaíba.

Assumindo o monopólio da produção e exportação de charque e couro e a liderança da comercialização dos produtos importados realizada com fazendeiros do sertão, ele, que já era uma pessoa de muitas posses, acumulou uma colossal fortuna e tornou-se no homem mais rico do norte e do nordeste do Brasil.

Com toda essa monumental riqueza composta por terras, fazendas com inúmeras cabeças de gado, um grande lote de cavalos, feitorias, embarcações, escravos, dinheiro vivo, joias, barras de ouro e prata, o magnata Domingos Dias da Silva, poderia gozar a sua merecida aposentadoria, no entanto, preferiu continuar empreendendo para gerar renda e emprego.

Continuando nesse labor, aliado aos grandes negociantes portugueses, Policarpo José Machado e Domingos Pires Ferreira, estabelecidos comercialmente em Lisboa e Recife, respectivamente, formaram um grande trio, que a partir de 1774, tornaram-se nos principais elos de uma forte corrente de comercialização de praticamente todas as mercadorias e escravos que entravam e saíam no porto fluvial de Parnaíba e no porto marítimo de Jericoaquara (Ceará), que na época eram os principais entrepostos de negociação de escravos e tecidos, trazidos da Europa, da África e de outras província, sem submissão ao controle do quartel da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Nessa mesma época, diversificando mais ainda os seus negócios, lançou-se na arrematação de dízimos tornando-se no mais preferido de todos, vez que, sempre efetuava os pagamentos à vista.

Enquanto fazia injunções junto às autoridades para a criação da alfândega na vila de São João da Parnaíba, Domingos Dias da Silva, de braços dados aos seus parceiros comerciais, continuava contrabandeando

escravos, tecidos e outros produtos manufaturados, que o tornara cada vez mais rico.

De olho nessa atividade ilícita, o juiz da Alfândega do Maranhão, Antônio Pereira dos Santos, em correspondência dirigida ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, queixou-se desse vício, apontando Domingos Dias da Silva como o principal implicado.

Posteriormente, com a extinção das companhias gerais de comércio, que mantinham o monopólio comercial com o reino, Domingos Dias da Silva, demonstrando ser um homem de visão, decidiu empreender em Portugal.

Para tanto, em 1779, após vencer todos os entraves burocráticos e obter os passaportes e as devidas licenças, emitidas pelo governo de Oeiras do Piauí, o grande empreendedor parnaibano, seguindo a bordo da sumaca “Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e Almas”, realizou a sua primeira viagem legal inaugurando a rota comercial Parnaíba-Lisboa.

Em seu retorno o então governador das capitanias do Maranhão e Piauí, cassou a licença concedida pelo governo de Oeiras e o obrigou a pagar todos os impostos sonegados. Ademais, determinou que a partir da próxima viagem, a embarcação teria que passar na ida e na volta, pelo porto de São Luís, onde tinha a alfândega, para recolher as taxas e receber os despachos, antes de seguir o seu destino.

Em virtude da cassação da licença fornecida pelo Piauí, influenciado por Domingos Dias da Silva, em 29 de dezembro de 1779, o Senado da Câmara de Parnaíba, solicitou ao governo do Maranhão para franquear o Porto das Barcas para o livre comércio direto com o reino e o autorizasse a cobrar os direitos devidos ao Fisco Real.

Apesar da justificativa bem fundamentada, o pleito foi negado. Em face disso, em sua segunda viagem à Lisboa, realizada no ano de 1781, Domingos Dias da Silva pediu pessoalmente, à rainha dona Maria I, a

concessão de licença e passaporte para todos os proprietários das embarcações da vila de São João da Parnaíba, para que pudessem navegar direto do porto daquela vila para a corte, na forma em que ele próprio já havia feito anteriormente. Nessa mesma ocasião pediu também a criação de uma alfândega em Parnaíba.

Ao ser consultado sobre essa pretensão, o governo do Maranhão, apesar de reconhecer os incômodos, os prejuízos pelo atraso e o perigo de entrada e saída das embarcações no porto de São Luís, manifestou-se contrariamente por não haver em Parnaíba Alfândega nem Ministros competentes para lhe dar os despachos do estilo, e arrecadar o direito do subsídio estabelecido nos couros em cabelo e curtidos que saíam do Piauí.

Continuando seu parecer, o governador reconheceu também que o meio mais útil para evitar qualquer descaminho dos Direitos Reais, sobre os gêneros de exportação e importação, seria a criação de uma alfândega em Parnaíba, de onde, após a instalação deste órgão, os comerciantes poderiam receber autorização para navegar diretamente para reino. E, ao finalizar, sugeriu que, enquanto não fosse criada essa repartição, o único meio para a arrecadação dos direitos, seria nomear um Provedor Comissário, com oficiais competentes, que dessem os despachos necessários e fizessem a arrecadação dos impostos, com a obrigação de dar conta à Fazenda Real.

Apesar de a criação da alfândega não ter vingado, apoiado no parecer do governador, foi criado o cargo de Provedor Comissário, tendo como primeiro ocupante o empresário João Paulo Diniz.

Enquanto isso, dando prosseguimento com o comércio diretamente com Portugal, o capitão Domingos Dias da Silva, que já tinha antecedentes, devidamente comprovado como sonegador, passou a ser monitorado pelas autoridades alfandegárias do Maranhão.

Falando sobre isso, o respeitado historiador parnaibano Vicente de

Paula Araújo Silva, enfatizou:

... Domingos Dias da Silva enfrentou alguns percalços com o fisco do Reino, provocando muitos entreveros com a Fazenda no Maranhão, salientando-se os casos com o Juiz da Real Junta de Arrecadação do Maranhão [Antônio Pereira dos Santos] em 1784. Na realidade por ter conquistado um imenso patrimônio em capital, fazendas, escravos, sítios, embarcações e contratos de dízimos, tornou-se aos olhos da Coroa, através do Fisco, alvo de intrigas e suspeição de que a sua fortuna era fruto de suborno e outros descaminhos ocorridos nos seus negócios no Brasil e exterior⁴.

Tratando sobre o mesmo assunto, o abalizado historiador e biógrafo Reginaldo Miranda, relata:

Persistindo nesse comércio com a metrópole, em 21 de junho de 1785, o capitão Domingos Dias da Silva volta a enfrentar problemas com o Real Fisco de São Luiz do Maranhão. No momento em que sua sumaca por nome Nossa Senhora da Conceição Santo Antônio e Almas, ancorava no Porto das Barcas, vinda de Lisboa, teve toda a sua mercadoria apreendida pelo juiz da Real Junta de Arrecadação do Maranhão. Debalde foi sua argumentação de que as referidas mercadorias haviam sido despachadas pela alfândega de Pernambuco, quando o navio ali aportara antes de se dirigir a Parnaíba. Então, seguiu em sua sumaca até São Luís, acompanhando a mercadoria (que) ia transportada em outra sumaca com o juiz e ali fazendo diversos pleitos para conseguir a sua liberação⁵.

Em sua petição dirigida à Junta de Arrecadação da Real Fazenda,

⁴ SILVA, Vicente de Paula Araújo. **História da Região da Parnahiba: 1699 a 1799** – Villa de Nossa Senhora de Monserrathe da Parnahiba e Villa de São João da Parnahiba, Siart, Parnaíba, PI, 2021, p. 291.

⁵ MIRANDA, Reginaldo. **Piuienses Notáveis: coleção centenário 137**. Academia Piuiense de Letras, Teresina, PI, 2019, p. 357.

dentre os argumentos, as justificativas, as guias, as certidões e os recibos das despesas que fez com os despachos das mercadorias, Domingos Dias da Silva, demonstrou sua indignação, queixando-se por ter sido tratado como contrabandista; pabulou-se de ser o maior comerciante; falou sobre sua honra, seu pioneirismo e sua utilidade, inclusive como fornecedor de carnes (no valor de doze mil cruzados) para os Armazéns e Armadas Reais e de três embarcações, que foram utilizadas nas guerras do Rio Grande e Santa Catarina, dando-nos uma pista de sua atuação na região sul do Brasil, de onde teria ido para Parnaíba.

Vejamos esse pequeno trecho da sua petição:

Também é bem certo, que em todo este Estado não tem Sua Majestade vassalo, que em utilidade do público, e da Real Fazenda maneie maior comércio que o suplicante, tendo por isso as melhores correspondências e de homens mais verdadeiros que se dão nas cidades do Brasil, e na Corte de Lisboa, e com este procedimento do dito Ministro fica o suplicante desacreditado, e na opinião do vulgo por contrabandista, e raptor dos direitos de Sua Majestade, quando sempre foi conhecida a honra com que tem vivido, assistindo para as guerras do Rio Grande, e Santa Catharina com três embarcações que lhe ficaram destroncadas, e desmastreadas das balas inimigas, e com doze mil cruzados com carnes para os Armazéns e Armadas Reais, que até o presente lhe não pagaram, nem o suplicante tem pedido, não merecendo por nada disto o cabeo que de presente lhe quer impor o dito Ministro, dando ocasião que se lhe macule a honra por tão pouco⁶.

Além das “estórias de ouvir dizer” dando conta de que quando Domingos Dias da Silva e um sócio partiram do Rio Grande para se estabelecer em Parnaíba, levando consigo um navio com um carregamento de ouro e prata, ele o teria assassinado e jogado seu corpo em alto mar, para que a fortuna ficasse só para si, o historiador Vicente de Paula da Araújo

⁶ MIRANDA, op. cit., p. 359.

Silva, nos dá a seguinte informação:

Em 1792 (Domingos Dias da Silva) foi indiciado pelo capitão-general e governador do Maranhão e Piauí [Fernando Antônio de Noronha], quando teve que assinar um recibo datado de 30/09/1792, constando a sua tentativa de suborno⁷.

Pelo relato acima, constatamos que as acusações (de que sua fortuna era fruto de suborno e outros descaminhos ocorridos nos seus negócios no Brasil e exterior) não eram fundamentadas apenas no campo das intrigas e das suspeições. Pois, de acordo com o nosso historiador, existe um documento comprovando a tentativa desse infrator costumaz de subornar o próprio governador com pedras preciosas, que segundo ele foram encontradas nos barrancos do rio Parnaíba.

No entanto, apesar dos inúmeros percalços e de todos os tipos de adversidades, Domingos Dias da Silva demonstrou ser um homem de visão, que soube aproveitar ao máximo todas as oportunidades para dominar o comércio em geral e a industrialização de charque; para proporcionar o desenvolvimento econômico do Piauí e para conquistar uma imensa fortuna, deixando seu nome gravado na História de Parnaíba, do Piauí, do Brasil e de Portugal, e uma vida pregressa a ser desvendada.

⁷ SILVA, op. cit., p. 291.

7 - A IGREJA E A ESCRAVIDÃO EM PARNAÍBA



Esperança de Aracaju, Bahia.
(Desenho: Márcio Azevedo)

A escravidão no Piauí, especialmente em Parnaíba, não era muito diferente da do resto do Brasil.

A subordinação hierárquica da Igreja à Coroa Lusitana, que a princípio era utilizada apenas para realizar ação evangelizadora em seus domínios em troca de proteção e do aumento do contingente de seguidores do cristianismo, passou a ser usada também como uma espécie de amortecedor social e religioso para

amenizar os efeitos negativos da escravidão negra, que havia se tornado em um dos principais pilares da estruturação social e econômica da colônia.

A Santa Madre Igreja Católica e Apostólica Romana, criada com base nos princípios divinos para promover a fraternidade, a justiça e a paz entre os homens, contrariando os seus mandamentos, passou a ser usada pelo Estado Português para justificar o sistema perverso de exploração humana similar ao que fora implantado no Egito antigo, impondo trabalho forçado e grande sofrimento ao povo hebreu.

Contando com o incondicional apoio dessa instituição sagrada e a benção dos religiosos, que se refestelavam na casa-grande e viravam as costas para a senzala, os portugueses de todo o Brasil e seus descendentes, incluindo os de Parnaíba, aproveitando-se da legalidade desse hediondo

sistema de exploração do ser humano, passaram a usar a mão de obra escrava para impulsionar os seus negócios e promover a geração de riquezas.

Ao contrário do que a história oficial registra, na vila de São João da Parnaíba, os escravizados eram submetidos a trabalhos exaustivos, especialmente nas feitorias de industrialização do charque – um dos piores serviços –, onde os negros trabalhavam em ambiente totalmente insalubre, chegando a cumprir uma jornada de mais de quinze horas de labor.

Segundo o Ouvidor Geral do Piauí, Dr. Antônio José de Moraes Durão, falando de corpo presente, as feitorias de abate de gado da vila de São João da Parnaíba (para a produção de charque), ficavam situadas em terrenos baixos e alagadiços, onde, durante o inverno se cobriam de lagoas, tornando-se impraticável a continuação dessa atividade.

Em sua descrição, aquela autoridade nos fala de um lugar “fétido” e totalmente contaminado por conta da decomposição do “sangue”, dos “miúdos” e das vísceras das milhares de reses abatidas, contribuindo para corromper o ar e atrair “as moscas” e outras “sevandijas” em tão grande número “que causam inexplicáveis moléstias aos habitantes” da vila.

Era, portanto, nesse ambiente em condições precárias de higiene, mau cheiro, sujeira e doença, onde padeciam de epidemias, que os escravizados de Parnaíba produziam a principal fonte de riqueza de João Paulo Diniz e dos Dias da Silva⁸.

Além das charqueadas, que eram consideradas o “inferno dos negros”, os escravos de Parnaíba trabalhavam na lavoura, nas fazendas de gado e, os mais afortunados, nas casas de família. Trabalhavam também como estivadores, embarcadiços e em todo tipo de serviço pesado, mas havia os que

⁸ As condições sanitárias e de insalubridade, foram anotadas pelo Ouvidor Geral do Piauí, Dr. Antônio José de Moraes Durão, em seu relatório datado do dia 15 de junho de 1772. Parte desse documento foi transcrito nas páginas 197 a 199 do livro **História da Região da Parnahiba: 1699 a 1799** – Villa de Nossa Senhora de Monserrathe da Parnahiba e Villa de São João da Parnahiba, de Vicente de Paula Araújo Silva, publicado em 2021, pela Siart.

tinham uma profissão definida com mão de obra qualificada como os carpinteiros, pedreiros, sapateiros, ourives, cozinheiros e costureiros, que eram alugados por dia de serviço.

Como nos demais lugares da colônia, os poderosos da vila sugavam os escravos até a última gota de sangue e não permitiam que os pretos e os pobres se misturassem com os brancos nem mesmo no espaço sagrado da igreja, instituição secular criada sob a inspiração divina para acolher os filhos de Deus.

Em diagonal antagonismo aos princípios divinos, assim como os oei-rensens, os parnaibanos também construíram uma igreja para separar os negros dos brancos e os pobres dos ricos, mesmo porque a elite social, política, econômica e militar, constituída por portugueses e seus descendentes, se recusava a assistir missas junto com essas classes sociais, que, com exceção dos serviços encarregados pela arrumação e limpeza do templo, contrariando os ensinamentos de Jesus Cristo, eram proibidos de entrar na igreja de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça.

Havia tanta hipocrisia que até mesmo, com raras exceções, os mestiços, filhos dos brancos com as escravas, eram proibidos de ser batizados na igreja da Graça.

Embora alguns dos relacionamentos espúrios com a negras fossem de conhecimento público, nem todos os bastardinhos tinham o direito de participar dos cultos ou de qualquer outra atividade realizada naquele templo.

Para contornar essa situação, os parnaibanos, seguindo o triste exemplo do que ocorria nas capitais de várias capitanias, incluindo a do Piauí, resolveram construir uma igreja para oficializar a segregação racial e social no espaço sagrado, colocando cada “macaco no seu galho”.

A construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Parnaíba, situada na praça da matriz, foi patrocinada pelas famílias mais abastadas da região – detentoras de influência, poder, fama e fortuna

–, tendo como principais colaboradores os Dias da Silva, que, dentre outras inúmeras propriedades, tinham um plantel de mais de dois mil escravos.

Engana-se quem pensa que essa igreja teria sido feita como um ato de humanidade em atenção aos escravos e aos pobres para que eles pudessem ter um lugar para participar dos cultos religiosos. Muito pelo contrário, foi construída em atenção aos brancos, ricos e poderosos, que não queriam se misturar com essas classes sociais, tidas por eles como a borra da sociedade parnaibana.

Essa igreja, inaugurada no dia 13 de fevereiro de 1791, tem uma fachada simples e discreta. No centro do seu altar – bastante humilde em relação ao da Igreja dos brancos, ricos e poderosos – encontra-se a imagem de Nossa Senhora do Rosário ladeada pelas imagens de São Benedito à direita e São José à esquerda.

Trata-se de uma igreja simples, que guarda os lamentos dos negros e muitas histórias da cidade, incluindo a de um esqueleto acorrentado que foi encontrado durante uma escavação em seu subsolo e a do caixão de uma escrava – “um caixão enfeitado como o dos brancos para conduzir os escravos ao cemitério. Que eles tivessem, na morte, uma igualdade que não haviam conseguido em vida. O caixão levá-los-ia a enterrar e voltaria para a igreja, à espera de outro viajante da Eternidade”⁹. Um caixão, que por ironia do destino, foi usado para sepultar um dos homens mais ricos e poderosos de Parnaíba, detentor de muitos escravos¹⁰.

⁹ Veja o conto **O Caixão da Tereza**, de Humberto de Campos, que foi transcrito no bojo do capítulo 11 desta obra.

¹⁰ Confira nota 9 (anterior).

8 - AS FIVELAS DE OURO



(Desenho: Márcio Azevedo)

Depois de passar pelas mãos dos governadores João Pereira Caldas, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro e por uma junta trina de governo presidida pelo ouvidor-geral Antônio José de Moraes Durão, a capitania de São José do Piauí seguia em passos firmes, administrada por Dom João de Amorim Pereira, que aqui chegou em 1797.

O novel governante era um homem autoritário e arrogante, no entanto era íntegro e honesto. Apesar de suas boas ideias, a sua administração, marcada por intrigas e prisões arbitrárias, não foi uma das mais eficientes.

Administrou a capitania com probidade, austeridade e transparência, dando um grande exemplo de honestidade para os futuros governantes do Piauí e do Brasil, que ao longo do tempo até os dias atuais, para a decepção de todos, sempre se envolveram em escândalos de corrupção em todos os níveis administrativos, mesmo assim, conforme podemos testemunhar, muitos foram ungidos pela alta cúpula da justiça e hoje pou-sam como salvadores da Pátria.

Diferentemente de seus antecessores, que cometeram alguns deslises e fecharam os olhos para o suborno que campeava livre nas esferas hierár-quicas do poder, com Dom João do Amorim Pereira, a coisa mudava de figura. Qualquer funcionário público que exorbitasse do poder, não cumprisse seu dever, deixasse se subornar ou desse qualquer passo em falso, seria punido com todo rigor. Ele não tinha protegidos, abominava os puxa-sacos e não tolerava o chaleirismo.

Agindo sempre com inteligência e lucidez, sempre se empenhou para resolver todos os problemas da incipiente capitania e só não fez mais por conta das atribulações e das intrigas em que se envolveu.

Preocupado com o desenvolvimento da agricultura e do comércio, introduziu o arado no Piauí e, pensando no progresso econômico da capitania, lutou pela mudança da capital de Oeiras para a Vila de São João da Parnaíba, chegando inclusive a escrever para a rainha expondo essa ideia. A carta, remetida no dia 15 de agosto de 1798, defendia que a instalação do governo naquela vila proporcionaria maiores ações para o desenvolvimento do comércio e para a defesa do território, que vinha sofrendo algumas incursões de piratas.

O Senado da Câmara da Vila de São João da Parnaíba, tão bem presidida pelo Juiz Caetano da Silva Lopes, que naquele ano (1798) se preparava para comemorar o seu trigésimo sexto aniversário de instalação e para o festejo em homenagem à Nossa Senhora Mãe da Divina Graça, a venerada padroeira dos parnaibanos, em reunião preparatória para as comemorações civis e religiosas, debatia sobre várias assuntos de cunho religioso, político e econômico, dentre os quais a mudança da capital de Oeiras para Parnaíba, proposta pelo governador, a quem aquela câmara deveria enviar um convite especial para os festejos cívicos e religiosos, ocasião em que também deveria homenageá-lo.

Durante as discussões, além da pauta principal, trouxeram à tona o assunto sobre os vultosos valores gastos pelo magnata Simplício Dias durante sua última viagem por vários países da Europa.

O presidente da casa, deixando transparecer uma pontinha de inveja, falou aos seus pares, aos oficiais da Câmara e aos demais presentes:

– Meus senhores, toda essa dinheirama que o nosso conterrâneo esbanjou para privar da intimidade dos nobres e participar dos banquetes nos luxuosos salões da corte lusitana; todo esse dinheiro investido com os milionários mimos doados à família real; todos esses vultosos valores,

esbanjados com o objetivo de realizar o seu sonho de arranjar um casamento com uma burguesa europeia de sangue azul e olhos verdes, como de fato ocorreu, poderiam ter sido investidos na nossa vila.¹

Ao lhe ser concedida a palavra, um dos três vereadores da vila, complementou:

– Senhor presidente, a propósito desse assunto de ganância, o nosso conterrâneo, que tem a fama de perdulário, continua esbanjando a grande fortuna deixada pelo falecido pai, capitão Domingos Dias da Silva. Dizem que, além de comprar um bergantim mais luxuoso do que o da família real portuguesa, ele acaba de encomendar, em Paris, uma carruagem dourada, folheada em ouro, para passear pelas ruas da vila, com a esposa e filhos.²

Ao ouvir as palavras do presidente e do outro parlamentar, o vereador Joaquim Barroso de Veras, que também se considerava um homem muito rico, achou por bem seguir o exemplo do nababo parnaibano, que fez todo aquele investimento com o intuito de conseguir prestígio e notoriedade.

Logo após o encerramento da sessão, ele foi direto à Casa Grande de Parnaíba, que no momento se encontra em reforma para receber a esposa do magnata, com quem apesar de ter consumado o casamento, por procuração, ainda não tinha desfrutado da tão sonhada lua de mel. Falando diretamente com o coronel Simplício Dias, fez questão de não tocar no assunto abordado da Câmara, conversaram apenas sobre as aventuras simplicianas por vários países da Europa e sobre o motivo de sua visita: o aluguel de um escravo ourives para fazer uma encomenda especial.

Ele já saiu de lá acompanhado do artífice e, chegando em sua

¹ Conjecturas baseadas em fundamentos históricos.

² Conjecturas baseadas em fundamentos históricos.

residência, entregou-lhe uma barra de ouro e o recomendou para que fizesse três pares de fivelas de sapato, de modelos diferentes.

Tempos depois que o parlamentar remeteu o precioso mimo para Oeiras, de onde pretendia colher alguns dividendos em forma de prestígio político e reconhecimento, o juiz Caetano da Silva Lopes, presidente do Senado da Câmara, convocou uma reunião extraordinária para tratar de um assunto da mais alta gravidade.

Com todos reunidos no plenário da Casa de Câmara e Cadeia, situada no Largo da Matriz, (atual Praça da Graça), exatamente na esquina da rua do Alecrim (atual Pires Ferreira) com a atual rua Oscar Clark, o presidente, visivelmente preocupado com a providência que teria que tomar, cumprimentou a todos e foi direto ao assunto:

– Meus pares, conforme consta na convocação que lhes enviei para participar desta sessão extraordinária, vamos tratar de um assunto extremamente desagradável e da mais alta gravidade. Acabo de receber esse pacote e duas correspondências, que me foram enviados pelo Excelentíssimo Senhor, Dom João de Amorim Pereira, digníssimo governador da capitania de São José do Piauí. Em seu ofício datado do dia 19 de dezembro deste ano de 1789³, o nosso honorabilíssimo governador, que sempre

³ Trecho do ofício do governador para o presidente da câmara de Parnaíba, datado de 19 de setembro de 1798: “Logo que Vossa Mercê receba esta minha ordem fará avisar aos vereadores e mais oficiais desta câmara para que se ajuntem do dia e hora que lhe determinar na casa da mesma câmara, e quando estiverem juntos, Vossa Mercê entregará ao vereador Joaquim Barroso de Veras as fivelas de ouro que vão nesse embrulho, que deve Vossa Mercê abrir, para que se veja e realize a sua entrega, e o repreenderá severa e asperamente do temerário e atrevido arrojo de que ele teve de fazer-me semelhante presente, atacando por um modo tão escandaloso a minha independência, a minha honra e inteireza, devendo fazer um termo de entrega em que o mesmo se assine, e o que remeterá para esta secretaria, deixando no mesmo senado por cópia nos livros de registro, para que em todo o tempo conste do atentado daquele, e do meu procedimento, e finalizado que seja o ato Vossa Mercê deixará preso à minha ordem até eu não mandar o contrário ao mesmo Joaquim Barroso de Veras na casa da mesma câmara, e não tendo essa

demonstrou ser um governante independente, íntegro, honesto, digno e honrado, sentindo-se profundamente ofendido na sua moral, na sua honra e na sua dignidade, ordenou para que eu faça a entrega desta carta⁴ e devolva este pacote com duas fivelas de ouro, para o nobre vereador Joaquim Barroso de Veras, determinando expressamente para que eu o re-prenda severamente e o prenda em uma das dependências dessa Casa de Câmara e Cadeia. E que também o substitua por outra pessoa para assumir seu lugar na vereança. Nesse caso, na qualidade de juiz e vereador presidente desse parlamento, não me resta outra opção, a não ser cumprir as ordens do Excelentíssimo senhor governador. E assim sendo, esta câmara, que no mês passado comemorou oficialmente o trigésimo sexto aniversário da progressista vila de São João da Parnaíba e participou ativamente dos festejos religiosos de sua padroeira – a Imaculada Nossa Senhora Mãe da Divina Graça – em cumprimento de determinação superior, emanada do governador da Capitania, tem o desprazer de cassar o mandato do vereador Joaquim Barroso de Veras e o trancafiar em uma das dependências dessa casa.⁵

Depois de ler as reprimendas contidas na carta enviada pelo governador, tendo a certeza de que seu tiro havia saído pela culatra, o vereador

comodidade para ele estar preso fará buscar uma casa que sirva para esse fim; avisando ao depois a mesma câmara da dita prisão para que nomeiam outro vereador que deverá substituir o seu lugar”.

⁴Conjecturas baseadas em fundamentos históricos.

⁵ Trecho da carta resposta do governador ao vereador Joaquim Barroso de Veras, datada do dia 18 de setembro de 1798: “Na carta escrita a 26 de agosto me avisa Vossa Mercê remeter-me, como na verdade remete, umas fivelas de ouro, de que fico entregue; e como eu não fiz a Vossa Mercê encomenda delas, devo infalivelmente entender que Vossa Mercê me faz um presente das ditas; a este assunto eu responderei em outro lugar a Vossa Mercê. Agora só me resta recomendar-lhe o cuidado que deve ter na satisfação das suas obrigações, isentá-lo de tudo que não for esse exercício.” A resposta “em outro lugar a Vossa Mercê”, foram as providências ordenadas para que o juiz presidente da câmara tomasse contra o dito vereador.

Joaquim Barroso de Veras, deu a mão à palmatória e se entregou ao juiz, que de imediato cumpriu o seu papel e ordenou para que o escrivão da câmara remetesse uma cópia da ata daquela sessão para o mandatário da capitania.⁶

⁶ A essência dessas informações, incluindo as correspondências do governador (itens 3 e 5), fora colhida nos livros: **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**, 1^o volume, 3^a edição, de F. A. Pereira da Costa. Halley S/A Gráfica e Editora, Teresina, PI, 2015, p. 203/204 e **Obra Completa**, 2^a edição, 2^a reimpressão, de Monsenhor Chaves, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, PI, 2013, p. 427/428.

9 - UM GOLPE DE MESTRE



(Desenho: Márcio Azevedo)

O rico fazendeiro português Manuel José da Cunha, uma das figuras mais importantes dos primórdios da história econômica e social de Barras e adjacências, era natural da freguesia de Santa Maria de Canedo, pertencente ao Concelho de Celorico de Basto, ligado ao arcebispado de Braga, onde nasceu e foi batizado no ano de 1758.

Era filho do casal Antônio e Perpétua da Cunha, uma das famílias mais distintas da região, onde eram bastante conhe-

cidos e respeitados como pessoas de bem.

Por volta de 1772, com apenas 14 anos de idade, em atenção ao convite do tio, capitão mor Manuel da Cunha Carvalho, um dos maiores latifundiários e fazendeiros do Vale do Longá, migrou para a região centro norte do Piauí, passando a residir na fazenda Barras, onde, tempos depois, teve a oportunidade de doar meia légua de terras para constituir o patrimônio da igreja de Nossa Senhora da Conceição, iniciada pelo coronel Miguel de Carvalho e Aguiar e concluída por seu tio benemérito, tornando-se num dos três principais fundadores da localidade.

O seu tio também migrou muito jovem. Chegando ao Piauí por volta de 1740, mais ou menos a mesma época da chegada do patrício Manoel Antônio da Silva Henriques, de quem já era amigo.

Embora tivesse alguns parentes estabelecidos nos confins de Parnaçuá e ter recebido convite de um conterrâneo para se instalar em Parnaíba, situou-se na freguesia de Santo Antônio do Surubim, nas proximidades do rio Longá.

Depois de se estabelecer e ter multiplicado o seu criatório, o capitão mor Manuel da Cunha Carvalho, considerado o maior e mais rico criador de gado de Campo Maior, dono da data Cabeceiras e de outras fazendas, passou a fornecer as suas boiadas para o empresário João Paulo Diniz, que, na época, ainda morando no Maranhão, começou a instalar nas margens do Parnaíba as suas primeiras feitorias de salga de carne e preparo da couroma em cabelo, para comercializar através do Porto das Barcas, de onde enviava o produto para São Luís e algumas vilas do Maranhão.

A sua parceria com João Paulo, fez com que ele passasse a entregar as suas boiadas diretamente na Vila de São João da Parnaíba.

Nas suas várias viagens transportando o gado para o norte do Piauí se reaproximou de Manuel Antônio da Silva Henriques, de quem passou a ser hóspede.

No longo percurso das suas fazendas para Parnaíba, sempre pernoitava na casa do amigo Francisco Lopes, um dos fundadores da fazenda Buriti dos Lopes.

Com o passar do tempo, depois de muitos pernoites, Manuel da Cunha Carvalho, fígado pelo cupido, casou-se em primeiras núpcias com Damiana Lopes, a filha do amigo, que sempre o acolheu de braços abertos.

Com o falecimento prematura da esposa, Manuel da Cunha Carvalho, não se acostumando mais com a vida de solteiro, casou-se em segundas núpcias com Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, herdeira do comissário-geral de cavalaria do Piauí, Manuel Carvalho de Almeida e dona Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, descendente de João Gomes do Rego e de Dom Francisco Castelo Branco.

Como fruto do trabalho árduo somado com os dotes e a herança do primeiro casamento, Manuel da Cunha Carvalho tornou-se o homem mais rico de Campo Maior e de toda a região centro norte do Piauí.

Por não ter gerado filhos, deixou toda a sua fortuna para o sobrinho Manuel José da Cunha, que deste então passou a ser um dos homens mais ricos do Estado, tornando-se num dos melhores partidos para as moças casadoiras.

De posse da grande fortuna, seguindo os passos do tio, passou a vender as suas boiadas para os comerciantes de Pernambuco, Bahia, Maranhão e do Piauí, que tinha como principal comprador o empresário João Paulo Diniz, já devidamente estabelecido em Parnaíba, onde também contava com a hospitalidade do amigo Manuel Antônio da Silva Henriques.

Tempos depois, passou a vender o grosso do rebanho apenas para os empresários parnaibanos João Paulo Diniz e Domingos Dias da Silva, que passou a liderar o monopólio da produção e venda de charque.

Na tentativa de não deixar o novo nababo do sertão cair nas garras de qualquer uma aventureira, a família tratou logo de arranjar um casamento para ele com uma sobrinha afim do tio benemérito, que havia lhe deixado toda aquela fortuna. A felizarda foi dona Ignácia Teresa Pereira Castelo Branco, irmã do diplomata e escritor Francisco Gil Castelo Branco, autor do romance “Ataliba, o Vaqueiro”; filha do abastado fazendeiro capitão Francisco da Cunha e Silva Castelo Branco e de dona Ana Rosa Pereira Tereza do Lago.

Com pouco tempo de casado, o rico fazendeiro enviuvou sem ter tido o prazer de deixar um herdeiro.

De olho na fortuna do viúvo, que apesar de jovem, encontrava-se com a saúde abalada, o amigo Manuel Antônio da Silva Henriques, o convidou para passar uma temporada em Parnaíba como seu hóspede.

Fragilizado pela doença e pelo sofrimento da viuvez, Manuel José da Cunha, sem perceber que estava sendo atraído para uma arapuca, aceitou o convite do amigo e compatriota, passando a ser seu hóspede especial com direito a todo tipo de conforto e mordomia.

Durante o longo convalescimento era tratado com caldo de pinto, sopa, canja de galinha e outras comidas especiais. Além do mais, tinha dois vaqueiros de confiança para ajudar a sua comitiva a tanger as boiadas das suas fazendas para os grandes cercados de confinamento, mantidos em Parnaíba, por seus fiéis compradores, situados nos Tucuns e adjacências, margeando o Igarçu e indo até o atual bairro de Nova Parnaíba, que, por conta da atividade de matança e salga de carne, era conhecido como Matadouro.

Com 45 anos de idade e uma invejável fortuna, ainda muito fragilizado pela perda da esposa e pela doença, que apesar do tratamento se agravava cada vez mais, Manoel José da Cunha foi engabelado pelo amigo, Manuel Antônio da Silva Henriques, que cobiçando o seu patrimônio lhe ofereceu uma filha de nove anos em casamento.

A menina, de nome Matildes Nonata Angélica da Silva, que ainda brincava de boneca, foi a isca para que o ganancioso espertalhão abocanhasse parte da fortuna do moribundo.

Dois dias depois do Natal celebrado em família, coagido pelo pai da menor, o nababo do sertão se submeteu a assinar um contrato esponsalício formalizado por escritura pública no dia 27 de dezembro de 1803, na residência do administrador e pai da menor.

No contrato oficializado pelo escrivão público João do Rego Gomes, tendo como testemunhas os senhores David da Costa Bezerra e João Antônio da Silva, constava que o contraente Manuel José da Cunha estava ali por sua livre e espontânea vontade formalizando aquele ato com dona Matildes Nonata, para a receber, na forma do Concílio de Trento, logo que a menina completasse a idade de direito, com a condição de que se ele viesse a falecer antes da celebração do matrimônio, fazia pura, especial e irrevogável doação à contraente da metade de todos os seus bens móveis, imóveis, herança, ações efetivas e futuras, assim como a constituía herdeira universal de todo o seu patrimônio. E, que, no caso de recusa do

contraente em prosseguir no matrimônio, ficaria obrigado ao pagamento de um dote no valor de oito contos de réis.

Por conta da enfermidade do noivo, que o levou ao óbito, ocorrido no dia 2 de abril do ano seguinte, 65 dias após a celebração do contrato, o matrimônio não pôde ser consumado, favorecendo ao pai da noiva (de apenas nove anos de idade), que na qualidade de seu procurador aplicou um golpe de mestre, apropriasse-se da metade do patrimônio do nababo do sertão¹.

¹ A essência dessas informações fora colhida na biografia de Manuel José da Cunha, publicada no livro **Piuienses Notáveis**, Tomo 2, de Reginaldo Miranda. Academia Piuiense de Letras, Teresina, PI, 2023, p. 215 a 220.

10 - O CACHO DE BANANAS DE OURO



(Desenho: Márcio Azevedo)

Depois de dilapidar grande parte da faraônica fortuna deixada pelo pai nas viagens por vários países da Europa, dos avultados gastos para se aproximar dos nobres da corte portuguesa, do grande investimento para frequentar e se exibir nas festas e nos banquetes dos palácios reais com o fito de conseguir notoriedade e obter títulos de nobreza, dos excessivos dispêndios com os valiosíssimos mimos doados à família real lusitana, dos vultosos investimentos feitos para realizar seu sonho de se casar com nobre da corte real, dos gastos exorbitantes

para manter um elevado padrão de vida e principalmente, dos gastos astronômicos para arregimentar e manter tropas de mercenários para defender seu ideal de liberdade, o coronel Simplício Dias da Silva ficou com as finanças abaladas. Mesmo assim, não pensou no futuro financeiro da família e continuou sendo um grande perdulário, esbanjando a raspa do tacho para manter as aparências.

A sua última façanha ocorreu depois das turbulências do movimento separatista parnaibano, do qual foi o principal protagonista, o grande financiador e o mais prejudicado de todos os participantes. No entanto, além dos imensos prejuízos, dos aborrecimentos de toda ordem, dos vexames e das humilhações impostos a ele e aos seus familiares, a sua atuação como líder político e chefe militar lhe rendeu o reconhecimento e a

gratidão do Imperador Dom Pedro I, seu amigo pessoal, que lhe homenageou com a importante Comenda de Dignatário da Ordem do Cruzeiro e o nomeou como Presidente da Província do Piauí, cargo do qual declinou.

Embora com as finanças combalidas e em plena decadência, num gesto de vaidade e ostentação, Simplício Dias decidiu presentear a sua majestade com um presente inusitado – um Cacho de Bananas de Ouro – como prova inequívoca de gratidão, amizade, respeito e veneração.

Apesar de ter sido um mimo caríssimo, o Cacho de Bananas de Ouro, que mandara confeccionar para agradecer e puxar o saco do mandatário supremo do país, foi apenas o segundo mais valioso, perdendo para o magnífico Pavão de Java, em tamanho natural, oferecido à Infanta Maria Tereza de Portugal, confeccionado em ouro de 22 quilates, com 286 safiras incrustadas na calda, no cocuruto e nos olhos².

Segundo Josias Clarence Carneiro da Silva:

A confecção dessa obra-prima do artefato nacional foi confiada a dois talentosos ourives piauienses naturais de Oeiras, e a dois hábeis incrustadores negros das senzalas dos Dias da Silva.

Os trabalhos consumiram oito meses de labor diário ininterruptos, demonstrando a competência e a sensibilidade de uma obra de arte de extremo bom-gosto. Um primor de perfeição e beleza executada no mais puro ouro de vinte e um quilates produziram esse milagre da ourivesaria universal.

O Cacho de Bananas de tamanho natural, carregado de cento e cinquenta reluzentes frutos, pasmava. Nas extremidades ou bicos das cinquenta primeiras bananas, os maiores da penca preciosa, mandou o generoso ofertante engastar cinquenta belíssimas esmeraldas, todas de igual dimensão. As cinquenta frutas seguintes, arrematavam-se cinquenta maravilhosas safiras. O conjunto artístico degradê se

² SILVA, Josias Clarence Carneiro da. **Simplício, Simplificação da Parnaíba** (Lenda do Piauí). Editora Correio de Timon Ltda, 1978, p. 135.

completava com cinquenta graciosos rubis das penças finais, todos iguaizinhos.

Essa admirável obra de arte esteve suspensa abaixo do maravilhoso lustre de cristal de oitenta velas que dominava o imenso salão nobre da Casa Grande de Parnaíba. Ali permaneceu durante uma semana, atraindo as atenções dos que privavam da intimidade dos distintos fidalgos. A notícia se espalhou por toda a região do litoral norte e nordeste brasileiro.

O novo triunfo pessoal conquistado por Simplício Dias com a execução desse trabalho artístico foi muito mal compreendido pelos poderosos compatriotas maranhenses, com os quais Simplício era mais ligado.

Transportar a joia colossal de Parnaíba para o Rio de Janeiro mereceu alguns cuidados especiais e um planejamento meticuloso. As viagens marítimas nem sempre ofereciam a segurança desejada e o tempo exigido; de longa duração estavam sujeitas a imprevistos e a contratempos de toda ordem.

As preocupações por parte do remetente piauiense começaram pelo encaixotamento de triplo revestimento. O primeiro, de madeira, forrado de veludo azul, salpicado de douradas estrelas; o segundo, de madeira lisa envernizada, trazendo as armas imperiais na tampa e o brasão dos Dias da Silva nas demais faces. O terceiro e último, formado de dupla camada de talos de buriti sem a crosta escura e resistente. Procurava-se evitar a todo custo, com essa medida protetora, a submersão do grandioso caixote em caso de naufrágio da embarcação que o transportava. O caixote de talos de buriti foi por diversas vezes testado em pleno oceano, suportando peso correspondente ao do Cacho de Bananas.

A mais bela joia produzida no Piauí seguiu para a corte a bordo do “Amália Carolina”, um naviozinho de propriedade dos Dias da Silva, ali chegando em março de 1824. Além do imperador, o coronel Simplício da Parnaíba escrevera a José Egídio Álvares de Almeida, ex-secretário de dom João VI, a seu amigo pessoal Manoel Jacinto Nogueira da Gama, futuro Marquês de Beapendi, e a João Severiano Maciel da Costa, depois Marquês de Queluz, a todos recomendando atenção particular para a valiosa e extravagante oferta.

As circunstâncias políticas da época, o bom senso e a prudência imperial desaconselharam a exibição pública do presente como recomendavam as praxes reais. O imperador Pedro I tornava-se cada ano mais impopular. O esperado sucesso pessoal redundou no fracasso público para a tristeza e desconsolo do ofertante.

Afirmam os cronistas do tempo ter sido o Cacho de Bananas de Ouro o último grande gesto de dissipação simpliciana. Daí por diante a decadência econômica da Casa Grande da Parnaíba se patenteou aos olhos de todos. Arrastando-se lento nos negócios, debatendo-se numa aflição íntima, revoltado, angustiado, Simplício Dias da Silva parecia desfalecer ao pressentir a sinistra visão da pobreza a rondar-lhe a casa solarenga.

Ferido pela ingratidão dos homens, desiludido, decepcionado com a política, o nobre colono brasileiro sobreviveu dolorosamente por mais cinco anos. Seu coração deixou de pulsar em setembro de 1829. Nem apagado, nem esquecido, nem inteiramente pobre morreu Simplício Dias da Silva. A morte engrandeceu-lhe o prestígio e a fama; exagerou-lhe a auréola da fortuna e as histórias extravagantes dos caprichos pessoais³.

³ SILVA, op. cit., p. 232 e 233.

11 - PERIPÉCIAS DO DESTINO



(Desenho: Márcio Azevedo)

Em Parnaíba havia um homem opulento, mais rico do que o homem rico da parábola: “O Rico e o Pobre Lázaro”.

Era um homem abastado, possuidor de muitas propriedades constituídas por terras, fazendas, inúmeras cabeças de gado e um grande plantel de escravos. Tratava-se de um homem de grande prestígio econômico, social, político e militar, que, apesar

de soberbo e orgulhoso, era uma das pessoas mais queridas e respeitadas do seu tempo em todo o Piauí.

Falo do Coronel Pacífico da Silva Castelo Branco, filho do fazendeiro Estevam Lopes Castelo Branco e dona Lina Rosa de Jesus, nascido no dia 06 de janeiro de 1829 na fazenda Contente, em Livramento (atual cidade de José de Freitas, PI) e falecido no dia 26 de março de 1888 na fazenda Alegre, de propriedade do capitão Leonel Rocha, de onde seu corpo foi levado para Parnaíba e enterrado no Cemitério da Igualdade. Dotado de grande força de vontade, coragem, disposição e inteligência, dedicou sua vida ao trabalho, tornando-se num grande agropecuarista, possuidor de várias fazendas de criação de gado.

Seguindo a tradição da família, enveredou também pela atividade política e militar. Aos 20 anos já era Tenente da Guarda Nacional. Pouco tempo depois foi promovido ao posto de Tenente-Coronel e posteriormente ao de Coronel.

Apesar de ter muitos escravos distribuídos por suas fazendas e na senzala de sua casa-grande, situada no terreno atualmente ocupado pela Santa Casa de Misericórdia de Parnaíba, o Coronel Pacífico tinha ideias liberais e abolicionistas.

Foi um dos fundadores, militantes e financiadores da Sociedade Abolicionista Libertadora Barrense, que arrecadava fundos para comprar a alforria dos escravos e para ensinar uma profissão aos negros libertos.

Dando vasão ao seu espírito abolicionista, adotou o costume de todo ano, durante as festividades de seu aniversário – comemorado no dia 06 de janeiro –, alforriar dois dos seus escravos, de melhor conduta e bom comportamento durante o ano anterior.

O coronel Pacífico, um dos principais membros da aristocracia do Norte do Piauí, contraiu três matrimônios, tornando-se num grande reprodutor, pai de 25 filhos, contanto somente os legítimos.

Com apenas 19 anos, casou-se em primeiras núpcias, em União, PI, no ano de 1848, com sua prima Olívia Clara Castelo Branco, filha do segundo casamento de Arcângela Pulquéria Castelo Branco e João Barbosa Ferreira. Desse enlace matrimonial o casal teve seis filhos: Arcângela Pulquéria, Marcelino, Pacífico, Lina, Estevão e Olívia (todos com o apelido da Silva Castelo Branco).

Anos depois, casou-se em segundas núpcias na fazenda Maracujá, em Barras de Marataoan, com sua prima Torquata Gonçalves, filha do fazendeiro Domingos José Gonçalves e dona Torquata da Cunha e Silva, primos entre si. Desse segundo casamento o casal teve dezessete filhos: Domingos Pacífico, Torquato, Pacífico, Lino, Victoria, Maria, Feliciano, Estevão, Francisca (todos com o sobrenome Rodrigues Castelo Branco),

Estevão, Edla, Malaquias, Hélio, Eth, Ito, Elza e Luíza (todos com o apelido Gonçalves Castelo Branco).

Após enviuar pela segunda vez, casou-se em terceiras núpcias em Parnaíba, com Filomena da Costa Fernandes, filha de Francisco da Costa Fernandes e dona Rosalina Furtado de Mendonça. Desse relacionamento o casal teve apenas dois filhos: Pacífico Fernandes e Durval Castelo Branco¹.

Dos filhos que vingaram, apenas quatro sobreviveram ao pai: Domingos, Estevão, Pacífico e Durval. Domingos o mais velho tinha 11 anos quando o pai faleceu.

Em União o Coronel Pacífico morava na fazenda Desígnio, situada a quatro léguas ao sul do povoado. A fazenda, cercada de pau a pique com estaca de unha de gato, contava com um grande rebanho de gado selecionado e vários cavalos de campo e de fábrica.

A casa-grande, de dois pavimentos avarandados, foi construída com esmero no alto de uma colina situada nas proximidades das margens do rio Parnaíba, de onde o proprietário, deitado em sua rede de tucum, a fumar seu cachimbo, dando grandes baforadas de fumaça, observava o gado malhado ruminando no pasto e se deslumbrava com os amplos horizontes descortinados a montante e jusante do rio. No primeiro andar ficavam os quartos, a sala de estar, a cozinha e as demais acomodações para a família, e no térreo os utensílios e as ferramentas utilizados na lida dos vaqueiros, na farinhada, na moagem de cana e o beneficiamento do algodão.

Algum tempo depois do segundo casamento, exatamente em 14 de agosto de 1878, o coronel Pacífico transferiu sua residência da fazenda Desígnio para Parnaíba, onde desde então disponibilizou todo o seu prestígio e toda a sua fortuna para contribuir com o desenvolvimento local, prestando os mais relevantes serviços a essa comunidade.

¹ FERREIRA, Edgardo Pires. **A Mística do Parentesco**. V. 2. (Piauí / Rio de Janeiro), Livraria Corrêa do Lago - Editora, São Paulo, SP, 1992 / Árvore genealógica de Pacífico da Silva Castello Branco.

Ingressando na política, galgou os postos de maior relevância, tendo sido Chefe do Partido Liberal, Vereador, vice-presidente e mais tarde presidente do Conselho Municipal em vários períodos legislativos. Como primeiro mandatário da cidade, dentre outros feitos, construiu o Mercado Público e o Cemitério da Igualdade.

O Coronel Pacífico era pacífico apenas no nome. O contrário do nome, era um homem bravo, corajoso e destemido, que comandou um Batalhão de 468 Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, onde teve a oportunidade de demonstrar toda a sua bravura e o seu heroísmo.

Ao regressar da guerra coberto de louros pela retumbante vitória, recebeu um abraço de Dom Pedro II, o Magnânimo Imperador do Brasil, que, pelos relevantes serviços prestados à Pátria, o promoveu ao posto de Coronel da Guarda Nacional e lhe concedeu o honroso título de Brasileiro da Ordem da Rosa.

Voltando para Parnaíba ovacionado como um grande herói, ufano, soberbo e orgulhoso, a ostentar a medalha no peito e a honrosa comenda, não se conformando com a dilacerante realidade social dos cativos, “emancipou todos os seus escravos, tornando-se um grande abolicionista”².

Aderindo ao costume dos parnaibanos, ao anoitecer ia para a calçada esperar os amigos. Em breve formava-se uma grande roda e a palestra na qual falava-se de tudo, inclusive das suas façanhas nos campos de batalha da Guerra do Paraguai, prolongando-se até tarde.

Apesar de ter sido um homem muito importante, era uma pessoa muito simples e, quando se achava nas fazendas, campeava e tomava parte ativa nas vaquejadas.

Tempos depois de retomar todas as suas atividades à frente da política e dos seus negócios, o Coronel Pacífico, ainda com o peito estufado de orgulho, saiu a cavalo em companhia da mulher, de três filhos e de uma

² FERREIRA, op. cit. (v. 42.367).

sobrinha para participar de uma vaquejada na fazenda Arapuá de sua propriedade, onde adoeceu gravemente.

A esposa mandou buscar um médico em Brejo, no Maranhão, que, percebendo a gravidade da doença, aconselhou à família a levar o moribundo urgentemente para Parnaíba.

Seguindo a orientação do médico, saíram de canoa da Fazenda Arapuá para o Estreito (atual Luzilândia), onde aguardariam a chegada de um vapor que os levariam para Parnaíba, mas ao chegar na fazenda Alegre, de propriedade do capitão Leonel Rocha, o doente despediu-se do mundo dos vivos.

O fato ocorreu às 10 horas da noite do dia 26 de março de 1888, a exatamente 49 dias antes da assinatura da Lei Áurea.

Apesar da longa distância a ser percorrida entre aquela localidade e a casa de morada do coronel, o defunto foi trasladado para Parnaíba, onde, por ironia do destino, segundo o conto abaixo, de autoria do consagrado escritor Humberto de Campos, seu corpo em “franca decomposição”, com insuportável mal cheiro espalhado pelo ar, e sem ter direito a velório e a um enterro digno, foi sepultado dentro do caixão de Tereza, que era utilizado para conduzir os escravos falecidos para a última morada – local onde o pobre e o rico, o preto e o branco, o vassalo e o senhor, o humilde e o orgulhoso, se igualam...

Confira:

O Caixão de Tereza³

Em Parnaíba, a rua que passa ao lado da Santa Casa de Misericórdia, chama-se ‘Coronel Pacífico.’ À esquina, em um quadro feito de tinta escura, lia-se, quando ali cheguei em 1894, e ainda se lia em 1903, esse dístico, em tinta branca. No prédio enorme, que toma todo um

³ CAMPOS, Humberto de. **Memória Inacabadas**. 1933.

quarteirão, em que funcionam hoje os serviços da caridade urbana, residia, há sessenta ou setenta anos, esse homem poderoso. Membro, dos mais proeminentes, da aristocracia da província, possuía numerosos escravos e grandes terras. O seu gado mugia em nove comarcas do sertão e os seus negros enchiam toda a praça fronteira, à hora da bênção a seu senhor. Um orgulho fundo enchia-lhe, por isso, o largo peito brasileiro, e era com displicência altiva que passava a mão pela barba grisalha e espalhada que, aberta em leque, lhe cobria o coração.

Das suas escravas, uma houve, todavia, que conseguira o milagre da alforria pelo trabalho. Rezando e penando, juntando o vintém ao vintém, comprara, primeiro, a liberdade, e, em seguida, para pagar a Deus a bênção da liberdade, adquirira, um caixão de defunto. Era resultado de uma promessa que fizera. Prometera a Deus que, se um dia fosse livre, ofereceria à Igreja do Rosário um caixão enfeitado como o dos brancos para conduzir os escravos ao cemitério. Que eles tivessem, na morte, uma igualdade que não haviam conseguido em vida. O caixão levá-los-ia a enterrar e voltaria para a igreja, à espera de outro viajante da Eternidade.

A caminho do outro mundo, naquele esquife agalado, que substituiria a rede humilde e suja, o escravo teria a ilusão póstuma de que morrera redimido. E Tereza, a velha preta, era feliz e rezava consolada, porque dera esse último sonho de liberdade aos seus irmãos.

O negro, era, porém, antigamente, não só animal de trabalho como objeto de ridículo. Ao passar o caixão de um branco, os transeuntes se calavam, compungidos, murmurando um ‘Deus te leve’, com a pena e o terror no coração. Se era, porém o caixão de Tereza que atravessava as ruas, aos ombros de quatro negros que levavam a enterrar um companheiro, os brancos paravam pilheriando, e as senhoras corriam para a janela, sorrindo, numa zombaria alegre da última vaidade daqueles homens de cor. E quem melhor sorria, do alto do seu orgulho branco e de homem rico, era o coronel Pacífico, antigo senhor da Tereza, diante de cuja casa, no outro lado da praça, para que ele sorrisse mais, ficava o cemitério.

Um dia, partiu o coronel, a cavalo, a visitar as suas numerosas fazendas do sertão. No segundo dia de viagem, ao apeiar-se em uma das povoações das margens do Parnaíba, tem uma síncope, e morre de repente.

A população rodeia lhe o corpo, compadecida e preocupada. Sepultá-lo no cemitério local, cercado de varas e esburacado pelos tatus, é desrespeito a homem tão poderoso. Amarrar o cadáver à sela de um cavalo a fim de conduzi-lo, por terra, para Parnaíba, é missão impiedosa e difícil, pelas 24 horas de marcha, que são necessárias. E como o caminho mais cômodo é o rio, resolvem os moradores colocar o corpo sobre uma taboa sobre os bancos de uma canoa, e fazê-la descer, à força de remos, a toda velocidade, rumo de Parnaíba. Se os remadores não descansarem, remando dia e noite, lá chegarão em vinte horas. Fez-se isso, e a canoa partiu.

Animados pela esperança de uma larga recompensa, os tripulantes da embarcação fúnebre fazem-na voar pelas faces barrentas do rio. Horas seguidas, os remos roncavam ao ritmo surdo, deixando para trás os redemoinhos gorgolejantes das águas. Ao anoitecer, param para repousar um instante, no porto de um povoado. Os remadores encaminham-se para uma taberna e põem-se a beber. A meia noite, embriagados todos, voltam para a canoa, e na exaltação do álcool, resolvem compensar as horas perdidas remando com maior fúria. Como tenham trazido para bordo um garrafão de aguardente, remam e bebem. E remam e bebem ainda quando, à primeira claridade do dia, um deles solta um grito:

– Cadê o defunto?

O morto havia realmente desaparecido. Com o impulso da canoa para a frente, o corpo se havia deslocado no rumo da popa sem leme, e, por aí, caído n'água... A embarcação faz, porém, meia volta e, em breve, os seus homens encontram o cadáver que descia na correnteza. Reembarcado, começa, de novo, a corrida vertiginosa da canoa, rio abaixo. Até que se ouve outro grito:

– Pega o homem!

Era o corpo do coronel que havia, de novo, caído n'água. E, como, ao reavê-lo, os remadores, completamente bêbados, não o punham convenientemente sobre a tábua, tantas vezes o repescassem quantas ele voltava à água, forçando os tripulantes ora a mergulhar, ora a nadar, para que a embarcação não chegasse a Parnaíba sem a sua carga fúnebre. Da última vez, para não interromperem mais a viagem, e, mesmo

porque o cadáver já tivesse entrado em putrefação, os canoieiros deliberaram:

– Deixe o homem na água mesmo!

E, amarrando o defunto pelo pé, prendem a corda à popa da canoa, e rebocam-no rio abaixo, rumo de Parnaíba.

Ao chegarem ali, o corpo, em franca decomposição, foi arrastado para a praia. O mal cheiro, espalhado, e a notícia da ocorrência fazem correr para o porto metade da população. A família do morto, surpreendida pelo acontecimento que a cobre de dor e de luto, movimenta-se. É preciso, quanto antes, dar sepultura aqueles despojos macabros, que jazem sobre a areia, à margem do rio. Os marceneiros, chamados, declaram que só no dia seguinte poderão dar pronto um caixão.

E é quando alguém lembra...

– E o caixão da Tereza?

A ideia é aceita, embora com constrangimento. Vem o caixão, que se achava na sacristia do Rosário. O caixão, promessa da negra velha.

E o corpo do coronel Pacífico atravessou a cidade, entre o dobre funéreo dos sinos das duas igrejas de Parnaíba, no caixão de enterrar escravos, aos ombros de quatro escravos, que tapavam o nariz...

Versão da Família sobre o conto de Humberto de Campos: Em um folheto de 46 páginas publicado no Maranhão, no ano de 1835, intitulado “Em defesa da memória do coronel Pacífico da Silva Castello Branco, por seu filho Domingos Pacífico Castello Branco”, o autor apresenta a versão da família sobre o teor do conto de Humberto de Campos. Traça o perfil biográfico de seu pai, descrevendo-o como um homem justo, democrata, liberal e abolicionista, que “abraçou com entusiasmo todas as boas causas nacionais”. Em seu arrazoado sai em defesa da memória do seu genitor, segundo ele, “ultrajada pela fantasia de um escritor”, dizendo que se trata de um “perverso artigo”, “cheio de maldade”, “ofendendo a memória” de seu pai. Afirma que, conforme o inventário feito após o falecimento da segunda esposa dele, dentre os bens que lhe coube, havia apenas 24 escravos, “todos que o casal possuía”; que ele “não era o nababo

orgulhoso, pintado pelo Sr. Humberto de Campos”; que “era bem modesta a sua fortuna”; que “a escrava Tereza, que deu origem à fantasia do Sr. Humberto de Campos, não esmolou a importância necessária à sua liberdade”; que “ela foi livre em 1869, por meu (seu) tio dr. Malaquias Antônio Gonçalves, a quem amamentou”; que “ela nunca pôs os pés em Parnaíba, nunca contribuiu para a Irmandade do Rosário”. Diz que seu pai “adoeceu na fazenda Arapuá, onde estava com a sua mulher e três filhos”; que ele teve assistência de um médico vindo de Brejos; que “vendo o médico que o doente não escapava, aconselhou dona Filomena (a esposa) a levá-lo para Parnaíba”. Informa que às 4 horas da tarde do dia 26 saíram da Fazenda Arapuá para o Estreito (atual Luzilândia), onde aguardariam a chegada de um vapor que os levariam para Parnaíba e que a caminho seu pai faleceu às 10 horas da noite na fazenda Alegre, de propriedade do capitão Leonel Rocha. Afirma que o corpo de seu pai foi levado de canoa até perto de Poções, onde encontraram um rebocador da Casa Inglesa, que vinha em seu socorro, ocasião em que todos se passaram para aquela embarcação; que o corpo de seu pai não ficou apodrecido, chegando a tempo de ser velado em casa; que não foi sepultado no caixão de Tereza, que segundo ele nunca pisou em Parnaíba e sim no caixão de Ana, uma ex-escrava de seu pai, que “ofereceu aquele móvel” (caixão) à Irmandade do Rosário.

12 - O TESOIRO PERDIDO DE NICOLAU DE REZENDE



(Desenho: Márcio Azevedo)

Nicolau de Resende, um dos primeiros europeus a se fixar no norte do Piauí, foi um navegador português, que, em 1571, após enfrentar uma violenta tempestade e ter sua caravela avariada, naufragou nas proximidades de uma das ilhas do Delta do Parnaíba, onde chegou a nadar e, juntamente com seus companheiros,

foi acolhido pelos índios Tremembés, de quem ganhou a amizade e a confiança.

Quem já teve a oportunidade de fazer um passeio de barco pelo Delta do Parnaíba⁴, deve ter ouvido uma das versões da história desse navegador português dando conta de que ele teria sido atacado por piratas e, ao tentar se livrar de seus perseguidores, adentrou pelos igarapés desse delta, onde naufragou com sua caravela abarrotada de ouro.

Contam também que ele teria passado 16 anos tentando encontrar o seu tesouro.

⁴ O Delta do Parnaíba – lugar onde Nicolau de Resende naufragou, constituiu família e viu-se obrigado a morar pelo resto da vida – é um dos três únicos deltas naturais do mundo e o único das Américas em mar aberto; é um santuário ecológico, que abriga uma enorme variedade de espécies de peixes, crustáceos, quelônios, aves, jacarés, macacos e outros mamíferos da nossa fauna. É formado por mais de 70 ilhas. Tem uma área superior a 2.700 Km² de igarapés, rios, canais, lagoas, dunas, praias e manguezais, constituindo-se num deslumbrante espetáculo natural, de encher os olhos dos nativos e dos privilegiados que têm a sorte de conhecê-lo.

Até hoje há quem jure, que essa imensa fortuna ainda se encontre submersa no fundo do leito de um dos braços do rio Parnaíba, à espera de ser resgatado.

Mas, pelas minhas pesquisas históricas, posso afirmar categoricamente que o bilionário tesouro desse naufrago lusitano nunca existiu, mesmo porque em 1571 (71 anos depois do descobrimento do Brasil), a costa nordestina albergava apenas 04 vilas (Igarassu, fundada em 1535; Olinda, em 1537; Recife, em 1537; e Salvador, 1549). Por outro lado, ainda não existia mineração no Brasil, o que ocorreu somente por volta de 1693, com a descoberta das primeiras minas de ouro e prata na região de Sabará, Minas Gerais.

Se é que Nicolau de Resende conduzia esse rico carregamento de ouro, onde ele o teria encontrado e para onde estaria levando?

Se é que realmente ele transportava essa valiosa carga, posso afirmar que ela não foi embarcada no Brasil e que não estaria sendo levada para Fortaleza, nem São Luís e tão pouco para Belém, visto que essas vilas foram fundadas depois de 1571.

Pelas minhas pesquisas posso afirmar que Nicolau de Resende não perdeu nada, muito pelo contrário, ele teve a sorte de encontrar um paraíso, o Delta do Parnaíba, um dos maiores tesouros do mundo.

Não obstante a tudo isso, o imaginário popular, com suas histórias fantasiosas, nos remete a essa lenda fantástica de um precioso carregamento de ouro perdido no Delta do Parnaíba, onde durante as noites de luar uma caravela fantasma, tripulada pelas almas de Nicolau de Resende e de seus companheiros, faz ronda na região para proteger a sua valiosa carga dos piratas do além e dos caçadores de tesouro.

Na verdade, a verdadeira história de Nicolau de Resende e da sua luta durante 16 anos para resgatar o seu suposto carregamento de ouro estão estampadas nas páginas do livro “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, de Gabriel Soares de Sousa.

O autor, um senhor de engenho em Recife, de origem portuguesa, montou uma expedição exploratória para estudar o litoral nordestino.

Em seu livro ele afirma que no ano de 1587, esteve no Delta do Parnaíba, onde encontrou um patrício chamado Nicolau de Resende, que em 1571 havia naufragado naquele delta e fora acolhido pelos índios locais. Fala ainda sobre a boa convivência do seu compatriota com os nativos e da grande contribuição, com valiosas informações, que ele deu para o bom êxito das suas pesquisas.

O livro não fala sobre o carregamento de ouro, no entanto em relação ao tempo de procura do suposto tesouro, a matemática nos dá a pista: 16 anos é exatamente o tempo entre o naufrágio e a data em que o náufrago foi encontrado pelo autor do livro (1571 a 1587).



(Desenho: Márcio Azevedo)

1 – RETALHOS BIOHISTORIOGRÁFICOS DE SIMPÍCIO DIAS DA SILVA, O TODO-PODE-ROSO SENHOR DA PARNAÍBA

Mosaico de textos escritos por Reginaldo Miranda, Josias Clarence Carneiro da Silva, F. A. Pereira da Costa, Wilson Carvalho Gonçalves, Valdeci Cavalcante, Cláudio Bastos, João Bosco Gaspar, Luís Câmara Cascudo, Henry Koster, Louis-François de Tollenare, Valdemir Miranda de Castro, Caio Passos, Abdias Neves, Bugyja Brito e Ailton Vasconcelos Ponte.

Nasceu Simplício Dias da Silva, em 2 de março de 1773, na vila de São João da Parnaíba, hoje cidade de Parnaíba, no litoral do Piauí, filho do rico empresário português ali radicado, Domingos Dias da Silva e da mestiça Claudina Josefa, sendo, porém, reconhecido pelo pai e legitimado por provisão real.

Menino rico, foi criado na abundância, embora seu pai nunca tenha regularizado o relacionamento com a companheira. E com pouco menos de 21 anos de idade perdeu o genitor, herdando, assim, um avultado patrimônio que foi dividido entre ele e um meio-irmão mais moço, havido de seu pai com outra mestiça, Maria Dias, o alferes Raimundo Dias da Silva. No entanto, houve denúncia de que ele e o tutor do menor, Manuel Antônio da Silva Henriques, sobrinho e testamenteiro do falecido, lançavam mão da herança em prejuízo do menor¹.

Domingos Dias da Silva procurou dar aos filhos Simplício e Raimundo uma educação de pessoas de alta linhagem e não tergiversou em contratar um preceptor e três brilhantes educadores para os meninos. Um professor de línguas, um mestre de música e dança e um erudito com amplos conhecimentos gerais. O preceptor era incumbido de ensinar aos garotos boas maneiras, equitação e nado. As segundas,

¹ MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis**. Coleção centenário 137, Academia Piauiense de Letras, Teresina, PI, 2019, p. 361.

quartas e sextas-feiras, pela manhã, o horário era reservado para o nado e equitação; à tarde, música e dança. Aos 12 anos de idade, Simplício Dias já aprendera a dançar e a tocar, razoavelmente, o cravo, a flauta e o violino. Terças, quintas e sábados, pela manhã, ministravam-se-lhes, aulas de línguas cultas: o francês, o inglês e o alemão; o espanhol, o pai fizera questão de ensinar-lhes pessoalmente, pois na infância e adolescência Domingos Dias da Silva por numerosas vezes atravessara a serra do Larouco e estivera em território espanhol, da Galiza. Às tardes, iniciação à matemática, à física, à astronomia, à geografia e à história etc.²

Adolescentes, os rapazolas foram encaminhados para São Luís do Maranhão, a fim de que complementassem a educação. O futuro coronel Simplício Dias, bastante cedo, demonstrara natural inclinação para a carreira das armas e desusado interesse pelas artes e a vida em sociedade. Suas ambições literárias e políticas só posteriormente se manifestaram, quando em sua primeira estada na Europa. Dominando o francês, o inglês, o alemão e o espanhol, tocando flauta, cravo e violino, delicado de maneiras, dançando bem, expressando-se melhor, fez sucesso rápido nos círculos aristocráticos de São Luís e de Alcântara. A sua diminuta estatura era fartamente compensada pelos dotes do espírito, pelo charme e pelo dinheiro. Tornou-se um líder. Nas ruas estreitas e tortuosas da capital maranhense, promovia serestas, cantava modinhas. Andava sempre cercado de um crescido grupo de admiradores³.

Simplício Dias desleixou-se dos estudos, tornara-se num playboy galanteador, e, como tal, envolvera-se em vários romances pitorescos, incluindo um caso de adultério, que causou um grande escândalo e quase lhe custou a vida.

Ao tomar conhecimento desse episódio “O capitão Domingos Dias da Silva, de Parnaíba, ordenou, furioso, o regresso imediato do filho, procurando evitar maior desgraça. Uma semana depois, em

² SILVA, Josias Clarence Carneiro da. **Simplício, Simplício da Parnaíba** (Lenda do Piauí). Editora Correio de Timon Ltda, 1978, p. 28 e 29.

³ SILVA, op. cit., p. 29.

obediência à irrevogável e severa decisão do paterna, viajou para Coimbra o irrequieto Simplício Dias da Silva, a bordo da São Domingos⁴.

Com Simplício Dias da Silva, o capítulo da Universidade de Coimbra, que deveria ser um instante de superioridade espiritual vivido pelos grandes brasileiros que por lá estiveram, jamais deveria ser escrito, pois constituiu sobre o aspecto ético e cultural um desvario, uma loucura que até hoje ninguém soube ao certo explicar. Chega a ser humilhante, condenável e sem-razão a permanência do piauiense em terras coimbrãs⁵.

Marginalizado dos estudos, sem se esforçar em adquirir o espírito universitário disciplinado e correto, organizava ele, sob sua chefia, o bando de vadios conhecidos pelo nome de simplicianos. Um grupo heterogêneo e famigerado de rapazes muitos dos quais ex-alunos da universidade, e na maioria colonos portugueses de além-mar. Esses baderneiros motivaram uma série de graves aborrecimentos ao deficiente sistema de policiamento da célebre cidade⁶.

Depois dessas degradações, desses vexames e tragédias, a fim de evitar um inquérito que redundaria na expulsão de Simplício Dias da universidade, comunicou-se aos protetores do arrojado rebelde a conveniência de retirá-lo da cidade de Coimbra e não apenas daquele arcó-pago, onde pontificavam as mais brilhantes inteligências da nação⁷.

Ainda muito moço esse rico mancebo iniciou carreira das armas⁸.

Em 7 de março de 1793, foi nomeado alferes de cavalaria da ordenança da Parnaíba, e foi promovido a capitão em 27 de maio do mesmo ano, sendo depois confirmado por ato régio para servir no regimento da

⁴ SILVA, op. cit., p. 53.

⁵ SILVA, op. cit., p. 61.

⁶ SILVA, op. cit., p. 62.

⁷ SILVA, op. cit., p. 65 e 66.

⁸ MIRANDA, op. cit., p. 361.

guarnição do Maranhão, como agregado, em 14 de junho de 1796. No posto de capitão tomou ele parte da tristemente célebre expedição de Axuí, no Maranhão, como ajudante-de-campo do comandante-chefe, expedição essa que tanto desabona os créditos do general dom Fernando Antônio de Noronha, governador daquele Estado, que a empreendeu⁹.

Mais tarde, por provisão do governador de 22 de janeiro de 1806, Simplício Dias da Silva foi nomeado comandante militar da vila de São João da Parnaíba, em cujo exercício permaneceu por largos anos. Nesse ínterim visitou demoradamente diversos países da Europa, frequentando salões refinados e travando contato com as ideias liberais então em voga. Amante das belas-artes, mantinha banda de música composta por seus escravos, alguns dos quais educados em Lisboa e Rio de Janeiro¹⁰.

Filho ‘natural’ de um dos homens mais ricos da América Portuguesa, Simplício Dias da Silva, após ter recebido da rainha Dona Maria I a sua carta de legitimação (filho legítimo de Domingos Dias da Silva) em 1784, teve que impetrar junto ao Juízo da Correição do Cível de Portugal, em 1795, a “abonação de sua pessoa ao título de fidalguia”, para fazer jus ao “Brasão de Armas” da família “DIAS”. Para Tanto, declarou o seguinte: “Simplício Dias da Silva - Capitão de cavallaria auxiliar da cidade do Maranhão, natural da villa de S. João da Parnayba, comarca da cidade de Oeiras, capitania de S. José de Piauhy; filho por provisão real do capitão Domingos Dias da Silva e de Claudina Josepha, solteira; neto pela parte paterna de José Dias da Silva, vereador e juiz ordinario no lugar de Pedronellos, e de sua mulher D. Maria Gonçalves; bisneto de Manuel da Silva, e de sua mulher Anna de Oliveira”. Requereu ainda: “Um escudo partido em pala; na primeira as armas dos Dias, e na segunda as dos Silvas”. Após consulta junto aos “nobilíarios das famílias do Reino”, foi possível retroagir

⁹ COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Vol. 1. 3.ª Ed. Coleção Centenário 17. Teresina: APL, 2015, p. 240.

¹⁰ MIRANDA, op. cit., p, 362.

“dezenove gerações até os primeiros ascendentes de Simplício Dias da Silva”, como “pessoas de distinta nobreza e descendentes das famílias de Silva e Pereira¹¹.

Prosseguindo na carreira militar, em 7 de fevereiro de 1809, Simplício Dias da Silva foi promovido ao posto de coronel-comandante do regimento de cavalaria miliciano da vila de São João da Parnaíba, em cujo posto foi reformado por decreto de 28 de julho de 1821, depois de relevantes serviços prestados. Em face dessa patente militar, com a morte do coronel Luís Carlos Pereira de Abreu Bacelar, em 31 de agosto de 1811, foi convocado para integrar em seu lugar a junta trina que então governava o Piauí, recusando sob o pretexto de doença.

Porém, no ano seguinte, rompendo a Guerra da Independência, voltou ao serviço ativo e comandou o regimento de cavalaria n.º 2 da mesma vila, promovendo os feitos mais gloriosos de sua carreira militar na consolidação de nossa independência política, assim, inscrevendo seu nome nos anais da pátria.

Tomou parte ativa no movimento da Independência, liderando-o na Parnaíba, juntamente com o juiz de fora, João Cândido de Deus e Silva, capitão Domingos Dias da Silva Henriques, José Ferreira Meireles, Ângelo da Costa Rosal, Bernardo de Freitas Caldas e tenente Joaquim Timóteo de Brito. Sob a liderança desses próceres do movimento emancipacionista, em 19 de outubro de 1822, ainda sem conhecimento exato do 7 de setembro no Ipiranga, o Senado da Câmara Municipal de Parnaíba, proclamou oficialmente a Independência do Brasil, e sua espontânea união com Portugal¹².

Rico proprietário, político revolucionário. Era detentor de uma colossal fortuna, talvez a maior do Nordeste do país. A sua riqueza era constituída de muitas fazendas de gado, dois mil escravos, de uma indústria

¹¹ Texto intitulado **Simplício Dias da Silva. Requerimento de Carta de Fidalguia e Brasão de Armas**, postado no Facebook em 29/07/2024, por João Bosco Gaspar, citando como fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo - ANTT, JN, maço 31, doc. 48.

¹² MIRANDA, op. cit., p, 363.

de carne seca, que industrializava, anualmente, a carne do abate de 12.000 bois, produzindo as famosas charqueadas. Possuía também um estaleiro com 5 navios que movimentava o escoamento dos charques para Europa, especialmente para Porto e Lisboa. O coronel Simplício Dias era o todo-poderoso da vila de São João da Parnaíba. Tudo nessa cidade girava em torno de sua fidalguia, do seu alto poder econômico e de sua grande força política. Estudou em Coimbra (Portugal). Arguto, inteligente e muito rico, integrou-se logo no mais alto ciclo social luso. Tornou-se amigo da rainha, dona Maria I¹³.

Simplício Dias da Silva foi um Maçom Eminente e Soberano para a sua época. Foi elevado ao mais alto Grau do Rito Adonhiramita até então existente na Maçonaria. Isso equivale hoje ao Grau 33, que é o mais elevado dos Graus maçônicos. Os relevantes trabalhos que realizou em favor de sua Vila, de sua Província e pela Independência do Brasil foram frutos de sua alta conscientização e interpretação perfeita do Simbolismo da Maçonaria, especialmente quando se entende a perfeita Simbologia: Liberdade, Igualdade e Fraternidade¹⁴.

Nomeado presidente da província por C. I. de 25-11-1823, declinou da indicação.

Recebeu da rainha dona Maria I, em 05-8-1795, carta de brasão e armas, teve o hábito da Ordem de Cristo, em que professou, o foro de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial e foi dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Após a morte do pai, em 1793, passou a dirigir com o irmão Raimundo Dias da Silva, colossal fortuna representada por indústria de charque com 6 grandes estabelecimentos e estaleiros. Em seu solar da Parnaíba mantinha uma banda de música composta de escravos, na maior parte educados em Lisboa e no Rio de Janeiro. Esteve na França e Inglaterra. Lotou pela criação da alfândega de Parnaíba¹⁵.

¹³ 13 - GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado**. Halley S.A. Gráfica e Editora, Teresina, PI, 2003, p. 338.

¹⁴ CAVALCANTE, Valdeci. **Simplício Dias da Silva: O Herói e sua Epopeia**, Sieart, Parnaíba, PI, 2024, p. 19.

¹⁵ BASTO, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**,

Simplício, deixando o irmão administrando, viajou para a Europa, como rapaz rico, percorrendo vários países demoradamente. Quando regressou, faleceu Raimundo, e Simplício, dono de uma fortuna vultosa, com mais de 1.800 escravos, instalou-se com o fausto de um príncipe, edificou solar confortável, reformando a Matriz de Parnaíba e ligando-a por uma galeria à sua residência¹⁶.

O Coronel Simplício Dias, Governador da Parnaíba, onde possui magnífico solar, é rico e tem caráter independente. Conta entre seus escravos, uma banda de músicos, que fizeram aprendizado em Lisboa e no Rio. A homens, como o coronel Simplício, pode-se atribuir o progresso do País¹⁷.

O Sr. Simplício Dias viajou na França e na Inglaterra, e aí aprendeu a conhecer o respeito devido à civilização; ocupa-se das belas artes, vive com luxo asiático, mantém músicos com grande dispêndio, acolhe os estrangeiros, gosta dos franceses, vive em seus domínios como um homem poderosamente rico¹⁸.

Simplício Dias da Silva. Coronel de Cavalaria de Milícias. Casou-se a 01/05/1796, na cidade de São Luís do Maranhão, Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, no orago privado das terras de dona Ana Maria de Assunção Vieira, viúva do capitão José Vieira da Silva, com Maria Isabel Tomásia de Seixas, natural da cidade de Lisboa, prima e dama de companhia da rainha dona Maria I, filha do capitão Antônio José de Seixas e de Maria do Carmo Josefa de Seixas, por procuração dele, ao capitão José Joaquim da Silva Rosa, e dela, ao seu pai o Capitão

Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 542.

¹⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. Nota impressa no livro **Viagens ao Nordeste do Brasil**, do viajante inglês Henry Koster, Fortaleza, ABC, 2003. Texto transcrito por MIRANDA, op. cit., p. 362.

¹⁷ KOSTER, Henry, no livro **Viagens ao Nordeste do Brasil**, editado em 1811.

¹⁸ Desse enlace, conforme informações colhidas no site Familysearch, ele teve pelo menos 5 filhos e 3 filhas: Noberto Dias da Silva (1797), Carolina Dias de Seixas e Silva (1801), Helena Amália de Seixas e Silva (1802), Simplício Dias de Seixas e Silva (1805), Domingos Dias da Silva, Lourdes Dias da Silva, Ricardo Dias da Silva e ainda, Antônio Raimundo Dias de Seixas e Silva.

Antônio José de Seixas. Foram testemunhas: o governador capitão-general daquele Estado, dom Fernando Antônio de Noronha, e o coronel do Regimento de Infantaria Regular da Guarnição daquela Praça, Anacleto Henriques Franco¹⁹.

O coronel Simplício Dias era realmente um homem de fabulosa fortuna, tudo em Parnaíba girava em torno de sua fidalguia, do seu alto poder econômico e da sua grande força política.

Tinha quase dois mil escravos, organizados militarmente, em forma de regimento, com armas e banda de música. Tratava os seus escravos com muita urbanidade²⁰.

O coronel Simplício Dias, como homem público, pelo seu caráter sem jaça, pelo dinamismo de sua ação, notabilizou-se pelos relevantes serviços que prestou à Parnaíba e ao Piauí, principalmente no glorioso período das lutas emancipacionistas da Província.

Simplício desempenhou vários cargos e missões militares no Piauí e Maranhão, destacando-se o de Comandante Militar de Parnaíba, cujo cargo exerceu por dilatados anos²¹.

Notabilizou-se pela coragem e o civismo com que, juntamente com outros patriotas parnaibanos, lançou a centelha da aurora de nossa Independência em Parnaíba, a 19-10-1822, com o Grito da Independência e aclamação de dom Pedro, Imperador do Brasil. Proclamada a Independência Nacional, foi nomeado presidente da Província do Piauí, “por Carta Imperial de 25-11-1823, em consideração aos distintos merecimentos, patriotismo e adoção à sagrada causa deste império e mais qualidades recomendáveis. Não aceitou, todavia, tão honrosa distinção²².

¹⁹ “Arquivo da Sé, São Luís, Maranhão - Livro de casamentos de 1790 a 1798”, p. 158 e 158v, citado no livro: **Enlaces de Família: uma grande genealogia em construção**, de Valdemir Miranda de Castro, Edição do autor/Edufpi, Teresina, PI, 2014, p. 396.

²⁰ PASSOS, Caio. **Parnaíba, Casa Rua Sua História**. Edição do autor, Parnaíba, PI, 1982, p. 327.

²¹ PASSOS, Op. cit., p. 327/328.

²² GONÇALVES, op. cit., p. 388.

Outubro 27 (1823). A junta do governo temporário da província, coletivamente, – “Atesta que Simplício Dias da Silva, coronel-comandante do regimento nº 2 de cavalaria de milícias da vila da Parnaíba desta província, é um cidadão benemérito e honrado; tem feito naquela vila, a bem de sua defesa e costa, muitos e importantes serviços, com despesas não pequenas de sua própria fazenda. Comanda em chefe e há muitos anos aquele principal ponto da província, e os seus serviços hão sempre merecido os melhores elogios. Cheio de zelo e patriotismo pela causa do Brasil, cooperou e coadjuvou dos povos da dita vila à independência no dia 19 de outubro do ano próximo passado, e por amor dela emigrou para a província do Ceará, quando o major Fidié marchou com força armada a ocupar aquela vila e reduzi-la ao domínio de Portugal, querendo antes abandonar seus bens e família do que sujeitar-se ao partido contrário à liberdade de sua pátria, até que, proclamada a independência em toda a província pelo fausto e feliz sucesso da aclamação do imperador nesta capital no memorável dia 24 de janeiro do corrente ano, e evacuada Parnaíba nos tempos de Fidié, recolheu-se a ela a prestar novos serviços, sendo logo por esta junta de governo encarregado do comando em chefe das tropas estacionadas na referida vila e incumbido de dirigir a sua defesa, a bem da qual trabalhou com desvelo, e esta junta de governo descansou no seu cuidado, muita inteligência e préstimo, certa de que seria defendida a vila quando fosse atacada, no entanto se cuidava na defesa dos outros pontos da província; tem feito muitos sacrifícios a bem da causa pública; tem concorrido para o bom aperfeiçoamento das obras que se construíram para a defesa da vila, e com elas despendeu de sua fazenda; vestiu e tem pago à sua custa o soldo a doze soldados artilheiros para a guarnição do forte da vila; dirigiu o ataque contra os inimigos entrencheados no porto das Caranaubeiras, que muito dano e receio causava a Parnaíba; tem empregado os maiores esforços para a conservação da guarnição da vila e finalmente desempenhou os muitos importantes deveres do pesado encargo que lhe fora confiado com plena satisfação dessa mesma junta de governo: pelo que se faz recomendável e digno da alta consideração de Sua Majestade Imperial.²³

²³ COSTA, op. cit., p. 189 e 190.

Era ele admirador extremado do imperador D. Pedro I, a quem mandava presentes valiosíssimos. Dizem que certa vez presenteou-lhe com um cacho de banana, em tamanho natural, todo de ouro e com pedras preciosas no bico das frutas²⁴.

Simplício Dias da Silva, de todos os companheiros do golpe de 19 de outubro de 1822, fora o mais prejudicado; A extinção dos bens próprios do ilustre parnaibano foi o pagamento material que ele conseguiu; os vexames, dissabores, imposições, contrariedades e dores morais foram outros amargos pagamentos que lhe lancetaram a alma; só não se extinguiu o seu idealismo, que continuou como facho vivo iluminando as gerações...²⁵.

Enfim, criado o cargo de presidente das províncias, mereceu ele a honrosa distinção de ser o primeiro nomeado para o Piauí, por carta imperial de 25 de novembro de 1823, em consideração aos distintos merecimentos, patriotismo e adesão à sagrada causa deste império e mais qualidades recomendáveis; mas não aceitando a nomeação por causas que nos são desconhecidas, foi a sua nomeação julgada sem efeito, e nomeado o coronel Manuel de Sousa Martins, depois visconde da Parnaíba.

Além daquela graça conferida pelos seus serviços, e da carta de brasão de armas que recebeu da rainha Dona Maria I, em 1795, teve ainda o hábito da Ordem de Cristo, em que professou, o foro de fidalgo cavaleiro da casa imperial e a de dignatário da Ordem do Cruzeiro. Outra ordem de serviços prestou também Simplício Dias, e particularmente à sua terra natal, em que se notam, entre outros, os prestados à igreja matriz, e o empenho que tomou em promover a criação de uma alfândega na Parnaíba, cuja ideia viu realizada e, conseqüentemente, o livre comércio entre aquela praça e as da Europa. De todos esses dados se vê, portanto, que não se trata de um homem vulgar, que, se teve

²⁴ Texto de Abdias Neves transcrito por MIRANDA, op. cit., p. 365.

²⁵ BRITO, Bugyja. **Quatro Escorços Biográficos**: Clóvis Beviláqua, Visconde da Parnaíba, Simplício Dias da Silva e Antônio Veras de Holanda. Folha Carioca, Rio de Janeiro, RJ, 1978.

defeitos, teve, porém, virtudes, merecimento cívico e outros predicados que muito honram a sua memória. O coronel Simplício Dias da Silva morreu na sua bela residência da Parnaíba e foi sepultado na igreja matriz da vila, a capela do S.S. Sacramento, ao lado de seu pai e de seu irmão; e sobre a laje de mármore que sela a sua sepultura, em que se vê, em relevo, na parte superior, o escudo das suas armas, partido em pala, ostentando-se as armas dos Dias e as dos Silvas, de um belo trabalho escultural, se gravou o seguinte epitáfio:

“Aqui jaz um dos benfeitores desta igreja e donatário desta capela, Simplício Dias da Silva, cavaleiro fidalgo professo na Ordem de Cristo, dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro e coronel de cavalaria de milícias. Foi presidente desta província do Piauí e natural desta vila de São João da Parnaíba, onde nasceu a 2 de março de 1773 e morreu a 17 de setembro de 1829, com 56 anos, 6 meses e 15 dias de idade. Era filho do capitão Domingos Dias da Silva²⁶.

Em 1884, de passagem na cidade de Parnaíba visitamos a casa solariega de Simplício Dias da Silva, um vasto prédio de sobrado, situado na rua grande, com comunicação interna para a igreja matriz; e de envolta com a mais humilhante pobreza dos seus netos, encontramos ainda veementes vestígios da riqueza e opulência daquela casa²⁷.

O coche (a carruagem dourada) de Simplício Dias, depois que a família empobreceu, era usada como carro funerário, alugavam para as pessoas transportar os defuntos. Depois foi vendida para um colecionador do Rio de Janeiro. O negócio foi fechado por uma parente dele que morava em São Luís do Maranhão²⁸.

²⁶ COSTA, op. cit. Texto transcrito por MIRANDA, op. cit., p. 366.

²⁷ COSTA, op. cit., p. 239.

²⁸ Informação repassada pelo escritor Ailton Vasconcelos Ponte.

2 - Capitão Antonino Ferreira, o outro irmão de Simplício Dias



(Desenho: Márcio Azevedo)

Antonino Ferreira de Araújo e Silva – Enjeitado pelo pai e rejeitado pelos irmãos, era filho Domingos Dias da Silva e de dona Senhorinha Ferreira de Araújo, descendente de uma das ramificações dos Ferreira de Veras da região de Frecheira da Lama. Quando nasceu, em Parnaíba, Piauí, por volta do ano de 1780, seu pai tinha 70 anos e sua mãe tinha 42. Assim como sua irmã, dona Justina Ferreira de Araújo e

Silva, não teve o privilégio de ser reconhecido pelo pai, que legitimou apenas os dois primeiros: Simplício e Raimundo Dias da Silva (filhos de mães diferentes, ambas escravas). Ele e a irmã, os únicos da prole que não tinham um pé na senzala, foram exatamente os injustiçados. A falta do reconhecimento da paternidade os excluiu do direito de compartilhar da fabulosa herança deixada pelo genitor. Eles ainda chegaram a se habilitar no processo de partilha, que se arrastou por muitos anos, porém foram aliados pelo testamenteiro, capitão Manuel Antônio da Silva Henriques, que, por questões de interesse pessoal, lhes prejudicou para favorecer ainda mais Simplício e Raimundo.

O Capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva, embora não apareça na relação dos parnaibanos que participaram do movimento separatista de 19 de outubro de 1822, foi um dos próceres daquela efeméride histórica. Tendo inclusive participado do apoio logístico.

Conforme Simplício Dias da Silva, em correspondência a Dom Pedro I, datada de 01 de novembro de 1823,

O capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva, meu irmão, a quem eu havia deixado aqui quando parti para o Ceará a procura de recursos contra os inimigos para avisar-me dos passos que o mesmo inimigo desse e manter o partido Brasileiro na fidelidade a Vossa Majestade Imperial, e sistema que adotamos, como fosse nessas diligências descoberto, e denunciado por me haver remetido armas, e munições, foi com a maior desumanidade, e insulto conduzido preso para o brigue de guerra no qual o conservaram cinco meses²⁹.

Na mesma correspondência, Simplício Dias relata que, com a chegada das tropas vindas de Oeiras,

Foram então oprimidas as famílias dessa infeliz Vila, e a minha conduzida prisioneira, e ameaçada de ser degolada, meus bens, fazendas, e embarcações, assim como de outros brasileiros, foram tomadas e destruídos, e afinal uma ordem do mesmo Fidié, quando marchou contra Oeiras por haver jurado a Independência, fez que todo o povo abandonasse a terra, que ficou deserta, e na maior dissolução, e desgraça³⁰.

Dentre outras campanhas, assim como os demais militares da ativa, o capitão Antonino Ferreira participou também das tropas parnaibanas organizadas pelo prefeito de Parnaíba, que combateram os balaios no norte do Piauí, especialmente em Barra do Longá, Beiru, Campo Maior e Frecheira da Lama, e também no Maranhão, notadamente da região de Tutóia e adjacências.

No ano de 1832 – após as mortes de Simplício Dias da Silva e Raimundo Dias da Silva –, ocasião em que foi feita a separtilha dos bens

²⁹ MARQUES, Renato Neves. **19 de Outubro, o Dia do Piauí**. Parnaíba, PI, 2000, p. 189 e 190.

³⁰ MARQUES, op. cit., p. 186.

deixados por seu pai, de cuja herança foi excluído, ele exercia o honroso cargo de Juiz de Paz de Parnaíba, e por ser, conforme justificou, cunhado das viúvas e tio dos legítimos herdeiros, jugou-se suspeito, passando a incumbência de presidir a audiência conciliatória ao senhor João José de Sales, que foi nomeado como juiz substituto, para, de comum acordo, lavrar o “Termo de Conciliação” entre as partes conciliatórias, ali presentes, reunidas na Casa Grande de Parnaíba, representadas, pelo lado de Simplício Dias, pela viúva dona Maria Isabel Tomásia de Seixas e Silva e pelos filhos do casal coronel Antônio Raimundo de Seixas e Silva, tenente Simplício Dias de Seixas e Silva, capitão José Francisco de Miranda, como Administrador de sua mulher dona Carolina Tomásia Dias de Seixas e Silva, e dona Helena Amália de Seixas Dias da Silva; pelo lado de Raimundo Dias da Silva, pela viúva dona Justina Josefa Dória e pelos filhos do casal capitão Simplício Raimundo Dias da Silva, tenente Raimundo Dias da Silva, dona Justina Brígida Dórea da Silva e dona Eulalia Lucinda Dórea da Silva, todos maiores de vinte e um anos.

O capitão Antonino Ferreira, que até bem pouco tempo encontrava-se na obscuridade do ostracismo histórico, foi homenageado com o nome de uma rua no conjunto Raul Bacelar, em sua terra natal.

Até o dia 05 de novembro de 1862, data em que o padre Domingos Freitas, Patriarca de Piripiri, redigiu e assinou seu testamento destinando seus bens à sua viúva e aos seus 14 filhos de dois relacionamentos mantidos publicamente, o capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva ainda era vivo. Seu nome aparece no inventário como devedor de uma considerável importância, que lhe foi concedida, a título de empréstimo, pelo presbítero, que além de fazendeiro, era agiota. No mesmo documento constam outros devedores, incluindo nomes de pessoas vivas e falecidas, para quem padre Freitas havia emprestado dinheiro.

3 – Miranda Osório



(MENEZES, Maria Luíza Motta de. **José Francisco de Miranda Osório e seus Descendentes**. Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, CE, 1980)

Coronel José Francisco de Miranda Osório – Comerciante, político e militar de grande influência. Filho do militar maranhense de ascendência portuguesa Francisco Xavier de Miranda Machado com dona Maria Bárbara da Anunciação, nasceu no dia 19 de março de 1800 em Oeiras, PI, e faleceu em 14 de dezembro de 1877, na cidade de Parnaíba.

Ingressou na carreira militar ainda muito jovem. Em 5 de setembro de 1813, com apenas 13 anos de idade, assentou praça como cadete, em Oeiras. Prosseguindo nas forças armadas, em 19 de junho de 1815, foi promovido ao posto de alferes; em 12 de outubro de 1820, ao posto de tenente; em 23 de outubro de 1823, recebeu a patente de capitão; em 12 de março de 1831, foi alçado ao posto de tenente-coronel e, após a Balaiada, foi recompensado pelo governo central, recebendo as honras de coronel honorário do Exército e a comenda da Imperial Ordem da Rosa.

Ainda em 1813, após ter sido nomeado como cadete, mudou-se para Parnaíba para trabalhar como caixeiro no comércio do tio e futuro sogro, capitão Manuel Antônio da Silva Henriques, abastado comerciante, alternando assim, as atividades de comerciário e militar.

Ainda muito jovem, Miranda Osório casou-se, em primeiras núpcias, com sua prima materna Angélica Rosa Umbelina da Silva Henriques

(filha da sua tia Maria Victória Tomásia Clara com o capitão e rico negociante Manuel Antônio da Silva Henriques). Com esse relacionamento, além de estreitar ainda mais os laços familiares entre ele e os Henriques e de fazer a aproximação com os Dias da Silva, que, motivados pelo assassinato de Raimundo Dias, romperam com os Miranda, ocorreu a aplicação do primeiro golpe do baú, que foi multiplicado e posteriormente somado com outros golpes semelhantes com o segundo casamento com dona Lourença Francisca Basson e com os concubinatos com dona Joana Benedicta Rubin e com dona Helena Amália, filha de Simplício Dias da Silva.

Esteve (Miranda Osório) presente em todas as campanhas cívicas. Na revolução de 1817 manifestou simpatia pela causa revolucionária. Participou do movimento de 19 de outubro de 1822 que, em Parnaíba, proclamou o príncipe Dom Pedro, Imperador do Brasil. Após a ocupação da vila por forças fieis a Portugal, refugiou-se no Ceará, onde, em companhia dos conjurados, levantou grupos armados para prosseguir na luta de emancipação. Tomou parte na Batalha do Jenipapo em Campo Maior. Em 1824 esteve preso, com vários companheiros do movimento de adesão à Confederação do Equador. Na Balaiada (1839/1841), prestou relevantes serviços na jugulação dos rebeldes, destruindo-os na Barra do Longá, em Beirú e Frecheiras, convertendo Parnaíba em poderoso centro de resistência, levando auxílio militar ao Maranhão, notadamente a Brejo, Carnaubeira e Tutóia³¹.

Organizou e comandou uma tropa de cavalaria da Guarda Nacional, com 120 homens, para combater o grupo de revoltosos chefiado por Raimundo Gomes em Barra do Longá, onde ocorreu o primeiro confronto da Balaiada em solo piauiense.

Durante o feroz embate, que contou com a participação de vários

³¹ BASTO, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, PI, 1994, p. 409.

militares da ativa e do jovem recruta Luiz Mandy, os rebeldes sofreram uma baixa de seis mortes, dois feridos e dezoito prisioneiros, e ainda perderam cavalos e armas, contra apenas uma morte do lado dos combatentes legalistas.

Posteriormente, no período de maior fortalecimento da revolução, mesmo encontrando dificuldade para o recrutamento, organizou e comandou a Brigada dos Bravos Legalistas de Parnaíba para socorrer os maranhenses de Tutoia e adjacências e, especialmente, para enfrentar os grupos de Pedregulho e Sussuarana que militavam nas matas de Piracuruca e Parnaíba.

Além de exercer os cargos de delegado de polícia e de comandante superior da guarda nacional, Miranda Osório, foi Juiz de Paz e Juiz Municipal.

Como político alinhado ao Partido Liberal, elegeu-se a vereador, vice-prefeito e prefeito de Parnaíba. Elegeu-se a, inda, deputado provincial por cinco legislaturas e vice-presidente da província. E como tal, em substituição ao titular, administrou o Piauí por dois pequenos períodos: de 19 de março a 18 de abril de 1872 e de 01 a 22 de fevereiro de 1873.

Foi o principal articulador para a elevação da vila de Parnaíba à categoria de cidade, tendo sido seu primeiro prefeito.

4 - Leonardo das Dores, o Poeta Revolucionário



(Foto: divulgação)

Descendente de uma das famílias pioneiras da colonização do Norte do Piauí, com forte tradição na agricultura, na pecuária e na vida militar, o Alferes Leonardo de Carvalho Castelo Branco (Leonardo da Senhora das Dores), era filho do agropecuarista Miguel de Carvalho e Silva e de Dona Ana Rosa Clara Castelo Branco.

Nasceu em 1788 na Fazenda Taboca, termo da Vila de São João da Parnaíba – território que, no decorrer da evolução política-administrativa, passou para o domínio de Bar-

ras do Marataoan e posteriormente, para Esperantina; faleceu em 12 de julho de 1873, na Fazenda Barro Vermelho, situada nas proximidades da fazenda Limpeza, no atual município de Esperantina (PI).

Fazendeiro, político, cientista, militar, poeta, prosador, filósofo e mecânico de gênio inventivo, foi alfabetizado pelo pai, que havia estudado humanidades em Salvador e lhe transmitiu tudo o que sabia. Viveu na Europa por mais de quinze anos. Autodidata. Estudou por conta própria tudo sobre várias áreas do conhecimento, especialmente sobre Astronomia e Mecânica, tornando-se num dos homens mais cultos da região.

Alferes e Secretário da Divisão Auxiliar do Piauí, envolveu-se ativamente nas lutas pela Independência do Brasil, tornando-se numa das figuras mais proeminentes desse movimento em solo piauiense, a começar pelo movimento separatista de Parnaíba, ocorrido em 19 de outubro de

1822, sob a liderança do Coronel Simplício Dias da Silva, o todo-poderoso Comandante do Regimento de Cavalaria Miliciano daquela vila, com quem, além da subordinação hierárquica imposta pela estrutura militar, mantinha relações de amizade e consideração.

Pouco tempo depois da reação do Comandante das Armas do Piauí (Major João José da Cunha Fidié) e do Comandante do Brigue “Infante Dom Miguel” da Marinha de Guerra de Portugal (Capitão-tenente Francisco de Salema Freire Garção), que invadiram a Vila de Parnaíba para sufocar o movimento separatista, o Alferes Leonardo Castelo Branco foi o primeiro dentre os refugiados a retornar ao Piauí, vindo à frente de 600 homens recrutados no Ceará, cabendo-lhe o feito heroico de prender o destacamento de Piracuruca fiel ao reino, proclamar a independência naquela vila e na vila Campo Maior, aclamando Dom Pedro como Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil.

Depois dessas duas retumbantes vitórias, vislumbrando expandir o movimento para o Maranhão, Leonardo, que se preparava para enfrentar o próprio Fidié, deixou sua tropa em Campo Maior, de onde, acompanhado apenas por dois soldados, seguiu para a Vila de Brejo (MA) com o fito de persuadir seus habitantes para a causa da independência.

Seguindo confiante numa possível adesão, atravessou o Parnaíba no dia primeiro de março (de 1823) na altura do Porto de Melancias, desembarcando na localidade Repartição, mas logo ao pisar em solo maranhense, foi preso por uma tropa comandada pelo intendente e comandante militar da vila. Em seguida, foi enviado para São Luís, onde inicialmente ficou encarcerado na fortaleza de Santo Antônio da Barra, e de lá, a bordo do brigue Sociedade Feliz, foi transferido para cumprir o resto da pena no presídio de Limoeiro em Portugal. A prisão efetuada 12 dias antes do conflito, tirou-lhe a chance de participar da Batalha do Jenipapo.

Em junho de 1823, logo após Dom João VI ter assinado um Decreto de anistia beneficiando a todos os presos políticos, o nosso herói passou a

adotar o nome de Leonardo da Senhora das Dores, como pagamento de uma promessa feita à santa de sua devoção – a quem rogou fervorosamente por sua liberdade.

Posteriormente, demonstrando sua insatisfação com os rumos da política adotada por Dom Pedro I, especialmente pela dissolução da Assembleia Nacional Constituinte e pela promulgação da nossa primeira constituição, feita sem a participação dos parlamentares, Leonardo manifestou-se favorável à Confederação do Equador, dando motivo para que fosse novamente preso. Dessa vez foi encarcerado em Oeiras e depois remetido para São Luís, onde recuperou sua liberdade.

Livre do cárcere, pondo em prática os seus conhecimentos científicos nas áreas da física e da mecânica, desenvolveu alguns projetos de construção de máquinas de madeira e metal, incluindo um barco inovador para navegar no rio Parnaíba, uma descaroçadeira de algodão e uma máquina de moto-contínuo de funcionamento infinito. Apesar de ter recebido o apoio governamental através do imperador, que lhe disponibilizou o Arsenal da Marinha, não conseguiu lograr sucesso na montagem do mecanismo desse equipamento futurista.

Leonardo das Dores é uma personalidade singular no cenário histórico e cultura do Piauí e do Brasil. Além da sua relevante atuação na área militar, política e revolucionária, brilhou também na seara das letras, tendo sido o primeiro vate brasileiro a tentar a poesia científica, produzindo três livros de poemas épicos: “O ímpio confundido”, “O santíssimo Milagre” e a “Criação Universal” – obra científica de cunho religioso e filosófico composta por um único poema com 4.247 versos, tratando sobre o movimento da rotação da terra, sobre os astros e suas influências no comportamento humano, falando também sobre Deus e a criação do homem.

Dentre outros escritos de sua autoria, evidenciamos ainda: “Carta Sobre a Sexta Parte do Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas”, “Memória Acerca das Abelhas da Província do Piauí”, “Astronomia e

Mecânica Leonardina”, “Juízo ou Parecer Dado em Lisboa”, a pedido de um diplomata brasileiro, sobre o discurso do tenente coronel Antônio Ladislau Monteiro Baena, “Investigação da Causa Eficiente do Alvorço Anti-Religioso em Lisboa, alcunhado de patriótico Por Seus Autores, Fração dos Pseudo-Liberais e Resposta Aos seus Sofismas” e “Refutando Verdades Singelas”.

Ao Alferes Leonardo das Dores, o nosso poeta revolucionário, a quem muito devemos, redemos o nosso preito de gratidão pelo muito que fez em favor da nossa independência e pela grande contribuição na área cultural. Ele, que merecidamente foi homenageado com um busto no Monumento Nacional aos Heróis do Jenipapo (em Campo Maior), com seu nome batizando ruas em Teresina, Parnaíba e Esperantina, com seu nome escolhido pelo Exército Brasileiro para denominar o 25º Batalhão de Caçadores do Piauí (sediado em Teresina), merece um Memorial e ter o seu nome gravado no Panteão dos Heróis Nacionais.

5 - Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, autor da primeira letra do Hino Nacional Brasileiro



(Arquivo do jornalista Pádua Marques)

O poeta, teatrólogo e magistrado, cantor, compositor e músico parnaibano Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva – pioneiro da nossa literatura –, foi o primeiro piauiense a se aventurar na seara da poesia. Filho do tabelião Antônio Saraiva de Carvalho e dona Margarida Rosa da Silva (vindos de Portugal a convite do grande empreendedor Domingos Dias da Silva), nasceu em 1784 na próspera

Vila de São João da Parnaíba. Muito jovem, em tenra idade, com apenas seis anos, foi enviado pelos pais para estudar em Portugal, onde inicialmente ficou na casa de parentes, no entanto, no fim da adolescência passou a morar em repúblicas de estudantes.

Em outubro de 1805, ingressou no curso de Leis da Universidade de Coimbra, onde cinco anos depois conquistou o diploma de bacharel. Ainda como estudante universitário, envolveu-se com um grupo de boêmios, tornando-se em um dos mais destacados cantores, compositores, seresteiros e tocadores de viola das longas noites de farra pelas ruas daquela acolhedora cidade portuguesa.

Nesse tempo de estudante e seresteiro, escreveu e publicou o seu primeiro livro: “Poemas”, editado em 1808 – uma obra fruto de sua vivência e formação lusitana, com nítidas influências neoclássicas e de Bocage, mas, mesmo assim, é considerado pelos estudiosos como o marco da Literatura Piauiense.

Ainda como estudante daquela importante universidade, Ovídio participou ativamente do Corpo Militar Acadêmico nas lutas pela liberdade de Portugal, que havia sido invadido pelo exército francês sob o comando de Napoleão Bonaparte, obrigando a família real e toda a nobreza a se refugiar no Brasil. Lutou bravamente ao lado de José Bonifácio de Andrada e Silva e de outros brasileiros para livrar Portugal do julgo francês.

Depois de formado e já casado com dona Umbelina Joana Almadarino, filha do desembargador da Relação do Porto Francisco M. de Vasconcellos Almadarino, Ovídio retornou a Parnaíba para apresentar a jovem esposa aos pais.

Permaneceu em sua terra natal até 1811, quando se afastou para assumir o cargo de juiz de fora da comarca de Mariana, em Minas Gerais, de onde em 1816, foi transferido para a comarca de Nossa Senhora do Deserto, atual Florianópolis, em Santa Catarina, acumulando as funções de provedor dos defuntos e ausentes, capelas e resíduos.

Em outubro de 1819, foi removido para a província da Cisplatina, atual República Oriental do Uruguai, onde foi empossado no cargo de desembargador da Relação local. De lá foi removido para a corte, assumindo o cargo de desembargador da Relação do Rio de Janeiro, onde se aposentou.

Ingressando na política, foi eleito representante do Piauí junto às cortes constituintes de Lisboa, onde não chegou a tomar posse e foi substituído por seu suplente, padre Domingos da Conceição, que na ocasião era vigário da Paroquia de Nossa Senhora da Divina Graça, em Parnaíba.

Ovídio Saraiva é considerado o precursor do teatro em Santa Catarina, quando, a partir de 1817, promoveu apresentações teatrais, nos salões de sua residência, onde também realizava as audiências, encenando peças teatrais de sua autoria, incluindo: “*A Tragédia de Fayal*”, festejando a coroação de dom João VI. Lá, também promoveu os primeiros concursos literários catarinenses.

Além do mais, há registro de que, ainda durante sua estada na Vila do Desterro, ele teria fundado o seu próprio teatro com plateia distinta, onde “fez elogio sublime composto por ele mesmo, vestido de grande gala; em seguida foi apresentada a tragédia de Ignez de Castro. A vila iluminou-se por três noites, cantou-se *Te Deum* em ação de graças na presença da Câmara, tudo presidido pelo magistrado piauiense”.

O desembargador Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, que também era maçom, faleceu na cidade Pirai (RJ), onde residia, a 11 de janeiro de 1852.

Foi homenageado em sua terra natal com o nome de uma rua situada no bairro São Judas Tadeu.

Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva é autor de várias obras, incluindo a letra do primeiro Hino Nacional Brasileiro, uma homenagem ao sete de abril.

Vejam abaixo a letra do hino composto pelo poeta parnaibano:

Hino em homenagem ao sete de abril

Amanheceu finalmente a liberdade ao Brasil
Não, não vai a sepultura o dia 7 d'abril
Não, não vai a sepultura o dia 7 d'abril

Da pátria o grito em se desata
Do Amazonas até o Prata
Da pátria ao grito em se desata
Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até o Prata.

7 d'abril sempre ufânio dos dias seja o primeiro
Que se chame Rio d'Abril o que Rio de Janeiro.
Que se chame Rio d'Abril o que Rio de Janeiro
Que se chame Rio d'Abril o que Rio de Janeiro.

Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até o Prata
Da pátria ao grito em se desata
Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até o Prata
Do Amazonas até o Prata.

Uma regência prudente um monarca brasileiro
Nos prometeu um venturoso o porvir mais lisonjeiro
Nos prometeu um venturoso o porvir mais lisonjeiro.

Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Da pátria ao grito em se desata
Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Do Amazonas até ao Prata.

Neste solo não deseja a planta da escravidão
A quarta parte do mundo deu as três melhor lição
A quarta parte do mundo deu as três melhor lição
A quarta parte do mundo deu as três melhor lição.

Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Da pátria ao grito em se desata
Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Do Amazonas até ao Prata.

Lançado por mãos de escravos não tememos ferros vis
Ferve o amor da liberdade até nas damas gentis
Ferve o amor da liberdade até nas damas gentis
Ferve o amor da liberdade até nas damas gentis.

Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Da pátria ao grito em se desata
Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Do Amazonas até ao Prata.

Novas gerações se sustentem da pátria ao vivo esplendor
Seja sempre a nossa glória o dia libertador
Seja sempre a nossa glória o dia libertador
Seja sempre a nossa glória o dia libertador.

Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Da pátria ao grito em se desata
Da pátria ao grito em se desata
Do Amazonas até ao Prata
Do Amazonas até ao Prata.



(Desenho com auxílio da inteligência artificial: Alberto Gomes)

ALGUNS ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DO CONSAGRADO EM CONFRONTO COM A MUNDANIDADE PARA A ELABORAÇÃO ETERNA DE DOMINGOS DE FREITAS

Adrião José Neto¹

Francisco Newton Freitas²

Introdução

Discutem-se neste texto alguns elementos históricos relativos a uma composição elaborada e convidada por Domingos de Freitas (1796-1868) – em posição centroe –, especialmente sobre relação de aspectos consagrados pela Igreja Católica em confronto com algumas características da mundanidade, em face da sua condição humana de presbítero secular; de violação da regra do celibato; de pai responsável, zeloso e amoroso; de professor/ educador; e, sobretudo por ser um revolucionário; liberal convicto; maçom; político³ e negociante, oferecendo sua prestimosa colaboração à causa da Independência do Piauí, e do Brasil, como um dos corifeus, e moldando, também, do seu exclusivo jeito, as bases motoras de

¹ Dicionarista biográfico, historiador, poeta e romancista com vários livros publicados. É o autor da ideia da inclusão da data histórica da Batalha do Jenipapo (13 de março de 1823) na Bandeira do Piauí e da proposta exitosa para homenagear, com estátuas, os vaqueiros e roceiros no Monumento Nacional do Jenipapo, em Campo Maior, Piauí.

² É piauiense, natural de Piripiri (PI). Professor concursado da Universidade Federal do Piauí (UFPI) há mais de três décadas. É Licenciado em Matemática, Engenheiro Civil, Bacharel em Administração, Bacharel em Direito, Especialista em Matemática e Mestre em Educação. Professor Fundador da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Tem diversos artigos publicados em jornal, revista e periódico especializado; tem livro publicado em coautoria. É trineto do padre Freitas, o fundador de Piripiri, Piauí.

³ Foi militante do Partido Liberal, e, nas eleições de 1848, candidatou-se a Deputado Provincial, sem conseguir, no entanto, eleger-se (Miranda, 2022) – cf. noticioso “O Governista”, datado de 04/03/1848.

experiências iniciais de desenvolvimento reluzente de parte do norte do estado do Piauí, especialmente da região de Piripiri (PI), como artífice humanista e social, quais sejam: (a) promotor e ofertante de ensino/ educação gratuita e de qualidade para todos, indistintamente, onde ele próprio era professor/ educador “de reconhecido talento” (Miranda, 2022); (b) edificador da presença religiosa, moral, cívica e espiritual neste meio (como norteador); e, (c) distribuidor de lotes de terras e aguadas de sua propriedade para quem quisesse construir, morar, plantar, colher e criar, de forma saudável, responsável, harmoniosa, segura e socialista. Por fim, considera-se que o funcionamento orquestrado deste citado tripé trabalhado por Domingos de Freitas – com ajuda de muitos – ensejou, ou engendrou, um lugar de “plantação de amor”, de maneira inspiradora, como fundador e patriarca, para toda vida humana (*ad aeternum*), como importante conquista de todas e para todas.

1 Filiação, batizado, parentescos e antropônimos

Domingos de Freitas Caldas Júnior – da pia batismal –, o futuro padre Freitas (padre Domingos de Freitas ou padre Domingos), nascido na vila de São João da Parnaíba (hoje Parnaíba (PI)), em dezembro de 1796, no seio de uma família de católicos fervorosos e praticantes, recebeu o nome do Pai (Domingos de Freitas Caldas⁴), que era ligado por laços de parentesco e de amizade aos Dias da Silva, abastados portugueses, que atraíram vários patrícios para a vila de São João da Parnaíba, onde, por provisão do Presidente da Província do Piauí, à época, foi nomeado para exercer o cargo de Escrivão do Cartório local. Sua mãe, Dona Rita Maria de

⁴ “Colonizador Português e tabelião da vila de São João da Parnaíba, filho de Francisco Gomes de Freitas e de Teresa da Silva, ambos naturais da Freguesia de São Miguel das Caldas de Vizela, Arcebispado de Braga, natural da Freguesia de Santa Maria de Infias, termo da vila de Guimarães, hoje integrada ao Município de Vizela” (Miranda, 2022).

Almeida⁵, era uma das beatas mais assíduas, não faltava a uma missa e sempre que podia passava na Igreja para fazer suas orações e se confessar com o padre Henrique José da Silva, o bondoso vigário da Paróquia de Nossa Senhora mãe da Divina Graça, de Parnaíba, com quem toda a família tinha grande deferência.

De início, outrossim, pode-se constatar na historiografia piauiense a exploração de variados nomes (antropônimos) para designar, ou para se referir, a Domingos de Freitas Caldas Júnior, quais sejam: (a) Domingos de Freitas Silva (assinatura posta em seu Testamento – datado de 10/11/1862 – e por Bugyja Britto (1978, p. 183), bem como por Mavi-gnier (2015, p. 211) e por Miranda (2022)); (b) Domingos de Freitas e Silva (Santana (1972, 1984) e por Cléa Rezende Neves de Mello (1996)); (c) Francisco Domingos de Freitas e Silva, Francisco Domingos de Freitas Silva, Francisco Domingos de Freitas (pelo Historiador pernambucano Francisco Augusto Pereira da Costa – F. A. Pereira da Costa (2010; 2015)), dentre outros.

Tais ‘subterfúgios nominativos’ estimularam, e ainda estimulam, uma série de explicações por parte de historiadores, inclusive, pois ele (Domingos de Freitas) não poderia/ deveria, grosso modo, aparecer na historiografia com seu ‘nome original’, porquanto tido como “padre revolucionário contumaz e mulherengo inveterado”, por exemplo.

No caso da historiografia oficial, especialmente na de Odilon Nunes⁶, nas narrativas das lutas em prol da Independência do Piauí, o seu nome fora substituído pelo nome de seu irmão Bernardo de Freitas Caldas (ou

⁵ “Pernambucana, natural da Freguesia do Sacramento de Santo Antônio do Recife, Bis-pado de Pernambuco, filha do oficial de ourives Antônio Francisco de Almeida e de sua esposa Paula Ignácia da Silva, ambos naturais e moradores da referida Freguesia” (Miranda, 2022).

⁶ O Historiador Odilon Nunes, quando trata das lutas em prol da Independência do Piauí, em **Pesquisas para a História do Piauí** (Volume 4), às páginas 49/50, recita-o, também, de outra forma: “Padre Francisco Domingos de Freitas e Silva”, como feitor de ‘benemérita ação’, porém por apoio/intermédio do Historiador Anísio Brito (2018).

até mesmo esquecido ou apagado) – que depois da morte do seu Pai se tornou tabelião de Parnaíba –, apesar deste, também, ter desempenhado importante papel, como figura de proa nas lutas pela Independência do Piauí, e do Brasil.

Segundo o Historiador Reginaldo Miranda, Domingos de Freitas “foi batizado com o mesmo nome do genitor, Domingos de Freitas Caldas (...)”, acrescentando que “a cerimônia foi celebrada em 7 de março de 1797, na mesma igreja em que se casaram os genitores, recebendo por padrinho Henrique José da Silva. Foi celebrante o padre Antônio José Sampaio, então vigário em Parnaíba” (Miranda, 2022).

2 Irmandades, convívios, apadrinhamento e o apreço ao vigário Henrique José da Silva

O citado padre Henrique, que também era ligado aos Dias da Silva por laços de parentesco, consideração e amizade, era filho do tenente-coronel Domingos Dias da Silva Henriques e tinha como irmãos Leonor Maria Clara da Silva e o capitão Manoel Antônio da Silva Henriques – outra figura de grande destaque da elite parnaibana à época.

Querido e admirado por todos, o bondoso vigário Henrique gozava de grande prestígio junto aos paroquianos e autoridades locais, que sempre o convidavam para os eventos sociais em suas residências, inclusive para os almoços dominicais.

Apesar de bastante requisitado por muitos amigos e admiradores, o citado vigário sempre dava preferência aos banquetes oferecidos por seus compadres, quais sejam: o tabelião Domingos de Freitas Caldas e a Dona Rita Maria de Almeida, que ao lado dos filhos, a saber: José de Freitas Caldas, Catarina de Sena e Silva, Maria Rita da Silva (Ritinha), Bernardo de Freitas Caldas e Domingos de Freitas Caldas Júnior (Dominguinhos), faziam o possível para que ele se sentisse bem acolhido.

Toda a citada família era partícipe assídua das atividades da Igreja, haja

vista que o tabelião e sua Esposa faziam parte do Apostolado da Oração e das Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça e de Nossa Senhora do Rosário, e eram os principais encarregados pelos festejos da Padroeira; Catarina e Ritinha faziam parte da equipe de catequistas; por fim, Bernardo e Dominginhos (que era o cacula e afilhado do vigário), se reversavam como coroinhas em todas as missas celebradas pelo padre Henrique.

Naquela época, pertencer a uma irmandade, ou a qualquer outro tipo de confraria vinculada à Igreja, e ser reconhecido pela sociedade como tal, tornava-se espécie de pressuposto de que aquela pessoa era portadora de certos princípios morais e de grande respeitabilidade.

Outrossim, independentemente de ser, ou não, membro dessas importantes agremiações religiosas, esse casal⁷ (Domingos e Rita) apresentava-se como insigne exemplo para a sociedade local.

3 Estudos iniciais, amigos de infância e a identificação de “inteligência invulgar”

Os estudos iniciais de Domingos de Freitas foram efetivados na vila de São João da Parnaíba, inclusive sob a direção do próprio Padrinho, que era Professor de Latim e Gramática (Mavignier, 2020).

Assim como o seu irmão Bernardo, Dominginhos era um adolescente estudioso, aplicado, portador de “inteligência invulgar” (Miranda, 2022) e bem relacionado. Tais características, segundo Miranda colaboraram para despertar no Padrinho a vontade de fazê-lo seu sucessor na vida eclesíastica.

⁷ Segundo Miranda (2022) “(...) foram casados em 12 de novembro de 1785, na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Parnaíba, pelo padre Júlio Lopes de Matos, vigário da freguesia e na presença das testemunhas capitão Domingos Dias da Silva e... José Henrique. O genitor era viúvo por falecimento de Joana... de Almeida, talvez irmã da segunda consorte”.

Seu círculo de amizade era composto pelos filhos e filhas de alguns dos comerciantes e militares mais influentes da vila de São João da Parnaíba.

Como amigo dos filhos do coronel Simplício Dias, do alferes Raimundo Dias da Silva e do capitão Antônio Manuel da Silva Henriques, Dominginhos, e os seus irmãos, brincavam nas dependências da Casa-Grande de Parnaíba, onde também, ao lado de Simplício, Antônio Raimundo, Carolina, Helena Amália e de outros adolescentes, gostavam de assistir as apresentações da Banda de Música, composta por escravos e bancada por Simplício Dias, e de participar dos concorridos saraus lítero-musicais, ocasião em que, na tentativa de impressionar a jovem Carolina, por quem alimentava uma paixão secreta, tendo como fundo musical os acordes de um piano dedilhado por Dona Maria Isabel, declamava poemas de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva e de Leonardo Castelo Branco, o jovem poeta de espírito revolucionário de quem se tornou amigo e grande admirador.

4 Uma decisão para seguir a vida eclesiástica

Por ocasião de um daqueles banquetes oferecidos pelo tabelião e sua esposa, depois de saborear uma deliciosa sobremesa, seguido de um copo d'água fresca, de um cafezinho cheiroso, feito na hora, e enquanto degustava um primoroso licor de jenipapo, o vigário, entendendo que o afilhado poderia ser um grande sacerdote, convenceu o casal para que Dominginhos trilhasse a carreira eclesiástica, apesar de resistência familiar, em princípio, especialmente por parte da mãe.

Apesar de todo o apoio prometido e de uma série de boas argumentações do reverendo Henrique, sua mãe continuava muito resistente ao pedido e não queria perder de vista o seu amado filho. Por outro lado, a liberação do pai foi simples e rápida.

Para conseguir o seu intento, dentre outras regalias ofertadas, o vigário prometeu arcar com todas as despesas necessárias e suficientes para tal, e

conseguir uma vaga para ele estudar no Internato do Convento de Santo Antônio, em São Luís do Maranhão, ou, preferencialmente, no Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, em Olinda (PE), onde nos idos de 1880, o bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho implantou uma das melhores escolas secundárias do Brasil, com uma proposta educacional avançada e inovadora, incluindo matérias das mais variadas áreas do conhecimento universal. Lá os estudantes tinham a oportunidade de assistir aulas em horário integral com professores brasileiros, portugueses e franceses (Mavignier, 2020).

Ao cabo, com a concordância dos pais do garoto, o vigário, que também era um excelente professor de Gramática e de Latim, e já havia sido sondado para lecionar no seminário⁸ Episcopal de Nossa Senhora da Graça, em Olinda (PE), após combinar contato epistolar com o reitor daquele conceituado estabelecimento de ensino, levou o afilhado até o seminário, onde foram muito bem acolhidos.

5 Alteração de sobrenome e homenagens

Ao iniciar os estudos naquela famosa instituição de ensino, o jovem parnaibano substituiu o sobrenome “Caldas” por “Silva” em homenagem ao Padrinho de batismo, passando a assinar Domingos de Freitas Silva⁹.

⁸ Baseado nos Estatutos do referido Seminário, Miranda (2022) informa que o Colégio foi projetado para ser voltado para a educação da mocidade, regido nos estudos das virtudes e das ciências com particular cuidado, para ser um perpétuo Seminário de Ministros de Deus; e completa: “visava instruir a mocidade no conhecimento das verdades da religião, na prática dos bons costumes, e nos estudos das artes e ciências necessárias para polir o homem e fazer ministros dignos de servirem à Igreja e ao Estado”.

⁹ O Historiador Reginaldo Miranda (Miranda, 2022) afirma, outrossim, em primeiro plano, que tal mudança de sobrenome – de “Caldas” para “Silva” aconteceu noutra ocasião: “(...) somente mudando o nome na idade escolar, substituindo o Caldas, que não era de família, pelo Silva, de seu padrinho de batismo e de ambas as avós”, porém informa, também, em segundo plano, que quando do início dos estudos no Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da cidade de Olinda foi que o jovem estudante

Ao que se sabe, esta mudança de sobrenome “Caldas” por “Silva” tinha, pelo menos, o cumprimento de duplo objetivo: o de contemplar tanto o seu Padrinho Henrique José da **Silva** quanto o de Simplício Dias da **Silva** (rico fazendeiro que dominou a vida política e econômica da vila de São João da Parnaíba, além de ter sido Presidente da Província do Piauí), porém o seu nome colhido da pia batismal era Domingos de Freitas Caldas Júnior (como dito acima), em homenagem direta ao seu pai Domingos de Freitas Caldas (que era Português, tabelião na localidade e proprietário de extensas glebas no entorno da região de Granja – CE).

Ainda com relação às discussões sobre as ocorrências de “metamorfose de nome”, de ter vários antropônimos, a figura histórica de Domingos de Freitas ficou com registro historiográfico embaralhado, inclusive por historiadores/ pesquisadores experientes, contribuindo para o achatamento do seu relevante papel encetado nas lutas em prol da Independência do Piauí, e do Brasil.

6 Aspectos do Seminário de Olinda e a formação de convicção liberal

Instituído dentro do espírito iluminista, o seminário de Olinda tornou-se a grande Instituição de Ensino responsável pela formação educacional de um seleto grupo de pessoas de destaque no cenário nacional, assim como eram aqueles que estudavam e se formavam na Escola de Direito de Recife, pois bem conceituadas, apenas para comparar.

Domingos de Freitas (ainda como Estudante/ Seminarista) foi completamente envolvido nessa atmosfera revolucionária, criada em torno das ideias liberais propagadas pelo iluminismo e pelo ideário da Revolução Francesa, que, baseada nos princípios de liberdade, igualdade e

alterou o nome (original) para Domingos de Freitas Silva.

fraternidade, propugnava pela promoção de mudanças/ transformações políticas, econômicas e sociais, que o Seminarista Domingos de Freitas Silva – um dos alunos admiradores do Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca (1779-1825) –, ressentiu o sopro da liberdade.

Domingos de Freitas era um liberal convicto, durante toda sua vida, porém respeitava outras matizes ideológicas, inclusive de seus alunos e ex-alunos (como foi o caso de Simplício Coelho de Resende – político, advogado e jornalista –, que era visceralmente conservador).

Como um dos mais aplicados alunos do seminário de Olinda participou do caldeirão de ideias revolucionárias, que ultrapassaram os muros daquela respeitada Instituição de Ensino culminando com a Revolução Pernambucana de 1817, ocasião em que muitos padres ali formados, ou Seminaristas (em processo de formação), aderiram ao movimento revolucionário e atuaram diretamente na luta armada.

Em carta datada do dia 11 (onze) de março de 1817¹⁰, dirigida ao vigário de Parnaíba, a quem chama de “padrinho do coração”, o então Seminarista Domingos de Freitas Silva, relata os primeiros acontecimentos do movimento revolucionário gestado nas salas de aula, nos corredores do seminário de Olinda e nos púlpitos das igrejas através das ideias subversivas propagadas pelos jovens sacerdotes formados, ou em formação, naquela importante Instituição de Ensino Religioso (Mavignier, 2020).

7 O amor por Lucinda Roza de Souza e alteração de rota

Serenado os ânimos da Revolução Pernambucana, em suas andanças nos dias de folga pelos caminhos de Olinda (PE), conta-se que o jovem seminarista parnaibano conheceu Lucinda Roza de Souza, uma linda moçoila solteira de importante família da aristocracia local, descendente

¹⁰ Tal Carta encontra-se na Revista do Instituto do Ceará, 1917, p. 28. Domingos de Freitas foi testemunha ocular e partícipe da Revolução Republicana de 1817, portanto.

direta de holandeses, com quem manteve um relacionamento amoroso.

Sabe-se que, deste relacionamento, ficou grávida, aumentando, pelas circunstâncias, a turbulência do caso, especialmente daquele que tomaram conhecimento contextual da situação, mormente do Comando do seminário de Olinda.

Ao tomar conhecimento daquela situação, que gerou alvoroço na sociedade olindense, contando com a concordância do bispo de Olinda, a Diretoria do Seminário não teve outra saída a não ser providenciar a transferência do jovem seminarista parnaibano para o seminário de Santo Antônio, em São Luís do Maranhão, onde, inclusive, concluiu os estudos e se ordenou presbítero secular em 1821 (Miranda, 2022).

Ao que se sabe, essa transferência foi mediada pelo padre Henrique, padrinho de Domingos de Freitas, para que o impetuoso Seminarista não perdesse a condição de se tornar padre como estava projetado por ele bem como pelos seus familiares.

Talvez o aventado “escândalo” tenha sido a existência, ou a constatação, de um namoro entre um seminarista e uma moçoila arbitrado como incompatível segundo os ditames reinantes da Igreja Católica (inclusive, até hoje), especialmente pelo acontecimento da gravidez de Lucinda. Sabe-se, também, que o rebento nasceu em Olinda, ficando aos cuidados de Lucinda e de seus familiares.

Pelo menos, há outro argumento, também, para efetuar sua ‘transferência’ de Olinda para São Luís (MA), em função da questão “ser revolucionário além do ponto aceitável”, especialmente no interior do seminário de Olinda.

8 Um novo lugar e uma alternativa: Seminário de São Luís do Maranhão e seu retorno à Parnaíba e a vinda de Lucinda Roza de Souza

Ao mesmo tempo em que Domingos de Freitas desenvolvia seus estudos no seminário de São Luís do Maranhão, negociava, inclusive efetuando empréstimo de dinheiro, comprado e vendendo imóveis, ameaçando, assim, muitos recursos.

Concluídos os estudos, formado presbítero secular, em 1821, regressando à sua querida terra natal (Parnaíba), o padre Domingos de Freitas deu início às suas atividades eclesíásticas na Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça, tornando-se também professor de Latim (língua latina), matéria da qual era grande conhecedor, tendo sido, inclusive, um dos primeiros professores do norte do Piauí.

A formatura de Domingos de Freitas como presbítero secular se deu com relativa facilidade e rapidez, concorrente com outros afazeres, pois passou tempo suficiente no seminário de São Luís do Maranhão para concluir sua formação, aproveitando todos os ensinamentos formais adquiridos no seminário de Olinda, fazendo apenas algumas complementações, e logo retornando para Parnaíba, pois sua mãe, especialmente, estava ansiosa para revê-lo, inclusive com a possibilidade de conhecer o fruto de seu relacionamento com Lucinda (que também era pernambucana como sua mãe Rita).

Por outro lado, Lucinda acompanhava os passos de Domingos de Freitas e mantinham contatos assíduos via correspondências.

Quando ele chegou em Parnaíba, não demorou muito para se verificar a chegada de Lucinda e de sua filha nascida em Olinda (PE).

Em Parnaíba, Lucinda engravidou novamente dele Domingos e o relacionamento (não permitido pela Igreja) se tornou ainda mais evidente.

9 Seguindo uma nova, intensa e superlativa vida e o planejamento e a execução da separação do Piauí, e do Brasil, de Portugal

Até meados de 1822 tudo corria relativamente tranquilo para o padre Domingos de Freitas: a vida dele se resumia a uma rotina de atividades eclesiais, especialmente de celebração de missas, batismos e casamentos e das atividades no magistério como professor de Latim e de Primeiras Letras da primeira escola pública de Parnaíba, além de cuidar das suas filhas.

Contudo, Domingos de Freitas conseguiu ser professor de Latim de Parnaíba, pois havia sido aprovado em concurso imperial para tal, porém, além de atividades sacerdotais próprias – inclusive catequéticas – já ministrava aula de Gramática, Latim Vulgar, Clássico, Elementos de Filosofia e Matemática, Rudimentos de Trigonometria, Aritmética e Álgebra, além de Botânica, História e Ciências Naturais e Francês – para seletivo grupo de alunos da região. Esta condição lhe importou mais notoriedade.

Vale ressaltar, na forma de domínio de conhecimento, que Domingos de Freitas estudou várias disciplinas/ matérias para a sua formação sacerdotal, servindo para amearhar saberes próprios, quais sejam: “Gramática Latina e Grega, Retórica e Poética, Filosofia, Geometria e Teologia, além do Cantochoão – música eclesial” (Mavignier, 2020), além de outras de cunho humanista e social (especialmente o iluminismo francês e o liberalismo inglês). Isto pode demonstrar parte de seu preparo intelectual, além do que moldurado pela abrangência e profundidade de saberes.

Por outra via, a convite do Juiz de Fora Dr. João Cândido de Deus e Silva – e de forma categórica de Simplício Dias –, ele (Domingos) e o irmão Bernardo de Freitas Caldas, então tabelião do Cartório local, passaram a participar de reuniões consideradas conspiratórias, realizadas a portas fechadas, no gabinete do coronel Simplício Dias, visando concretizar a separação do Piauí, e do Brasil, de Portugal. Há pelo menos uma

justificativa para tal: Domingos de Freitas encontrou terreno muito fértil para exercitar, na prática, as suas ideias liberais, e vibrava muito com esta possibilidade permanentemente. Exercia atividade própria, com grande entusiasmo, de “intelectual necessário” à revolução separatista, de desvenilhamento do Brasil de Portugal e aos interesses libertários da época, apesar de ter sido muito prático, também.

Além dele, que, durante seu período de estudo no seminário de Olinda, havia absorvido as ideias do iluminismo e testemunhado alguns acontecimentos da Revolução Pernambucana de 1817, e do citado Juiz de Fora, que era um intelectual esclarecido e um dos cérebros considerados pensantes em favor da causa separatista, as ditas reuniões secretas contavam com a participação de vários paladinos da independência, incluindo o poeta e alferes Leonardo Castelo Branco.

Neste viés, Domingos de Freitas, na flor de sua impetuosidade, conhecimento e defesa ideológica do liberalismo, pode ser considerado, também, personagem de grande importância intelectual na construção/ elaboração do ideário revolucionário piauiense, o que, até o momento, se apresenta quase oculto pela historiografia. Outrossim, a sua audácia revolucionária se apresentava muito reluzente sobre todos os aspectos.

Tal audácia não se comprovava apenas no desencontro com regras do celibato, mas, também, pela prática de ideias revolucionárias de alta grandeza e necessidade: compreendia muito bem o malefício de subalternidade e de falta de solidariedade contra a maioria das pessoas, tanto do ponto de vista econômico e social quanto político. Isto pode ser constatado ao longo de sua vida, em suas ações vindouras desenvolvidas, inclusive em doações de terras de seu pai como também nas suas propriedades e ações *sui generis* decorrentes da sua condição humana, inclusive de sacerdote.

Com o devido planejamento colocado em prática, em 19 (dezenove)

de outubro de 1822, motivado por patriotismo, o coronel Simplício Dias da Silva, seguido pelos demais paladinos, reuniu-se com o povo fazendo eclodir um brado de independência com a aclamação do Príncipe Dom Pedro como Imperador do Brasil. Feito que, posteriormente, seria reconhecido pelo Monarca agraciando a vila de São João da Parnaíba com o honroso título de “Metrópole das Províncias do Norte”.

Com a repressão demonstrada pelas forças legais comandadas por Freire Garção e Fidié, objetivando jugular o movimento separatista e capturar os seus líderes, Simplício Dias e seus seguidores/ colaboradores – incluindo o padre Domingos de Freitas –, se refugiaram *pro tempore* no Ceará em busca de apoio. Neste ínterim, vale repetir que o pai de Domingos de Freitas (Domingos de Freitas Caldas) era proprietário de muitas glebas, gado e lavoura na região de Granja (Ceará), além do que tinha certa influência às várias comunidades que por ali habitavam. Claro está que o plano de se deslocar até esta região não era só para praticar refúgio e manutenção da vida, pura e simplesmente, mas, sobretudo, arrumar pessoas a colaborar com o movimento separatista real (e não romântico), inclusive pelo “braço forte”, caso necessário, tendo em vista sua exacerbada determinação e apreço à causa liberal, de independência, indo até as últimas consequências.

10 Aspectos da saída de Parnaíba para Piracuruca

Serenado um pouco os ânimos do movimento separatista – que culminou com a sangrenta Batalha do Jenipapo, para além da aventura, ensejando muita coragem e esperança –, o padre Domingos de Freitas retomou às suas atividades corriqueiras na vila de São João da Parnaíba, onde permaneceu até a explosão de um grande escândalo envolvendo mais um caso amoroso, com uma mulher casada da sociedade local, ligada por laços de parentescos e amizade com os Dias da Silva e os Silva Henriques.

Ao que se sabe, de outra forma, seu ‘caso amoroso’ em Parnaíba era a

continuidade do namoro com Lucinda Roza de Souza, sua Companhia, acontecido originariamente em Olinda, como já relatado. Ela (Lucinda) já estava morando em Parnaíba com ele (Domingos). Ali nasceu sua segunda filha, se desdobrando no mesmo impedimento outrora acontecido: quebra do celibato.

Outrossim, não se tem notícia familiar alguma, por história oral, ou por outra forma, sobre este suposto relacionamento “com uma mulher casada da sociedade local”, porém continuava quebrando normativa da Igreja. Ele simplesmente não concordava, na prática, com o celibato, porém queria continuar sendo presbítero secular, moldando, aí, uma incongruência entre o considerado consagrado e o profano/ mundano.

Naquela primeira versão, tendo sido ameaçado pelo esposo da jovem senhora, o padre Domingos de Freitas anoiteceu e não amanheceu. Quando perceberam ele já havia fugido de mala e cuia, levando consigo dona Lucinda Roza de Sousa¹¹ e suas duas filhas para um lugar incerto e não sabido.

Após a morte de seu principal parceiro ideológico – Simplício Dias –, acontecido em 1829, que, aliás, lhe apoiava incondicionalmente em todos os seus empreendimentos – e a fragilidade econômica e financeira de vários familiares –, a narrativa sobre Domingos de Freitas ter saído de Parnaíba e ter vindo morar em Piracuruca tinha o condão, sobretudo, de refúgio e de proximidade com terras presenteadas por seu Padrinho Henrique (Capote, em Piracuruca, e Anajá/ Anajás, em Piripiri, por exemplo), como também de outras terras que foram adquiridas por ele próprio e que precisavam ser cuidadas e desbravadas, além da perda dos seus pais e pelo estado de pobreza que se encontrava alguns de seus irmãos (como já

¹¹ Joana Paula da Silva e Lucinda Rita da Silva, nascidas respectivamente em Olinda e Parnaíba, são as primeiras filhas do padre Domingos de Freitas com Dona Lucinda Roza de Souza, que não foram relacionadas como tal no testamento do pai, talvez pelo fato do falecimento das duas ocorrido em datas anteriores à redação do referido documento.

ventilado), outrossim é preciso examinar com mais profundidade as circunstâncias deste acontecimento, inclusive de natureza política, mas com referência a relacionamentos amorosos nunca se ouviu falar no circuito familiar, inclusive de longa data.

Todavia, não se sabe ao certo se preponderaram outras motivações para sua saída de Parnaíba – além da política separatista –, indo trabalhar como padre em Piracuruca, na Paróquia de Nossa Senhora do Carmo.

Assim, o conjunto de possibilidades de motivações para sua saída de Parnaíba deve ser melhor examinado noutra situação, inclusive sobre as inúmeras ocupações exercidas naquela ocasião pelo padre José Monteiro de Sá Palácio (espécie de Pároco Titular). Entretanto, se sabe que a mãe do padre Domingos de Freitas tinha se desestruturado emocionalmente (depressão), o pai tinha falecido, e os demais parentes tinham já consumido boa parte da herança herdada do patriarca, também.

Conta-se, também, que, apoiado por um amigo de confiança, refugiou-se na fazenda Boa Esperança, no atual município de José de Freitas, onde, em suas imediações, o Português Manoel Carvalho de Almeida – Comissário Geral de Cavalaria – e sua Esposa Clara da Cunha e Silva Castelo Branco, haviam construído uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Livramento, em cujo santuário o suposto fugitivo já havia celebrado algumas missas.

De outra forma, tal fuga pode se apresentar desconhecida pela descendência, pois os Freitas da localidade José de Freitas, apesar de parentes, pois também vindos originariamente de Portugal, porém grau de parentesco guardando uma certa lonjura.

11 O falecimento de Lucinda e o encontro com Iaiá Zizú com cálculo de nova rota: Piripiri

Segundo a primeira versão, após algum tempo nesse esconderijo e vários contatos com o fazendeiro Antônio da Silveira Sampaio e sua Esposa Umbelina Francisca de Castelo Branco, o padre Domingos de Freitas, temendo ser descoberto, decidiu mudar de refúgio, passando a residir temporariamente no Sítio Capote (e não na Gameleira), situado na freguesia de Piracuruca, local de difícil acesso e bastante seguro, bem afastado das trilhas percorridas pelos viajantes de antanho.

Noutra versão, Domingos de Freitas só temeu ser descoberto em outra ocasião, qual seja, após o falecimento de Lucinda (acontecida em Piracuruca, no lugar Capote, em 03/06/1839¹²), quando ele ministrava aulas para uma moçoila de pouca idade a pedido do pai desta, via contrato, na localidade Gameleira (perto da localidade Capote) e decidiram fugir desta região. O coração, mais uma vez, falou bem mais alto, independentemente da razão!

Ad continuum, o seu pai (Antônio da Silveira Sampaio) contratou uns cangaceiros para assassinar o padre Domingos de Freitas em função de ter fugido com sua filha (Francisca Jesuína da Silva – Iaiá Zizú).

Sabe-se que o bando (comandado por Franco Cascavel) andou perto de efetivar o seu intento, mas não o encontrou: ele estava bem escondido na localidade Anajá/ Anajás (terras doadas pelo seu padrinho Henrique José da Silva para ele).

¹² O corpo de Lucinda Roza de Souza foi sepultado na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Carmo, na então vila de Piracuruca.

12 A chegada no Anajá/ Botica

Foram transcorridos cerca de 4 (quatro) anos e a nova família, sob seu comando, se instalou definitivamente na Fazenda Botica; esta fora adquirida dos Medeiros, sendo, todavia, refeita completamente a amizade entre Domingos de Freitas e o pai de Francisca Jesuína da Silva, inclusive se frequentavam, lá e cá, recebeu escravos, ademais alguns tratamentos de saúde feitos em Piracuruca pelo padre Domingos de Freitas, tinham como guarida/ hospedagem a própria residência do pai de Francisca Jesuína (Iaiá Zizú).

Na primeira versão, pelo que aprontou em Parnaíba, ele vivia sobressaltado, com receio de vingança por parte do Marido supostamente ultrajado, o que poderia acontecer a qualquer momento, e só não aconteceu porque Franco Cascavel, o pistoleiro contratado para dar cabo em sua vida, cometeu uma imprudência, assassinando um jovem na porta da Igreja Matriz de Piracuruca, durante um festejo religioso. E, por isso, foi perseguido e executado por policiais.

Esta e outras histórias que envolviam o bandoleiro Franco Cascavel foi, por demais, explorada, via história oral, passada de geração a geração da família Freitas (descendência). Em seu livro “O Padre Freitas de Piripiri (Fundador da Cidade)”, editado em 1984, a Historiadora Judith Santana narra esse episódio, de sua forma, que marcou um momento crucial na vida desse sacerdote.

Tempos depois, quando se sentiu mais seguro, estabelecendo-se no Sítio Capote (segundo a primeira versão) – na Fazenda Pery-Pery, ex-Botica (na outra versão), o casal teve mais cinco filhos: Domingos de Freitas Silva Júnior, Porfírio de Freitas e Silva, Raimundo de Freitas e Silva, Amélia Clemência da Silva e Antônio Francisco de Freitas e Silva; adicionando-se mais duas filhas, quais sejam: Lucinda Rita da Silva (nascida em Olinda) e Joana Paula da Silva (nascida em Parnaíba) perfazem sete filhos

fruto do relacionamento com a Companheira Lucinda. Vale ressaltar que há historiadores que só contabilizam, ao todo, cinco filhos, excluindo desta relação as duas citadas filhas.

Logo após a mudança para o novo endereço, o padre Domingos de Freitas, contando com o apoio do seu Padrinho (padre Henrique José da Silva), conseguiu sua transferência para a Paróquia de Nossa Senhora do Monte do Carmo, da vila de Piracuruca, passando a compartilhar todas as atividades da Igreja com o Pároco local, padre José Monteiro de Sá Palácio, com quem passou a fazer dobradinha, inclusive nos batizados dos seus rebentos, feitos praticamente às escondidas na Capelinha da Fazenda Gameleira: o padre Freitas batizava os filhos do padre Sá Palácio e este, por sua vez, batizava os filhos do padre Domingos de Freitas.

Nessa mesma época, em atendimento ao pedido do fazendeiro Antônio da Silveira Sampaio e sua Esposa, montou uma escola na comunidade Gameleira (da família Castello Branco e Sampaio), passando a ensinar as Primeiras Letras e Latim para os filhos do casal e para os moradores da região.

Em 1840, menos de um ano depois da morte de sua primeira Companheira Lucinda (falecida em 3 (três) de junho de 1839), cujo corpo fora sepultado na Igreja Matriz de Nossa de Senhora do Carmo, em Piracuruca (como já dito), o padre Freitas raptou/ convenceu a jovem Jesuína Francisca da Silva (Iaiá Zizú) – que era sua aluna – filha de Antônio da Silveira Sampaio e Umbelina Francisca de Castello Branco, com quem passou a morar junto e tiveram 7 (sete) filhos, a saber: Henrique de Freitas e Silva, Raimunda Francisca da Silva, Antônio de Freitas e Silva Sampaio, Rita Maria de Almeida e Silva, Maria Justiniana da Silva, Umbelina Inácia da Silva e Aureliano de Freitas e Silva.

Neste acervo de nomes, Antônio de Freitas e Silva Sampaio (conhecido como tenente Antônio de Freitas), que era o çaçula, nascido em 16 (dezesseis) de outubro de 1853), apresenta sobrenome ‘Sampaio’, pois

constituía homenagem ao pai de sua mãe Iaiá Zizú: Antônio da Silveira Sampaio.

O padre Domingos de Freitas, após essa nova união marital, passou a residir no Sítio Anajá/ Anajás (Antônio Fernandes Macedo era proprietário desta gleba desde 1777), situado às margens do Riacho Azedo, importante curso d'água que atualmente alimenta o Açude Anajás (obra artificial). Outrossim, a propriedade inserida na Data Botica fora adquirida da família Medeiros – uma das pioneiras da região.

Em 1844, quatro anos depois dessa nova união marital, o padre Domingos de Freitas se mudou com toda a família, e seus escravos, do Sítio Anajá/ Anajás para a Casa-Grande dos Freitas construída na “Fazenda Piry-Piry” (ou “Pery-Pery”), onde também erigiu uma capela em honra a Nossa Senhora do Rosário e instalou uma escola para ensinar gratuitamente a doutrina cristã e as Primeiras Letras de Português e Latim para adultos e crianças, dentre outras, tornando-se no primeiro professor de Piri-piri. A sua Companheira também ensinava gratuitamente a todos da região em sua própria casa de morada (*e. g.* bordado, renda, corte e costura, pintura, culinária e outras prendas domésticas).

13 A elaboração de pilares do desenvolvimento regional

Tempos depois de passar a residir na nova propriedade, de instalar sua escola e a capela, o padre Domingos de Freitas, com sua visão futurista, decidiu fazer uma espécie de reforma agrária a seu modo: dividindo suas próprias terras em pequenos lotes e os distribuiu gratuitamente para moradores da região, e fugitivos de seca, especialmente cearenses, que, em contrapartida, se comprometeram a se domiciliar, plantar, colher e criar, em torno da Casa-Grande e da capela com o objetivo de formar ali um reluzente núcleo populacional. Foi o que aconteceu.

A crônica histórica registra que em função do pagamento de uma promessa pela salvação do seu filhote Antônio de Freitas e Silva Sampaio, nascido em 16 (dezesseis) de outubro de 1853, a Padroeira da capela foi mudada por ele próprio para Nossa Senhora dos Remédios.

Em 1857, com o vistoso crescimento da população local, o reverendo, tendo como foco cuidar das suas ovelhas e transformar aquele simples lugarejo numa comunidade mais desenvolvida, doou gleba medindo 300 (trezentas) braças quadradas para constituir patrimônio da Santa Padroeira da Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios, pertencente a ele próprio (ex-Botica).

Graças ao seu profícuo trabalho e ao seu esforço – com a ajuda de muitos –, em 1860, o povoado *Perypery* foi elevado à condição de Distrito de Paz.

Em 1866, o padre Domingos de Freitas inscreveu-se no quadro de irmãos da Santa Casa de Misericórdia de Teresina (Miranda, 2022).

Em decorrência da semente plantada pelo atuante padre Domingos de Freitas, o Distrito de Piripiri foi elevado à categoria de freguesia com a criação da Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios (por Lei Provincial n.º 698, de 16 de agosto de 1870), viabilizada pelo Bispado de São Luís do Maranhão ao qual o Piauí estava vinculado, tendo como pastor-mor o bispo Dom Frei Luís da Conceição Saraiva, criou a Paróquia de Nossa Senhora dos Remédios. O falecimento de padre Freitas transcorreu no dia 27 (vinte e sete) de dezembro de 1868, às 14 (catorze) horas, em Piripiri, acometido de hidropisia (água na barriga ou barriga-d'água).

Em 1874, por força da Resolução Provincial n.º 849, a freguesia de Piripiri foi elevada à condição de vila. E, finalmente em 04/07/1910, por força da Lei Estadual n.º 570, a vila de Piripiri foi elevada à categoria de cidade.

Seguindo à risca, a célebre recomendação do Gênesis bíblico (1, 28), “Crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra”, o padre Domingos

de Freitas, fez a sua parte gerando 14 filhos com duas mulheres diferentes, todos criados decentemente, além do que mirando toda sua ação humana segundo três pilares: (1) ensino/ educação para todos (inclusive escravos ou escravizados), de forma gratuita, onde ele mesmo era professor/ educador; (2) doação de terra e aguadas para quem quisesse produzir (construir, plantar, colher, criar e morar), e (3) a existência do conforto espiritual, pois ele mesmo era o padre com Capela instalada por ele mesmo. Fez, assim, revolução de forma muito peculiar, na prática, gerando desenvolvimento e sabedoria, por exemplo.

Por fim, considera-se que o funcionamento orquestrado deste citado tripé trabalhado por Domingos de Freitas – com ajuda de muitos – ensejou, ou engendrou, um lugar de “plantação de amor”, de maneira inspiradora, como fundador e patriarca, para toda vida humana (*ad aeternum*), como importante conquista de todos e para todos.

Com a primeira mulher, dona Lucinda, teve 7 (sete) filhos: Joana Paula da Silva (nascida em Olinda), Lucinda Rita da Silva (nascida em Parnaíba), Domingos de Freitas e Silva Júnior (Freitas Júnior), Raimundo de Freitas e Silva, Porfírio de Freitas e Silva, Antônio Francisco de Freitas e Silva, Amélia Clemência da Silva, nascidos na Fazenda ou Sítio Capote, em Piracuruca.

Com a segunda mulher, dona Jesuína Francisca da Silva, ele foi pai de mais 7 (sete) filhos: Henrique José de Freitas e Silva, Antônio de Freitas e Silva Sampaio, Raimunda Francisca da Silva, Rita Maria de Almeida e Silva; Maria Justiniana da Silva, Umbelina Inácia da Silva e Aurélio de Freitas e Silva, todos nascidos no termo de Piracuruca, na região que depois passaria a constituir parte do território da florescente cidade de Piri-piri.

Em seu livro “O Padre Freitas de Piri-piri (Fundador da Cidade)”, a historiadora Judith Santana apresenta uma genealogia com a descendência desse grande líder religioso e patriarca da localidade que fundou: Piri-piri.

14 A morte de Domingos de Freitas, um julgamento à quebra do celibato e um aspecto da exploração da “excomunhão”

Comparado ao padre Francisco da Costa, Prior de Trancoso (Portugal), de 62 anos de idade, o padre Freitas, era um santo, pois, enquanto ele teve apenas 14 filhos com 2 (duas) mulheres distintas, o padre lusitano teve 299, sendo 214 do sexo feminino e 85 do sexo masculino, concebidos por 53 mulheres, incluindo 29 afilhadas e tendo com elas 97 filhas e 37 filhos; de cinco irmãs, teve 18 filhas; de nove comadres 38 filhos e 18 filhas; de sete amas, teve 29 filhos e 5 filhas; de duas escravas, teve 21 filhos e 7 filhas; de uma tia, teve três filhas, e da própria mãe teve dois filhos.

Levado ao tribunal, o padre Francisco da Costa foi submetido a um rígido julgamento, que culminou com uma rigorosa sentença condenatória, proferida em 1487, atribuindo-lhe a pena da perda das ordens sacerdotais; de ser arrastado pelas ruas públicas nos rabos dos cavalos; de ser esquartejado e postos os quartos, cabeça e mãos em diferentes distritos, pelo crime de que fora acusado e que ele mesmo não contestou.

Apesar da grave e reiterada prevaricação, pondo em xeque a ordem religiosa e moral, e da severa condenação à pena capital, o Rei Dom João II o perdoou, de acordo com a fundamentação de que o condenado havia ajudado a povoar aquela região da Beira Alta, tão despovoada ao tempo em que mandou arquivar o processo (Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Armário 5, Maço 7).

Em 27 de dezembro de 1868, com 72 anos de idade, o padre Domingos de Freitas, grande líder político e religioso, partiu para o Oriente Eterno, deixando o seu nome gravado nas páginas da história e a sua bagagem genética crescendo e se multiplicando até os dias atuais.

Além de sacerdote e professor, líder político e religioso, o padre Domingos de Freitas também foi agropecuarista e homem de negócio. Em seu testamento – valioso documento para a historiografia do Piauí e de

sua gente –, ele fala sobre a ajuda recebida do padre Henrique, o Padrinho que custeou seus estudos em Pernambuco e Maranhão, a quem autorizou seus testamenteiros a mandar “dizer meia capela de missa”; eles também foram autorizados a mandar “dizer missas” para outros familiares falecidos, incluindo os pais, os irmãos, a primeira mulher e as duas primeiras filhas do primeiro relacionamento; nomina e reconhece oficialmente os filhos; relata sobre suas finanças e suas propriedades; fala sobre a herança recebida da mãe, sobre seus objetos de ouro e prata, sobre as despesas com seus familiares e com os gastos pós-morte; menciona os dotes pagos pelo casamento das filhas; manda ferrar oito garrotas para a Padroeira da capela que fundou. Fala, também, dos escravos e apresenta os nomes de alguns devedores, a quem, agindo como suposto agiota, havia emprestado dinheiro, dentre os quais menciona o nome do capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva, um dos irmãos de Simplício Dias, que lhe devia a quantia de 174 mil réis.

Apesar de ter vivido supostamente como um “transgressor da ordem religiosa e moral”, a figura emblemática do padre Domingos de Freitas não era vista de forma negativa pela população local, que sempre o reconheceu como uma pessoa digna de louvores e aplausos, como uma pessoa boa e honrada, que partiu para a posteridade como um grande herói e benfeitor de Piripiri, deixando uma “numerosa e ilustre descendência”.

Outrossim, havia, ou há formas, nas alcovas, de imputação ostensiva à descendência do “Padre Domingos de Freitas” de estarem excomungados até a sexta geração, pela quebra de celibato perpetrado pelo citado patriarca. Isso acontecia de forma orquestrada e corrente em quase todo lugar, porém com vários tipos de reações.

Conta-se um caso verídico: quando Francisco Newton Freitas, ainda criança, nos idos de 1970, aluno da Escola Paroquial “Frei Jordão”, estudando o catecismo para fazer a primeira comunhão/ eucaristia, Dona Vicência Assunção (ajudante da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios, de

Piripiri), quando da ensinança do catecismo para vários outros – mais de 40 (quarenta) – fez alusão pública direcionada com a seguinte pergunta/afirmação: “você sabia que estás excomungado?” Em princípio, aquela criança não sabia o que era ou o que significava “estar excomungado”, mas entendia que não era algo bom, pois o tratamento dispensado tinha o sentimento de pura retaliação, ofensa e represália, com o fito propósito de rebaixar. A investida funcionava, sobretudo, como uma espécie de “vingança privada”.

A citada criança, estando desapontada com aquela situação, chegou em casa e foi logo perguntando a Pedro de Moraes Freitas (avô paterno de Francisco Newton Freitas) o que era “estar excomungado”. Pedro de Moraes Freitas, constatando o estado de tristeza da citada criança, não respondeu à pergunta, de pronto, mas logo lhe perguntou “quem foi a pessoa que disse isso para você?”. A resposta foi: Dona Vicença Assunção. Pedro de Moraes Freitas (neto do padre Domingos de Freitas), ele próprio, sem dizer nada, se dirigiu rapidamente até o Convento, onde se encontrava a citada catequista e a descredenciou publicamente e deu-lhe uma lição de sabedoria, com repercussão em toda a cidade, a ponto de chegar ao conhecimento de Espedito de Freitas Resende, que, na época, era embaixador do Brasil na Santa Sé (Vaticano), e descendente de Domingos de Freitas, e, que, pessoalmente, despachou pedido ao Papa da época questionando a veracidade da história da “excomunhão dos descendentes do padre Domingos de Freitas até a sexta geração”.

Sabe-se que o Papa solicitou apuração cabal da notícia e constatou que não havia nada formal da Igreja Católica contra Domingos de Freitas, referente à “excomunhão dos descendentes do citado presbítero secular”, inclusive de forma contada aos quatro cantos da cidade pelo próprio Espedito de Freitas Resende – que visitava Piripiri 2 (duas) vezes por ano, pelo menos –, inclusive, numa destas visitas, foi dizer a Pedro de Moraes Freitas sobre o resultado de sua petição feita ao Papa, em seu domicílio,

com a presença da citada criança: “não há nada no Vaticano que desabone Domingos de Freitas”.

15 Algumas considerações transitórias

A figura de Domingos de Freitas fora descrita controvertidamente por diversos historiadores do mais alto nível, de diferentes formas, porém há, ainda, muita coisa a ser mais bem explicada, demonstrada e/ ou explorada, até por dever de justiça e reconhecimento.

De qualquer sorte, a condição de presbítero secular (líder espiritual); corifeu revolucionário (em várias lutas de cunho separatista e por ter feito ‘espécie de reforma agrária em suas terras’); liberal convicto; maçom; político militante; professor/ educador; pai responsável, zeloso e amoroso; negociante vivaz; agropecuarista; e artífice humanista e social das raízes do desenvolvimento da região de Piripiri – Piauí, dentre outros, demonstra ser Domingos de Freitas personalidade que viveu de maneira intensa e superlativamente.

Todavia, Domingos de Freitas tem sido historiograficamente focalizado, com maior ou menor ênfase, aqui, ali e alhures, especialmente sobre composição elaborada e convivida, notadamente da relação de aspectos consagrados da Igreja Católica em confronto com algumas características da mundanidade, em face da sua condição humana de presbítero secular, de violação da regra do celibato e de sua vida social e, sobretudo, de natureza particular.

A condição de uma suposta tentativa de apagamento/ encobrimento histórico de Domingos de Freitas – intencionou, circunstante ou não – de sua ação política à causa da Independência do Piauí, e do Brasil, como um dos corifeus, e, moldando, também, à sua peculiaridade, as bases de desenvolvimento reluzente de parte do norte do Estado do Piauí, especialmente da região de Piripiri (PI), como artífice humanista e social,

precisa ser reexaminada, se for o caso.

Tais bases de desenvolvimento podem ser observadas, também, quanto a seguinte tripolaridade, quais sejam: (a) a promoção/ oferta de educação gratuita e de qualidade para todos, indistintamente, onde ele próprio era professor/ educador “de reconhecido talento” (Miranda, 2022), num tempo de analfabetismo crônico no Piauí, de falta de escolas, de professores e até de alunos; (b) a edificação de presença religiosa, moral, cívica e espiritual naquele meio e naquele tempo (como orientador), como notável estratégia de elaboração de unidade; e, (c) a distribuição de lotes de terras e aguadas de sua propriedade para quem quisesse morar, construir, plantar, colher e criar, de forma saudável, responsável, harmoniosa, segura e socialista.

Por último, considera-se que o funcionamento orquestrado deste citado tripé ensejou, ou engendrou, por conjunção destes fatores, um lugar de “plantação de amor”, que floresce, se encanta e se espalha para toda vida humana, como conquista consistente e perene de todos e para todos, valendo a pena todo o esforço empreendido, para sempre, pois a obstinação e o amor vencem tudo, até a maldição!



(Desenho: Márcio Azevedo)

FOLCLORE

Existem muitas lendas envolvendo a figura singular de Simplício Dias da Silva, o Simplição da Parnaíba, que no imaginário popular era um homem malvado e extremamente cruel. Segundo Josias Clarence, “*A morte engrandeceu-lhe o prestígio e a fama; exagerou-lhe a auréola da fortuna e as histórias extravagantes dos caprichos pessoais*”.

O que é uma lenda?

Lenda é uma narrativa oral ou escrita, com maior ou menor proporção de elementos imaginários e fantasiosos ou inverossímeis; geralmente tenta se fazer passar por verdadeira, ou se baseia em elementos da realidade; povoa o imaginário popular e passa de geração em geração, quase sempre de forma oral, e frequentemente sofre modificações e adaptações.

EL RAMANAIAN, O CAVALO DE SIMPLÍCIO DIAS QUE TERIA SIDO ENTERRADO NA IGREJA MATRIZ DE PARNAÍBA¹

O Coronel de Cavalaria Simplício Dias da Silva, também conhecido por Simpliçã, foi um dos principais líderes do Movimento Separatista de 1822/1823 no Piauí e um dos homens mais ricos do Brasil. Era filho do português Domingos Dias da Silva com a escrava Claudina Josefa.

As atividades comerciais dos Dias da Silva, constituídas pela criação de gado, produção e exportação de charque, seus imensos armazéns construídos no Porto Salgado (atual complexo turístico e cultural Porto das Barcas) para albergar os produtos de exportação e importação e suas embarcações, alavancaram a economia regional, ligando o litoral piauiense à Europa, fomentando o desenvolvimento de Parnaíba e perpetuando o nome da família, especialmente o de Simplício, que além de ter um lugar de relevância na galeria da história do Piauí, do Brasil e de Portugal, também é objeto de várias lendas criadas pelo imaginário popular, destacando o seu lado ruim, conferindo-lhe a pecha de pessoa cruel, perversa e de atitude e caráter duvidosos.

Dentre as várias lendas, conta-se que Simplício Dias, o Simpliçã, mandava jogar pessoas vivas às onças famintas que mantinha num covil situado no quintal de sua casa; que, quando via uma pessoa assoviando, o obrigava a assoviar o dia inteiro até perder a voz; que teria mandado assar uma criança de colo para se banquetear; que tomava os bens dos proprietários da região; que era um grande assediador sexual e muito perverso.

Conta-se também que ele teria tentado subornar o imperador do

¹ Narrativa inspirada no texto **O Casarão Assombrado e o Cavalo Enterrado na Igreja**, publicado nas páginas 240 a 243, do livro **Simplício, Simpliçã da Parnaíba** (Lenda do Piauí), de Josias Clarence Carneiro da Silva, Editora Correio de Timon Ltda, Timon, MA, 1978.

Brasil com um cacho de banana de ouro, em tamanho natural, a quem também teria pedido licença para ladrilhar o piso do salão principal de seu solar com moedas de ouro.

Outras lendas em torno de seu nome dizem que, depois de enterrado, seu corpo não foi consumido pela terra que o devolveu para a superfície, que não foi consumido pelo fogo, que não foi aceito pelo mar que o devolveu para a praia, que foi jogado no matagal, onde virou um enorme cupinzeiro, o maior já visto na região. Mas lenda é lenda e aqui vai a minha versão sobre seu cavalo que teria sido enterrado dentro da Igreja Matriz de Nossa Senhora Mãe da Divina Graça.

Diz a lenda que, assim como *Calígula*, o terceiro Imperador de Roma, Simplício Dias nutria um amor profundo por seu cavalo de estimação, que ganhara de um sultão árabe. O animal era o seu xodó. Era como se fosse um membro da família. Recebia tratamento especial. Dizem até que ele teria sido batizado, e que, desde então, quando alguém quer ressaltar as qualidades positivas ou negativas de outra pessoa, diz: “fulano de tal é um cavalo batizado”.

Assim como o *Incitatus*, o cavalo do imperador romano, que foi nomeado senador e sacerdote, *El Ramanaian*, o cavalo do magnata parnaibano, tinha muitos privilégios. Não chegou a ter uma guarda pretoriana como o equino romano de predileção de Calígula, mas tinha dois escravos à disposição para cuidar do seu sossego, da sua segurança e da sua mordomia.

Altamente adestrado por um especialista em equitação vindo da Europa, o cavalo era dócil e atendia a todos os comandos. Marchava em ziguezague, estradava, trotava, esquipava e corria com elegância e maestria. Dizem até que era capaz de ajoelhar-se e dançar ao som de qualquer melodia; que se equilibrava sobre as patas traseiras elevando a cabeça e o resto do corpo numa atitude engraçada a um leve sinal de Simplício Dias.

Ao contrário de “*Rocinante*”, o famoso cavalo de Dom Quixote de La Mancha e de “*Rucio*”, o burro falante de Sancho Pança (personagens do romance de Miguel de Cervantes), que sofreram muito durante as aventuras de seus donos, *El Ramanaian* tinha uma vida de príncipe. Vivia permanentemente enfeitado com um colar de pedras preciosas pendurado no pescoço. Era mantido num luxuoso estábulo construído numa quinta situada em frente à Casa Grande de Parnaíba.

Simplício Dias, que era muito rico e gostava de ostentação, tendo inclusive, segundo afirmam, presenteado o imperador com um cacho de banana de ouro em tamanho natural, com rubis incrustados no bico de cada uma das frutas, teria mandado fazer uma cela cravejada de diamantes e os arreios com espora, cabeção, fivelas, argolas e pingentes de ouro, para usar em seu cavalo durante os pequenos passeios pela vila com as duas filhas pequenas, levando uma na garupa e a outra na frente.

Dizem que quando queria mudar de gosto, o nababo parnaibano desfilava em sua luxuosa carruagem de talha dourada e cristal, de estilo barroco, fabricada em Paris, ocasião em que, além das filhas Helena Amália e Carolina Tomásia, levava também sua esposa, dona Maria Isabel.

Contam que, como mais uma prova de exibicionismo e de ostentação da sua fabulosa riqueza, ele teria pedido permissão ao Rei Dom João VI (do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves), para ladrilhar os salões da Casa Grande de Parnaíba com moedas de ouro.

Dizem que, percebendo a verdadeiro intensão do magnata, que, por ter um pé na senzala, queria menosprezar a realeza lusitana e ter o prazer de pisotear na cara do Rei Dom João V, o Magnânimo, de Dom José I, o Reformador, e de Dona Maria I, a Piedosa, como também no sagrado Brasão das Armas de Portugal, ali estampados, com as faces dos reis e da rainha no lado principal das moedas e o escudo português no outro, Dom João VI autorizou na condição de que o ladrilhamento fosse feito de quina.

Dizem também, que meses antes do Movimento Separatista iniciado em Parnaíba sob sua liderança, Simplício Dias recebeu a infausta notícia do falecimento de seu cavalo, que fora picado por uma cobra cascavel. Inconsolável, o nababo parnaibano decidiu enterrá-lo em frente ao altar-mor da igreja matriz de Nossa Senhora da Divina Graça, situada no centro da Vila.

Apesar da censura e dos protestos velados “feitos à boca miúda”, pelo vigário, pelas beatas e pelas pessoas de bem da Vila, ninguém ousou em questionar a decisão do Grão-Senhor da Casa Grande de Parnaíba, que não hesitou em profanar o templo sagrado.

Diz a lenda que, depois desse grande sacrilégio, a partir da meia noite dos dias de sexta-feira, a população da vila passou a ouvir um forte tropel e estridentes relinchos de cavalos vindos de dentro da igreja. Houve até quem afirmasse ter visto um cavalo alado, com dois olhos de fogo, sobrevoando a torre da matriz.



Márcio de Azevedo Alves

(Desenho: Márcio Azevedo)

PROPOSTA PARA INSCRIÇÃO DOS NOMES DO CORONEL SIMPLÍCIO DIAS DA SILVA, DO ALFERES LEONARDO DE CARVALHO CASTELLO BRANCO E DE OUTROS PROTAGONISTAS DO MOVIMENTO SEPARATISTA DE 1822/1823, NO LIVRO “HERÓIS E HEROÍNAS DA PÁTRIA”

No livro *LENDAS E MITOS, POEMAS E OUTROS TEXTOS*, editado em 2022, tomei a liberdade de apresentar algumas sugestões para coroar as comemorações políticas, cívicas e militares alusivas ao Bicentenário do Movimento Separatista de 1822/1823, iniciado em Parnaíba sob a liderança do Coronel Simplício Dias da Silva, que culminou com a Adesão de Oeiras e com a sangrenta Batalha do Jenipapo, ocorrida no dia 13 de março de 1823, em Campo Maior, PI.

Vale ressaltar que, além de ter sido o autor da ideia da inclusão da data histórica da Batalha do Jenipapo na Bandeira do Piauí e da proposta exitosa para homenagear com estátuas (no Monumento Nacional do Jenipapo) os nossos verdadeiros heróis (vaqueiros e roceiros), tive a ideia de reivindicar diretamente ao Presidente da República Federativa do Brasil a emissão de uma moeda comemorativa dessa importante batalha, que se constituiu no fator determinante para a consolidação da Independência Política do Brasil.

Infelizmente, essas sugestões não foram levadas em conta e as comemorações do bicentenário do Movimento Separatista do Piauí passaram em branco.

Agora em 2024, ano em que se comemorou os 202 anos do Movimento Parnaibano de 19 de outubro de 1822, os 201 anos da Adesão de Oeiras e da Batalha do Jenipapo, apresento uma nova sugestão aos

poderes públicos das três esferas e à instância superior da maçonaria, da qual Simplício Dias da Silva foi idealizador e fundador no Piauí, para que investidos em seus poderes, consigam inscrever os nomes do Coronel Simplício Dias da Silva, do Alferes Leonardo de Carvalho Castello Branco (cofundador da maçonaria piauiense), do Juiz de Fora João Cândido de Deus e Silva, do Capitão José Francisco de Miranda Osório, do Capitão Antonino Ferreira de Araújo e Silva, do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, do Tenente Simplício José da Silva, do Capitão Luís Rodrigues Chaves, do Capitão João da Costa Alecrim, do Capitão Alexandre Nery Pereira Nereu, do Coronel José Pereira Filgueiras, do Coronel Pessoa Anta (João de Andrade Pessoa) e do Alferes Salvador Cardoso de Oliveira (todos com destacada participação no processo de emancipação política do Piauí em relação ao reino de Portugal e sua adesão ao Império de Dom Pedro I) no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, depositado no “Panteão da Pátria e da Liberdade”, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, destinado ao registro perpétuo do nome de brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham dedicado a vida à Pátria. E, caso seja possível, a inscrição de nomes genéricos, que essa homenagem seja estendida aos “vaqueiros” e “roceiros” da região de Campo Maior, que em 13 de março de 1823 lutaram pela causa nacional.

Na certeza de poder contar com o apoio de governantes, de parlamentares, de membros da maçonaria e de outras pessoas influentes, antecipo meus agradecimentos.

Adrião Neto

ADRIÃO NA TERRA DE PLATÃO



(Crédito: Virna Lize)

INTRODUÇÃO BIOGRÁFICA

HOMENAGEM AO AMIGO ADRIÃO NETO (Ouro da Literatura Piauiense)¹

Quis o destino que da Lagoa do Camelo, Luís Correia, precisamente,
Nascesse feito a estrela da manhã, com luminosidade extraordinária,
Este ser que resplende hoje em cenário internacional, merecidamente!
Posto que é a pura essência da arte literária e grande mentor intelectual!

Benfeitor cultural e educacional da humanidade, soube evoluir grandemente,
Adrião é hoje o nome de referência da língua portuguesa e louvadamente,
Citado em inúmeros verbetes de dicionários bibliográficos de nível nacional
Feito alcançado apenas por grandes pensadores e intelectuais, é sensacional!

Já com seu nome fixado na imortalidade, viajante do espaço sideral sem fim,
Tens a doce magia dos deuses do Olimpo no delicioso sabor dos teus escritos,
Para a satisfação da alma e o prazer da vida a florescer em esplêndido jardim!

Seguindo a sua gloriosa jornada, de vitória e sucesso, a navegar pelo infinito,
Contemplanás todo o teu legado, lá do alto, do sete estremo, num suave arrebol,
E feliz ficarás plenamente, por toda a eternidade, do nascer ao pôr do sol.

¹ Camilo Martins - Presidente da Academia Mundial de Letras da Humanidade.

DADOS BIOGRÁFICOS DO AUTOR

Adrião Neto – Luís-correense de Lagoa do Camelo, Piauí. Dicionarista biográfico, historiador, poeta e romancista com vários livros publicados. É o autor da ideia da inclusão da data histórica da Batalha do Jenipapo (13 de março de 1823) na Bandeira do Piauí e da proposta exitosa para homenagear, com estátuas, os vaqueiros e roceiros no Monumento Nacional do Jenipapo, em Campo Maior (PI), onde a Academia Campomaiorense de Ciências, Artes e Letras afixou duas placas alusivas a esses eventos, incluindo citação do seu nome.

Adrião Neto é também o autor do Brasão das Armas Municipais de Luís Correia e da ideia da instituição do dia 26 de julho como o dia dessa importante cidade piauiense. Além do mais, foi o idealizador e defensor de significativas homenagens ao imortal poeta popular luís-correense Firmino Teixeira do Amaral e ao Comendador Joaquim Rodrigues da Costa (o Libertador Esquecido), materializadas em forma de estátuas, pela prefeitura municipal Maninha Fontenele.

Adrião Neto é um dos escritores mais premiados do Estado. Sua produção literária tem como principal objetivo o estudo, a valorização e a divulgação do Piauí em todos os seus aspectos. Seu nome é citado em mais de quinhentas obras, inclusive em monografias (TCCs), dissertações de mestrado e teses de doutorado. Em suas andanças já foi visto em mais de trinta países da América Latina, Europa, África e Ásia.

Em reconhecimento aos seus feitos em favor de Campo Maior, Adrião Neto foi laureado pelos poderes público, executivo e legislativo municipal, com a Comenda Heróis do Jenipapo (medalha e diploma), com o Título de Cidadão Campomaiorense, com a Comenda do Mérito Legislativo Vereador Simplício José da Silva (diploma e medalha) e com a citação de seu nome numa das placas de metal do Memorial Histórico da cidade,

erguido na Praça Bona Primo, em frente à Igreja Matriz de Santo Antônio. Também foi homenageado pela Academia Campomaiorense de Ciências, Artes e Letras, que, além de incluir seu nome em duas placas de metal afixadas no Monumento aos Heróis do Jenipapo, o contemplou com a Comenda do Mérito Cultural Bitorocara.

Pela relevância da sua vasta produção literária, Adrião Neto teve o privilégio de ter o conjunto de sua obra analisada e comentada por vários críticos literários do Piauí, do Brasil e do exterior.

Além de várias outras honrarias, foi homenageado com a honrosa Comenda do Mérito Legislativo Vereador José Christiano Neto, através de projeto de Lei de iniciativa da autuante vereadora Kátia Silva.

Por conta da sua contribuição às causas sociais, intelectuais e culturais, por sua atuação como difusor, incentivador da arte e defensor da livre expressão através da cultura literária, e, especialmente, pela importância de sua obra, Adrião Neto foi merecedor de inúmeras honrarias, incluindo a “Comenda da Ordem Estadual do Mérito Renascença do Piauí” (medalha e diploma), outorgado pelo governo do Estado do Piauí; os títulos de “Cidadão Teresinense”, “Cidadão Campomaiorense”, “Cidadão Florianense”, “Cidadão Luzilandense” e “Cidadão Parnaibano”; a Comenda da Ordem Municipal do Mérito Tremembé (diploma e medalha), concedida pela Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia-PI; o Diploma e a Medalha de Honra ao Mérito Luís-correieense, concedido pelo poder executivo municipal de Luís Correia; os títulos de “Personalidade Cultural do Século”, outorgado pela Academia de Letras da Região de Sete Cidades; “Doutor Honoris Causa em Filosofia Universal, Ph I, Filósofo Imortal” (medalha e diploma) e “Comendador Nacional do Mérito Literário” (medalha e diploma), ambos outorgados pela Academia de Letras do Brasil (Região Metropolitana de Campinas). Também foi agraciado com a “Grã-Cruz do Mérito Literário” (medalha e diploma) e com a “Comenda de Cavaleiro da Ordem do Mérito Humanitário” (medalha e diploma),

Benfeitor Lítero Cultural e Educacional da Humanidade (medalha e diploma) e com a Comenda Filosófica da Acadêmica Ordem de Platão (medalha e diploma), todas outorgadas pela academia Mundial de Letras da Humanidade, sediada na cidade de Artur Nogueira (SP), presidida pelo escritor Camilo Martins.

Dentre outras honrarias Adrião Neto detém o “Diploma do Mérito Cultural Poeta Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva”, “Diploma: Instituto do Mérito Cultural Leonardo Castelo Branco”, “Diploma do Mérito Cultural da Legendária Região de Sete Cidades” e “Diploma do Mérito Cultural Combatentes da Lagoa do Jacaré”, todos outorgados pela Academia de Letras da Região de Sete Cidades (ALRESC); “Diploma de Personalidade Cultural da União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro”, concedido pela UBE/RJ; “Láurea do Mérito Juscelino Kubitschek” (medalha e diploma), “Diploma do Mérito Poesia JK” e “Diploma de Personalidade do ano de 1996”, todos outorgados pela Ordem Internacional das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura; “Diploma do Mérito Cultural Da Costa e Silva”, concedido pela UBE/PI; “Diploma do Mérito Cultural Firmino Teixeira do Amaral”, conferido pela Fundação Nordestina do Cordel e Revista De Repente; “Instituto do Mérito Cultural A. Tito Filho” (diploma), concedido pela Academia de Letras do Vale do Longá (ALVAL); “Diploma”, concedido pelo Centro Cultural dos Cordelistas do Nordeste, em parceria com a Fundação Demócrito Rocha, ambos sediados em Fortaleza (CE); “Insígnia do Mérito Cultural Eurípi-des Clementino de Aguiar” (medalha e diploma), outorgada pela Academia de Letras e Belas-Artes de Floriano e Vale do Parnaíba (ALBEARTES); “Diploma do Mérito Jornalístico”, outorgado pelo Sindicato dos Jornalistas do Piauí; “Diploma do Mérito Cultural e Ecológico Bury-Açu, o Espírito do Brejo”, conferido pelo Instituto de História, Artes e Letras de Buriti dos Lopes (IHAL) e ainda o “Título de Sócio Honorário da Academia Campomaiorense de Ciências, Artes e Letras” (ACALE);

“Diploma EPBEJON”, outorgado pela International Society of Greek Writers Litters-Arts-Culture (da Grécia); “Medalha e Diploma do Mérito Lítero-Cultural Poeta Castro Alves” e o “Diploma de Magna Persona do Mérito Acadêmico”, outorgados pela Academia Nogueirense de Letras; “Diploma de Paladino da Paz”, outorgado pela Associação Histórica dos Boínas Azuis do Brasil, sediada em Brasília; “Diplomas de Poeta Laureado” e de “Benfeitor Sócio-Cultural”, concedidos pelo Instituto Júlio Ribeiro Cortez de Educação e Cultura, sediado em Minas Gerais; Comenda Escritor Rubens Lessa, outorgado pela Academia Brasileira de Letras dos Escritores Adventistas, sediada em São Paulo; o diploma Embajador Itinerante de La Paz, outorgado pela Confederación Latinoamericana de Artistas y escritores e Diploma de Embaixador Cultural da Paz, concedido pela Academia de Letras do Brasil (Região Metropolitana de Campinas);

Adrião Neto é verbete em várias obras editadas no Brasil e no exterior, dentre as quais: “Directory of International Writers and Artists” (1988), de Teresinka Pereira e Pedro Meléndez, editado nos Estados Unidos; “Enciclopédia de Literatura Brasileira” (2002), de Afrânio Coutinho e J. Galante, 2ª edição, atualizada por Graça Coutinho e Rita Moutinho, editada no Rio de Janeiro; “A Crítica Literária no Brasil”, 3ª edição (2003), do conceituado crítico literário Wilson Martins, editado em São Paulo; “Enciclopédia da Literatura Brasileira Contemporânea”, volume I (1993), de Reis de Souza, editada no Rio de Janeiro; “Dicionário Biobibliográfico Regional do Brasil” e “Dicionário Biobibliográfico do Tocantins” (2001), ambos de Mário Ribeiro Martins, editados em Tocantins; “Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí” (1994), de Cláudio Bastos, editado no Piauí; “Dicionário de Poetas Contemporâneos” (1991), de Francisco Igreja, editado no Rio de Janeiro; “Literatura: De Homero à Contemporaneidade – Enfoques Histórico, Teórico e Prático” (2003), de Ronaldo Alves Mousinho, editado em Brasília; “Personalidade Cultural

do Século – Talentos da Inteligência do Piauí” (2001), de José Fortes Filho, editado no Piauí; “Guia de Escritores Brasileiros”, de Néa Tauil, editado em São Paulo; “Visão Histórica da Literatura Piauiense” (3ª e 4ª edições, 1997), de Herculano Moraes, editada no Piauí; “Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense” (1992 e 1993), “Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense” (1997) e “Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado” (2003), todos de Wilson Carvalho Gonçalves, editados no Piauí; “Dicionário Enciclopédico do Gurgueia” (2008) e “Gurgueia – Espaço, Tempo e Sociedade” (2009), ambos de Jesualdo Cavalcanti, editados no Piauí; Dicionário de Escritores Contemporâneos do Nordeste (2022), organizado por Roberto Leal, editado na Bahia.

Dentre outros “compêndios”, em mídia digital, destinados à difusão de dados e informações de pessoas ilustres do mundo, seus dados foram inseridos no site: “Projetovip.net (Very Important People – Gente Muito Importante), passando a integrar a honrosa galeria de fotografias/resumos biográficos de personalidades de todos os continentes (<http://www.projetovip.net/>).

Além de outras obras, Adrião Neto é destaque nos livros: “A Crítica Literária no Brasil”, 3ª edição (2003), do conceituado crítico literário Wilson Martins, editado em São Paulo; “Este Mundo é Pequeno” (2003) e “Literatura & Divagação” (2009), ambos de Nelson Hoffmann, editados no Rio Grande do Sul; “Zênite – A Linguagem dos Trópicos” (2006), de Moura Lima, editado em Tocantins; “O Encantador de Serpentes e Outros Vultos Ilustrados” (2012), de Antônio de Pádua Ribeiro dos Santos, editado do Piauí; “Geração Campo Maior – Anotações Para uma Enciclopédia” (1995), de Reginaldo Gonçalves de Lima, editado no Piauí; “A Serviço do Brasil” (1996), “E o Sonho Continua” (1998) e “Nacionalismo tem Sentido, sim” (2000), todos de autoria do general João Evangelista Mendes da Rocha, editados no Rio de Janeiro; “Vultos e Fatos da História de Campo Maior” (2013), de João Alves Filho, editado no Piauí;

“Dicionário de Sabedoria dos Piauienses – Citações Máximas Sentenciosas do Pensamento Reflexivo dos Piauienses de Todos os Tempos” (2004), de José Antônio da Silva, editado no Piauí; “Microdicionário Florianês – Termos e Expressões de Florianópolis no Estado do Piauí” (2015), de José Antônio Barros, editado no Piauí; Dicionário do Piauí, de Antenor Rêgo Filho, editado no Piauí; “Diocese de Parnaíba – 70 Anos em Missão – 1945/2015” (2016), de Inácio Marinheiro de Oliveira, editado no Piauí. Seu nome consta também no rol dos escritores evidenciados nos livros “Aspectos da Literatura Piauiense” (1993), de Alcenor Candeira Filho, editado no Piauí; “Anos 70: Por que essa lâmina nas palavras?” (1993), de José Pereira Bezerra, editado no Piauí.

Além de ter sido focado em inúmeros jornais de vários Estados, foi contemplado com generosas matérias editadas nas revistas: “De Repente”, “Evidência”, “F. Moura em Foco”, “Cidade Verde”, “Eugênio” e “Informaçõ”, todos do Piauí, bem como nas revistas: “Selected Writings”; editada nos Estados Unidos; “Cahiers de Poésie Jalons”, editada na França; “Somando” e “Região”, ambas publicadas no Rio Grande do Sul; “Fórum”, publicada em São Paulo; “Literatura – a Revista do Escritor Brasileiro” e “Brasília”, ambas editadas no Distrito Federal. Também foi evidenciado na Revista da Academia Piauiense de Letras, no Almanaque da Parnaíba – publicação oficial da Academia Parnaibana de Letras e no jornal “O São-Luizense”, editado no Rio Grande do Sul.

Em agosto de 1997, em reconhecimento à sua luta pela divulgação e valorização da Literatura Piauiense, um evento literário realizado na cidade de Bom Jesus (PI), sob a coordenação da professora Ieda Maria Santos, foi denominado de “I Seminário de Literatura Piauiense Escritor Adrião Neto”.

Em 2015, o escritor Adrião Neto foi homenageado pelo Colégio Potencial, da cidade de Florianópolis (PI), que, em demonstração de apreço pela literatura piauiense, batizou uma das salas com seu nome.

Em 2019, foi homenageado pela “Revista F. Moura em Foco” com a instituição e concessão do Troféu Literário Escritor Adrião Neto, para várias personalidades da área literária.

Em 2020, foi homenageado pela Editora Borck, do Rio Grande do Sul, com a coletânea “Adrião Neto & Amigos”, organizada pelo professor, escritor e editor Luiz Henrique Borck.

Adrião Neto é patrono da cadeira 002 da Academia Mundial de Letras da Humanidade, seccional de Recife (PE), ocupada pelo imortal João Câncio da Costa Ferreira Filho, da cadeira 002 da mesma instituição, seccional de Campo Maior (PI), ocupada pelo imortal Fernando Miranda, das cadeiras 001 e 002 do mesmo sodalício, seccional de Luís Correia, (PI), ocupadas respectivamente pelo imortal Antônio José Sales e pela imortal Floriza Sales Fontenele, e da cadeira 104 da Academia dos Intelectuais e Escritores do Brasil, ocupada pelo imortal Camilo Martins.

Dentre outras honrarias, em 2017, recebeu da Santa Sé um diploma no qual Sua Santidade Francisco concede Bênção Apostólica e invoca por intercessão de Maria Santíssima a abundância das graças divinas.

PONDERAÇÕES

Escritor incansável, em cada livro Adrião Neto entoava um hino de louvor ao Piauí, seu Estado Natal, e que tem como capital a cidade verde de Teresina, dita filha do sol do equador e abraçada pelo rio Parnaíba, o Velho Monge do poeta Da Costa e Silva. Sempre realçando as qualidades e belezas de sua terra, ele destaca capítulos da história e da vida piauiense, único Estado brasileiro colonizado do interior para o litoral e assim estabelecendo uma cultura diferente e de características muito próprias. Esses aspectos estão mais visíveis que nunca em seu mais recente livro que acabo de ler com intenso prazer. Como cidadão honorário do Piauí, leio tudo que me cai nas mãos sobre esse Estado. / “Lendas e Mitos, Poemas e

Outros Textos” (Gráfica Pinheiro – Teresina – 2022) é verdadeiro compêndio sobre o Piauí. Um livro rico que contém folclore, mitologia, lendas, literatura, poesia, turismo e história, ideal para quem pretenda conhecer esse estado que, com o Maranhão, integra o chamado meio norteb Brasileiro. A primeira parte reúne lendas, curiosidades, pinceladas históricas, monumentos e edificações ilustres, além de boa dose de poesias. Literatura para variados gostos. (**Enéas Athanázio**, jurista, ensaísta, contista, cronista e biógrafo catarinense, autor de dezenas de obras, *in* “O Arauto do Piauí: Adrião Neto”, “Jornal Página 3”, Balneário Camboriú, SC, 30/09/2022; Texto republicado do “Livro sobre Livros, Escritos Diversos” volume 5, Editora Minarete, Balneário Camboriú, SC, 2024).

As atividades de Adrião Neto, em termos de sua terra e sua gente piauiense, é espantosa. Como pode um solitário ser humano realizar tanto? E em empreitadas nada propícias. Se no mundo a Cultura e suas manifestações sofrem dificuldades, tenhamos presente a nossa realidade dura, brasileira. E assim mesmo, no meio de tudo isso, esse incansável batalhador piauiense não para de colecionar títulos, troféus, honrarias, diplomas e homenagens que não param de crescer. Tudo merecidíssimo, fruto de atividades sem fim. Citar tudo e todos é impossível em espaço tão pequeno. / E penso e repenso... Adrião Neto / De tanta atividade laureada, uma sempre me chamou a atenção: A inclusão da data histórica da Batalha do Jenipapo na Bandeira do Piauí. Quanta força e tenacidade desse piauiense para lembrar, lutar e conseguir inovar no estandarte-símbolo de um Estado! Hoje, a data histórica de 13 de março de 1823 brilha sob a estrela da Bandeira, no alto, à esquerda. Para sempre. / E também hoje, aqui, tão distante, em meu recluso ranchinho missioneiro e fronteiriço, eu me pergunto: / Quem enaltece mais sua Terra e sua Gente do que Adrião José Neto? (**Nelson Hoffmann**, professor, contista, cronista, romancista e ensaísta gaúcho, *in*: “Lembro, Penso, Pergunto...”, publicado no livro “Adrião Neto & Amigos”, São Luiz Gonzaga, RS, 2020).

Adrião Neto realiza um trabalho de divulgação da literatura piauiense que deve servir de exemplo a tantos quantos tenham vocação para a pesquisa bibliográfica. Seu labor, longe das elites enclausuradas no círculo estreito do aulicismo acadêmico, está destinado a permanecer como referencial histórico e documento, em termos literários, da cultura do Piauí. (**Paulo Monteiro**, historiador, ensaísta e jornalista gaúcho, *in*: “Adrião Neto – Modelo Piauiense”, “Coletânea de Escritores Brasileiros Contemporâneos”, Teresina, PI, 1999).

A responsabilidade e a alegria de falar sobre um nome que é referência quando se trata da história do Piauí, um nome que vai muito além das fronteiras geográficas, ganha o mundo desafiando os limites das palavras. Quero falar de um piauiense, não do número de medalhas, insígnias e títulos que ele tem recebido ao longo dos anos, embora de relevância absoluta, incontestes. Não do seu currículo imenso, valoroso. Não da sua biografia rica, sólida, robusta. Não do dicionarista, do poeta, do romancista, do escritor. / Prezo falar do cidadão, do professor, do historiador, do piauiense que não mede esforços para preservar a história do nosso estado e do nosso povo. / Conheci Adrião Neto através da literatura, da Coletânea PIAUÍ EM LETRAS 3, da qual é organizador. (**Lúcia Ana de Mélo e Silva**, cronista e contista piauiense radicada em Brasília, *in*: “Adrião Neto”, publicado no livro “Adrião Neto & Amigos”, São Luiz Gonzaga, RS, 2020).

Adrião Neto, mais o admiro quanto mais o conheço. Suas inúmeras qualidades de notável escritor, brilhante e experiente pesquisador historiográfico, poeta de primeira linha, dicionarista, romancista, homem de vasta e impressionante cultura, talentoso, como o comprovam RAÍZES DO PIAUÍ e A EPOPEIA DO JENIPAPO, obras conhecidas e estudadas, se destacaria e também, se abraçasse qualquer outra profissão ou fosse

possuidor de qualquer outro talento, pois a sua tenacidade, a sua vontade de dar o melhor de si para o desenvolvimento do seu povo e de sua terra, fariam de você, o Piauiense e Brasileiro notável, importante, admirável que é. / A sua privilegiada inteligência, a sua luminosa capacidade intelectual, a sua grandeza moral, fazem de você um dos maiores expoentes literários e da mais intensa irradiação cultural do nosso Estado, do nosso País. Os seus inúmeros trabalhos sobre temas cívicos, demonstram seu acendrado amor ao Piauí, à sua gente. / Hoje, você, Adrião, não é apenas o cidadão de Lagoa do Camelo, município de Luís Correia, Piauí. É o excepcional escritor, historiador consciencioso, poeta, dicionarista, pesquisador, romancista, emérito conferencista que, não só o Piauí, mas o Brasil inteiro, considera, respeita, admira e ama. (**Maria de Carvalho Gonçalves**, musicista, poetisa e compositora piauiense, *in*: “Adrião Neto, Mais o Admiro Quanto Mais o Conheço”, “Revista Evidência, ano IV, nº 27, Teresina, PI, setembro de 2006).

Adrião Neto é hoje uma referência obrigatória no cenário cultural do Piauí. Romancista, poeta, antologista e historiógrafo, expressão de inteligência e saber. Nome consolidado pela crítica de todo país. É autor de livros fundamentais de nossa literatura. (**Lisete Napoleão Medeiros**, professora, escritora e pesquisadora do folclore piauiense, Teresina, PI, 24-09-2009).

Adrião Neto é um dos escritores piauienses que mais se destacam no cenário cultural do nosso estado. A sua obra constitui-se no principal ponto de referência da Literatura Piauiense dos últimos tempos. (**José Ribamar Garcia**, jurista, romancista, contista e ensaísta, membro da Academia Piauiense de Letras, *in*: “Comentários”, “Jornal do Comércio”, Rio de Janeiro, RJ, fevereiro de 1998).

A vasta bibliografia literária e historiográfica de Adrião Neto é um exercício à reflexão sociológica – importante contribuição à cultura brasileira. (**Roberto Carvalho, jornalista**, poeta, contista e ensaísta, *in*: “O Piauí na História do Brasil / A Epopeia do Jenipapo”, Revista Evidência, Teresina, PI, novembro/dezembro de 2001).

Adrião Neto, é um ícone da Cultura do Piauí, falar nele é debulhar Cultura em todos os cantos das Letras e das Artes. Ele figura como um dos mais renomados em todos encontros e discussões da Literatura do Brasil e é um referencial no campo da pesquisa e trabalhos de Graduação, Mestrado e Doutorado. É uma presença marcante em qualquer evento Cultural do Brasil. Medalhas, Diplomas e Honrarias fazer parte do seu acervo de reconhecimento. (**José Maria de Carvalho**, professor e escritor piauiense, autor de vários livros, *in* Facebook).

E por falar em vanguarda e em filhos ilustres, gostaria de fazer uma menção especial ao maior nome da literatura desta cidade – o amigo Adrião José Neto; homem de vasta cultura e de espírito engajado. / Devemos, diletos senhores, elegantes damas, a Adrião Neto, dentre tantas coisas importantes, o fato de termos na bandeira do Piauí, abaixo da estrela, a data 13 de março de 1823 – dia da Batalha do Jenipapo –; batalha essa que abriu as portas para nossa independência política e econômica em relação a Portugal. / Isso, devo assegurar, é apenas um dos grandes feitos deste grande homem que, além de ser um incansável historiador, é poeta, romancista, contista, dicionarista biográfico e escritor premiado. É formado em Administração de empresas, sócio efetivo da Associação Internacional de escritores e artistas, membro efetivo da União Brasileira de Escritores do Piauí, membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade, da Ordem Internacional das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura e também da Associação Nacional de Escritores, além de ser

autor do Brasão das Armas Municipais de Luís Correia já aqui citado. / E é com esse grande nome, que apresento aos diletos senhores e às elegantes damas, envolto nesse espírito de vanguarda e de ousadia que apresentamos “Letras de Amarração – I Coletânea Literária”... (**Josiel Barros**, professor, poeta, contista e contista, *in*: Discurso de lançamento da “Letras de Amarração I Coletânea Literária”, Luís Correia, PI, 01/04/2023).

O livro LENDAS E MITOS, POEMAS E OUTROS TEXTOS veio para acrescentar mais um feito respeitável na prestigiada bibliografia de Adrião Neto, que nos ensina com o seu infatigável labor não só valiosos conhecimentos de nossa história, os caminhos que traçaram a rota de nossa sociedade, o porquê de vivermos como vivemos, mas lições de como produzir textos claros e significativos, com sua escrita escorreita e muitas vezes cinematográfica. / Bastando lembrar outras obras suas, como os romances paradidáticos PARANGOLÉ, em minha modesta opinião de leitor voraz, um dos melhores inícios de livros que conheço, e RAÍZES DO PIAUÍ, o livro que despertou definitivamente o meu interesse pelo estudo da história piauiense. (**Milton Borges**, Médico, contista e romancista, membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade, *in*: Prefácio de Lendas e Mitos, Poemas e Outros Textos, Teresina, PI, 2022).

Adrião Neto é um escritor eclético e atuante. É um verdadeiro polígrafo. Passeia livre, leve e solto por vários gêneros literários. Iniciou sua trajetória na década 1980, com poemas, depois vieram os contos, romances e a pesquisa histórica. Nessa obra (Lendas e Mitos, Poemas e Outros Textos) lançou-se num universo diferenciado, buscando o imaginário popular da sua região de nascimento, o povoado Lagoa do Camelo, no extremo Norte do Piauí. Versátil, trouxe lendas de domínio público e criou outras, baseado em fatos, credices e nas histórias fantasiosas circulantes nas zonas rurais e urbanas das cidades praianas de Luís Correia e Cajueiro

da Praia. (**José Luiz de Carvalho**, jornalista, professor e escritor, *in*: Posfácio de Lendas e Mitos, Poemas e Outros Textos, Teresina, PI, 2022).

Escritor versátil e talentoso, Adrião Neto é uma das grandes vozes da literatura piauiense. Se ainda não mereceu a atenção e o reconhecimento da grande mídia do sul maravilha, não é por culpa de sua obra – que é vasta, polifônica e de qualidade – mas por negligência do mercado editorial hegemônico e monopolista que, tantas vezes, silencia ou negligencia em relação a autores de outras regiões, não alcançados pelos seus holofotes. (**Ronaldo Cagiano**, escritor e crítico literário, *in*: “Panorama Social e Humano”, *Jornal Linguagem Viva*, Piracicaba, SP, maio de 2010).

Adrião Neto tem destacada passagem pela literatura e se firma como um dos mais importantes autores nacionais contemporâneos. (**Dirmar de Caireyt**, jornalista e ensaísta, *in*: “Escritores e Livros”, “*Revista Brasília*”, nº 111, ano 33, Brasília, DF, março/abril de 2000).

Adrião José Neto é na atualidade um dos autores mais conceituados da literatura piauiense, tendo alcançado reconhecimento em âmbito nacional e internacional. O escritor é natural de Luís Correia, PI. Bacharel em Administração de Empresas, dicionarista biográfico, antologista, historiador, poeta e romancista. Através da qualidade das suas obras, Adrião Neto conseguiu se firmar como um dos grandes referenciais da cultura do Piauí. É verbete de vários livros editados no Brasil e no exterior. Seu nome é citado em mais de quinhentas obras, inclusive em dissertações de mestrado e teses de doutorado. (**Manoela Gomes**, *in*: “Adrião Neto – A Saga de um Escritor”, *Revista Evidência*, Teresina, PI, novembro/dezembro de 2001).

A produção literária do escritor, poeta, romancista, dicionarista e

historiógrafo Adrião Neto é digna de louvor pelo público que alcança e pelo serviço realmente prestado. A consulta aos seus livros é obrigatória, para todo aquele que deseja produzir algo de história no Piauí. A sua participação em obras literárias produzidas no Estado e noutros, torna sua visibilidade realmente de um escritor de grande mérito (...). Autor do Brasão das Armas Municipais de Luís Correia e da ideia da inclusão da data histórica da Batalha do Jenipapo, na Bandeira do Piauí – fatos que por si só, demonstram o quanto ele é uma pessoa realmente dedicada ao estudo percuciente e voltado para a grandeza do seu povo. (**Des. Tomaz Gomes Campelo**, presidente da União Brasileira de Escritores do Piauí, *in*: “Comentário”, Teresina, PI, 18/09/2009).

Adrião Neto é um dos escritores piauienses de maior projeção da atualidade. Só este ano (1998), além da edição do “Dicionário Biobibliográfico de Escritores Brasileiros Contemporâneos” e de ter sido objeto de três questões do Vestibular da Universidade Estadual do Piauí, teve seus dados biográficos estampados no “Directory of International Writers and Artists” e foi o único escritor brasileiro a ser destacado no “Selected Writings”, ambos editados nos Estados Unidos, pela International Writers and Artists Association. (**Francisco Moura**, jornalista *in*: “Nome”, jornal Diário do Povo, Teresina, PI, 17/12/1998).

Louva-se no autor (do romance “Parangolé”) a capacidade, boa técnica descritiva e habilidade de organização da trama, em especial quando faz o corte narrativo para o ambiente da vida dos silvícolas e dos pescadores. / Ainda no domínio da linguagem, não há como negar-lhe uma intenção criativa em lidar com o aspecto social, o espaço geográfico, o tempo romanesco, o domínio do material fartamente pesquisado em várias áreas humanas, o que faz do seu romance uma preciosa e indispensável fonte histórica, linguística, etnográfica, sociológica, político-ideológica que,

seguramente há de despertar o interesse de leitores tanto pelo valor instrutivo e estético da obra, quanto pelo material objeto de suas investigações (...). Finalmente, indisfarçável é seu empenho de valorização da linguagem, principalmente no que tange ao que o autor mesmo chama de “nordestinês” do qual seu texto está relativamente permeado. (**Cunha e Silva Filho**, professor, escritor e crítico literário, *in*: “Guerra, Amor e Paz na Ficção Histórica Piauiense”, Rio de Janeiro, RJ, 18/01/2011).

Adrião Neto, faz o Piauí ganhar luz nacional. Ações individuais e coletivas vão formando um mosaico dos fatos, sua pesquisa, suas iniciativas nos apresentam uma cartografia memorável de homens e mulheres destacados pelas lutas e causas do nosso estado. Sua visão de futuro, seu olhar de reconhecimento, mostram a importância da preservação e registro dos fatos, dos acontecimentos, das efemeridades pretéritas, significativas que se somam ao conjunto do nosso patrimônio histórico e cultural. / Adrião Neto, é um catalogador de documentos, um homem perspicaz, atento às reservas e raízes, sustentadas, guardadas no nosso chão. Ele escuta muitas vozes, falas, gritos, brados de um Piauí valente, destemido. (**Lúcia Ana de Mélo e Silva**, cronista e contista piauiense radicada em Brasília, *in*: “Adrião Neto”, publicado no livro “Adrião Neto & Amigos”, São Luiz Gonzaga, RS, 2020).

O poeta, romancista, historiador e antologista Adrião Neto, um dos principais estudiosos da Literatura e da História do Piauí, é um homem simples, mas genial que sabe traduzir como ninguém os sentimentos, as letras, a paisagem e os novos valores da Literatura Piauiense, o que aliás só engrandece a notoriedade que seu nome suscita como intelectual de boa índole entre aqueles que conhecem a sua vasta bagagem cultural. (**João Nunes Filho**, professor e escritor picoense, um dos maiores divulgadores da Literatura Piauiense).

A obra literária de Adrião Neto se insere com destaque no contexto cultural brasileiro e atinge contornos de máxima importância para as letras nacionais. (**Dirmar de Caireyt**, jornalista e ensaísta, in: In: “Revista Brasília”, página “Escritores e Livros”, nº 111, ano 33, Brasília, DF, março/abril de 2000).

Falando de Adrião, é preciso dizer que se trata de alguém com vastíssimo cabedal cultural, tanto a nível literatura, história e diversas outras vertentes. Seria longo demais citar um a um os comentários tecidos sobre seu trabalho, por literatos de todo o país, inclusive do exterior. Viajou o mundo inteiro, trazendo em sua bagagem um vasto conhecimento internacional. É invejável sua vasta obra literária. (**Décio Adams**, professor e escritor gaúcho, radicado no Paraná, *in*: Raízes do Piauí, Curitiba, 04/08/2015 (www.facebook.com/decioadams)).

Adrião Neto, da sua trincheira redentora, com o Dicionário Bibliográfico de Escritores Brasileiros Contemporâneos às mãos, como um estandarte de esperança, contra a ação nefasta da globalização destruidora dos valores culturais dos povos, vem como um predestinado unindo as ilhas culturais do país. E este ato sacrossanto o coloca no ápice, de Norte a Sul, do Oiapoque ao Chuí, como a figura mais popular da cultura do Piauí. (**Moura Lima**, escritor tocantinense, autor de várias obras, *in*: “Adrião Neto, um escritor predestinado”, Eterna Aliança, Teresina, PI, 2000).

Adrião Neto tem destacada passagem pela literatura e se firma como um dos mais importantes autores nacionais contemporâneos. (**Dirmar de Caireyt**, jornalista e ensaísta, in: “Escritores e Livros”, “Revista Brasília”, nº 111, ano 33, Brasília, DF, março/abril de 2000).

Adrião Neto está fazendo história. Não sei de outra pessoa no Brasil que esteja realizando tarefa tão profícua, tão ampla e tão brasileira de integração da cultura nacional. Num país em que a cultura é apanágio de poucos, onde esses poucos ainda se separam em pequenos grupos isolados, a cultura brasileira, como um todo, é quase utopia. Não é utopia em definitivo porque Adrião Neto aí está. Piauiense de Luís Correia, reside em Teresina. Daí irradia-se para o Brasil e para o mundo. E realiza sua obra. Dicionarista biográfico, historiador, antologista, articulista, ensaísta, poeta, contista e romancista, Adrião Neto é um trabalhador frenético, como o definiu Osvaldo Monteiro. Sua obra de pesquisa, compilação e sistematização literária, é realização das mais importantes deste final de século e milênio, no Brasil, e já lhe conferiu inúmeros títulos e prêmios. Todos merecidíssimos, por sinal, e, ainda assim, poucos. (**Nelson Hoffmann**, professor, poeta, romancista, cronista e ensaísta gaúcho, *in*: “Com Adrião Neto, o Brasil Leva Jeito”, “Coletânea de Escritores Brasileiros Contemporâneos”, Teresina, PI, 1999).

Induvidosamente (*A Epopeia do Jenipapo*) é uma das melhores obras de divulgação da Batalha do Jenipapo e merece ser lida pelos doutos, em busca de novidade e de recordação dos que já sabem, e pelo leitor comum, com a finalidade de haurir novos e mais amplos conhecimentos dessa verdadeira Epopeia da História Piauiense, digna de um cineasta talentoso, um legítimo Homero das câmaras e das lentes, que a transforme num épico da cinematografia nacional. (**Elmar Carvalho**, magistrado, poeta e ensaísta, *in*: “Os Templários do Jenipapo”).

Raízes do Piauí é uma obra que todos os piauienses devem conhecer, especialmente os apaixonados pela nossa história. Ela nos conduz a uma encantadora viagem aos primórdios da nossa civilização. Com base em informações documentadas, Adrião Neto interpreta o panorama sociológico do nosso passado descrevendo as paisagens do ambiente inóspito, os

costumes e a realidade do sertanejo. Fala das pessoas que construíram o que hoje somos, das suas epopeias e da bravura dos nossos ancestrais. Soube, com muita arte, contar os fatos que retratam o nosso passado. É um presente para a nossa historiografia. (**Antônio Reinaldo Soares Filho**, historiador e cronista oeirense, presidiu o Instituto Histórico de Oeiras, *in*: “Comentário sobre Raízes do Piauí”, Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, Teresina, PI, 2010).

Curiosamente, o primeiro autor lembrado (para fazer parte da “Série Amigos”) foi Adrião Neto, vista que seu estado, seus textos chamavam a atenção dos leitores e tomamos conhecimento da grandeza da obra histórica e literária deste artista em favor do estado do Piauí e de seu povo. Fomos tendo acesso a sua vasta e rica obra que nos convencemos. / E o motivo do grande intelectual piauiense ser homenageado somente agora, quase trinta edições depois? Sinceramente, nos sentimos pequenos, diante da rica biografia de Adrião Neto. Mesmo ele nunca deixando de nos prestigiar, não havia “coragem de formular o convite”. Quando trocávamos comunicações, as pretensões de homenagearmos eram um pouco vagas. Contudo, no segundo semestre deste ano, decidimos que o caráter de passatempo, de nossa editora estaria findo. E que deveríamos mudar, apostar neste projeto literário, sempre preterido pela atividade de professor. Diante disso, fomos incisivos no convite para Adrião Neto, sendo presença no início da nova fase da “Borck Livreiro e Editor”. / A recepção de nosso amigo fora tão calorosa que ampliamos contato e trocamos muitas ideias e decidimos antecipar datas e brindar nossos amigos escritores com ADRIÃO NETO E AMIGOS, ainda neste ano de 2020. (**Luiz Henrique Borck**, professor, escritor, livreiro e editor, *in*: “Apresentação” do livro “Adrião Neto & Amigos”, São Luiz Gonzaga, RS, 2020).

Dicionarista biográfico, historiador, poeta e romancista, Adrião Neto consagrou-se com o “Dicionário Biográfico Escritores Piauienses de Todos os Tempos”. O farto documentário, com mais de 500 páginas, reúne 1.382 verbetes com dados substanciais sobre a vida e a obra dos escritores piauienses. Tarefa vitoriosa nacionalmente por se tratar de uma das maiores publicações culturais do país. (**Carlos Said**, professor e jornalista, *in*: “Dignidade Literária”, jornal “Meio Norte”, Teresina, PI, 20/02/1998).

Selecionar, catalogar e colocar à disposição do meio cultural dicionários de escritores é a faina que o escritor Adrião Neto vem realizando com devoção e seriedade, resgatando parte da memória nacional que graças a seu empenho terá perenidade para orientar a pesquisa e a história de hoje e do amanhã. A obra literária de Adrião Neto se insere com destaque no contexto cultural brasileiro e atinge contornos de máxima importância para as letras nacionais. (**Dirmar de Caireyt**, jornalista, redator e ensaísta, *in*: “Dicionário Biobibliográfico de Escritores Brasileiros Contemporâneos”, página “Escritores e Livros”, “Revista Brasília”, Brasília, DF, março/abril de 2000).

Adrião Neto demonstra uma perfeita harmonia entre conhecimento e visão crítica. (**Elizabeth Marinheiro**, escritora, membro da Academia Paraibana de Letras, João Pessoa, PB).

Adrião José Neto bacharelou-se em Administração de Empresas, mas dedicou o fulgor de sua inteligência à arte literária. Escritor polivalente, é destaque no cenário das letras piauienses como poeta, romancista, historiador, dicionarista e antologista. Agitador cultural, com suas brilhantes ideias. Detentor de inúmeras comendas de instituições culturais no Brasil e no exterior. Adrião Neto, intelectual por excelência, possuidor de extensa cultura, é um dos mais expressivos expoentes da literatura piauiense contemporânea. (**Domingos José de Carvalho**, médico e escritor, Campo Maior, PI, 13/03/2018).

Dicionarista e poeta. Possui vasta fortuna crítica com citações de sua obra em vários estados brasileiros. Foi o vencedor, em 1994, do Concurso

Nacional e Internacional de Poesia, promovido pela Ordem Internacional das Ciências, das Artes, das Letras e da Cultura... (**Herculano Moraes**, escritor, *in*: “Visão Histórica da Literatura Piauiense”, Tomo III, 4ª edição, Teresina, PI, 1997).

Este livro “Literatura Piauiense para Estudantes”, do escritor Adrião Neto, merece apoio e admiração, não só por trazer a matéria viva da criação, através de textos de autores do Piauí, como por valorizar os nomes que se impuseram dentro da história literária. / Sobretudo por fugir de modelos e formas, que soem prosperar em certo ensino tradicional, que mais se contentam em padronizar a criatividade dos alunos, do que em desenvolver a invenção poética ou ficcional que lhes advém, desde a infância. E se a imaginação dos estudantes deve madurar com o que é plantado nos textos, para, lendo-os, acordar o poeta ou escritor que está dormindo neles, o livro de Adrião Neto, cumpre tal desígnio, com seu campo vergado de sementes. (**Carlos Nejar**, professor universitário, ficcionista, crítico literário e jornalista, membro da Academia Brasileira de Letras, *in*: Contracapa do livro “Literatura Piauiense para Estudantes”, Edições Geração 70, Teresina, PI, 2003).

Adrião Neto é uma das figuras mais respeitadas no Piauí e fora dele. O trabalho que desenvolve o coloca entre os maiores historiadores e homem de cultura do Nordeste. É ponto de referência neste Estado que hoje em dia respira cultura, literatura, em todos os seus cantos... (**Reinaldo Barros Torres**, escritor, *in*: “Adrião e seu Dicionário”, Jornal O Dia, Teresina, PI, 27/01/1998).

O romance “A Conquista do Maranhão”, de autoria do escritor Adrião Neto, foi o grande vencedor do Concurso Literário “Prêmio Fontes Ibiapina”, de âmbito nacional, promovido pela Fundação cultural do

Piauí. (/... /) O livro deste grande guerreiro da nossa literatura e historiografia é uma obra de grande valor histórico e literário, com o qual o autor finca um pé na História e outro na Literatura do Maranhão. (**José Luiz de Carvalho**, escritor e jornalista, atual presidente da Academia Parnaibana de Letras, *in*: Revista De Repente, nº 26, Teresina, PI, 2001, usado como apresentação do livro “A Conquista do Maranhão”, Teresina, PI, 2018).

Adrião Neto é hoje o mais legítimo e profícuo membro da intelectualidade jovem que avança a cultura do Piauí. Nascido em Luís Correia, cidade do Norte do Piauí, Adrião é dicionarista, poeta, historiador, romancista e bacharel em Administração de Empresas, pela Universidade Federal do Piauí. Seus trabalhos literários vêm alcançando dimensão universal. O seu talento tem sido reconhecido por incontáveis instituições literárias do Brasil e do exterior. (**José Fortes Filho**, escritor e jornalista, *in*: “Adrião - Integrante da Inteligência Jovem do Piauí”, Blog: “José Fortes Cultura - josefortes@meionorte.com”, 02/10/2009).

Adrião Neto é um Midas das Letras. Transitando lépido e fagueiro por entre gêneros literários diversos, como poesia, romance, contos, crônicas, artigos, biografias e relatos de viagem. Adrião encanta com textos narrativos, descritivos ou expositivos de forma fascinante e sedutora. Adrião Neto suscita no leitor inusitado anseio de desvendar novos horizontes, através de seus textos. Adrião é aquele escritor que sempre nos recebe de braços abertos e um sorriso espontâneo, como a um amigo de priscas eras! (**Gisleno Feitosa** – Médico especialista em Ginecologia e Obstetrícia com formação em Bioética, Conselheiro do Conselho Regional de Medicina do Piauí, Membro Titular do Colégio Brasileira de Cirurgiões, da Academia de Letras do Vale do Longá, da Academia Teresinense de Letras e de outras instituições culturais).

Os costumes do Piauí Colonial (Em Raízes do Piauí) são descritos de forma criteriosa, realista e com aspectos visuais, que bem podiam ser inseridos em uma série de novela para a televisão e logo colheriam entusiasmo dentre de um público sedento das peripécias corriqueiras da vida humana, daquilo que é mais comum, sempre presente através dos tempos... / Adrião Neto faz nos inúmeras vezes prender atenção às suas páginas, porque possui um alto sentido de humor e de ter uma escrita afável e elegante; além desse aspecto, utiliza uma linguagem apropriada à época, mas comum nos tempos de outrora, ainda presente em locais longínquos do interior piauiense. / O texto original oferece ao leitor atitudes, falares e comportamentos subvertidos à modo do nosso tempo, e mais uniforme com o padrão virtual tão ao dos tempos modernos. (**Antônio Neto de Paula**, professor, historiador e conferencista português. Mestre em História do Brasil, in: Prefácio de “Raízes do Piauí”, Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, Teresina, PI, 2010).

E o que faz Adrião Neto (Em Raízes do Piauí) é levantar uma historiografia piauiense de nossas origens conturbadas, usando também a nomenclatura da narrativa ficcional, onde dá voz aos personagens históricos do Piauí Colonial. Assim com tal recurso técnico, o autor consegue realçar tanto as figuras comprometidas com a nossa história, quanto os valores morais ou imorais dos primórdios da nossa colonização e da nossa civilização. O que se constata, através da narrativa sempre vibrante e esclarecedora de Adrião Neto, é que a colonização do Piauí foi realizada com extrema violência e muito derramamento de sangue, especialmente dos indígenas. No palco da contenda sanguinária, tendo como centro principal do drama e do genocídio o espaço geográfico do atual Estado do Piauí, desfilaram heróis como Mandu Ladino e Jacaré-Açu e, famigerados matadores de silvícolas travestidos de militares e/ou fazendeiros. (/.../) No seu pararromance, Adrião Neto também dá vida a mulheres

extraordinárias como a escrava Esperança Garcia, a índia Joana (a musa do sertão) e a feiticeira Joana Pereira de Abreu. (**Assis Brasil**, romancista, contista e ensaísta, membro da Academia Piauiense de Letras, autor de mais de cem livros, *in*: “Raízes do Piauí, um Pararromance, Nova Expansão Gráfica e Editora Ltda, Teresina, PI, 2010).

Assim como alguns de vocês, também eu quero externar a satisfação ímpar em participar da homenagem feita ao nosso amigo Adrião, através do livro “Adrião Neto & Amigos”. Grande escritor, historiador e defensor das atividades culturais piauienses, bem merece ser aclamado por todos aqueles que têm o privilégio de conhecer a sua obra, tão importante para levar o nome do nosso Estado para além das fronteiras. Parabéns Adrião. (**Sissi Carvalho** – Médica e escritora piauiense radicada no Rio de Janeiro. Comentário postado no Grupo “Piauí em Letras” e no Facebook, em 20/12/2020).

Hoje, eu recebi um verdadeiro presente! Trata-se de alguns exemplares do livro “Adrião Neto & Amigos” da Série Amigos - Vol. 28 - Coletânea em Prosa e Verso, do qual fazem parte amigos desse excelente piauiense da gema, Adrião Neto, que, além de ser escritor, ensaísta, dicionarista, poeta e afins, é também, Administrador de Empresas e Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Me sinto honrado em fazer parte do afortunado Grupo dos Amigos do Adrião Neto. Parabéns ao Adrião, aos seus amigos, pela colaboração na construção da obra e também, ao livreiro e editor Luiz Henrique Borck, pela valiosa escolha do nosso amigo Adrião Neto, como figura central desse livro. (**João Cância Costa Ferreira** – Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, em Recife, PE, jornalista e escritor. Comentário postado no Facebook, em 29/12/2020).

Adrião não tem ilusões. Escreve com a tenacidade de quem quer rememorar o sagrado e a realidade crua, sem devaneios. Escreve um romance lícido, suave e doce como sua alma (...). (**Leon Frejda Szklarowsky**, professor, escritor, advogado e consultor jurídico, *in*: e-mail ao autor).

Assim é a trajetória luminosa de Adrião Neto, um escritor predestinado, plantador de sonhos e esperanças. Um alquimista da palavra e do verbo. (**Moura Lima**, escritor tocantinense, autor de várias obras, *in*: “Adrião Neto, Um Escritor Predestinado”, Eterna Aliança, Teresina, PI, 2000).

Busquei Adrião Neto por ser um renomado escritor filho de nossa terra. Sem dúvidas, o maior escritor de Luís Correia, e um dos maiores e mais talentosos escritores do Piauí e quiçá, do Brasil. / 10 anos depois, em 2018, lá estava eu em uma antologia organizada por Adrião Neto, tratava-se do Piauí em Letras, uma coletânea que reunia autores de diversas regiões do Estado do Piauí liderados por Adrião. (**Antonio José Sales**, professor, escritor e youtuber, *in*: Discurso de lançamento da I Coletânea Letras de Amarração, Luís Correia, PI, 04/01/2023).

Adrião Neto é um astro / De soberana grandeza, / Quer como bom cidadão / Que é de bastante alteza; / Ou como grande escritor / Sendo eclético, com primor / Deslançando com nobreza. (**Francisco de Almeida** - Advogado e poeta popular, *in*: Manifestação sobre o livro Lendas e Mitos, Teresina, PI, 2022).

Adrião Neto “Grande águia da Literatura do Piauí” sabe voar e planar perfeitamente pelas vias rochosas da história, mostrando os espinhos e as flores mesmo escondidas por entre os arbustos da negação dos fatos explícitos da arqueologia literária. (**Camilo Martins** – Presidente da Academia Mundial de Letras da Humanidade).

No trabalho de cultivar a produção literária piauiense, um dos nomes de destaque é Adrião José Neto, referência nacional pela sua produção vasta e de alta qualidade. / Nascido em Luís Correia (PI), no dia 19 de dezembro de 1951, Adrião concluiu a graduação em Administração de Empresas, mas sua missão de escrever e sua paixão pelo Piauí nunca o deixaram se afastar das produções literárias e dos movimentos culturais. / Com maestria, Adrião Neto transita entre diversos gêneros literários, tendo produzido romances, contos, crônicas, poesias, biografias e outras obras de referência. Com tanta proficiência, é até difícil enquadrar Adrião apenas como escritor, pois ele cumpre um papel de suma importância, indo além das páginas de suas obras, contribuindo para promover verdadeiras transformações sociais, especialmente nas formas de entender, estudar e se apaixonar pelo território piaga. “Mobilizador Cultural”. Para citar uma das “materializações patrimoniais da cultura” proporcionadas a partir da mobilização cultural de Adrião, lembramos aqui que ele foi o autor da ideia de incluir a data histórica da Batalha do Jenipapo na Bandeira do Piauí, de modo que atualmente temos o 13 de março de 1823 estampado em nossa bandeira. Reconhecendo a importância dos heróis locais e daqueles que ajudaram a construir a nossa história, Adrião também lançou a proposta exitosa de homenagear os vaqueiros e roceiros no Monumento Nacional do Jenipapo, em Campo Maior (PI). Graças ao seu empenho, juntamente com outros mobilizadores, foram erguidas estátuas em honra à memória desses heróis anônimos. Na ocasião, a Academia Campomaioreense de Ciências, Artes e Letras afixou duas placas alusivas a esses eventos, incluindo também o nome de Adrião. “Produção Literária”. Na literatura, Adrião José Neto atua especialmente como dicionarista biográfico, folclorista, historiador, poeta e romancista. Suas obras, sempre conectadas à realidade que o cerca e ao seu repertório cultural, contribuem de forma significativa para contar a história e para

entender a cultura regional. (**Rafael Nolêto** – Jornalista, escritor e idealizador do Movimento Piaga, *in*: Adrião José Neto: guardião, escritor e difusor do Legado Cultural Piaga – <https://artepiaga.blogspot.com/2023/09/adriao-jose-neto.html>)

O autor é enfático ao mensurar suas fontes, ao mesmo tempo que explicita que muitas delas são frutos de sua imaginação. Com uma liberdade poética pautada em seu profundo conhecimento sobre a história, Adrião vai tecendo uma trama cativante, e mesmo o leitor mais experiente não consegue precisar se está lendo uma crônica, um conto, um romance ou pesquisa historiográfica. / Na verdade, penso que seja precoce colocar este livro (PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda) em uma classificação apenas. Mas me valho da liberdade concedida a mim pelo próprio escritor, para dizer que esta obra faz balançar as assertivas até mesmo de grandes cânones mundiais, tais como o historiador alemão Leopold von Ranke, o qual, em tempos remotos, já havia registrado que “para conservar sua autonomia científica, a história deve visar à verdade nua, sem embelezamentos e sem ornamentos”. Adrião, no entanto, e com maestria, une evidências históricas, lógica, folclore, oralidade, conhecimento empírico e o talento ao dissertar, deixando claro que na literatura contemporânea não existem moldes pré-estabelecidos. (**Valdeci Cavalcante** - Professor, Advogado, empresário e amante das letras).

Li seu livro “PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda”. Esta obra consolida sua posição de historiador cauteloso que busca, através da pesquisa séria, o outro lado dos fatos que a História oficial, por negligência ou interesse escuso, procura manter escondido. Daí a vulnerabilidade dessa História. Ainda bem que há historiador como você para desvendar corajosamente acontecimentos reais escondidos. Gostei do

livro e espero que você continue nesse trabalho investigativo para o bem da própria História. (**José Ribamar Garcia** - Jurista, romancista, contista e ensaísta, membro da Academia Piauiense de Letras, Rio, RJ, 17/01/2024).

Na segunda parte do livro (PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda), narra-se uma história fascinante, com protagonismo de personagens pouco conhecidos até mesmo por leitores assíduos. A saga pela liberdade de Luiz Mandy, atrelada ao manejo e condução do autor, conferem ao texto um teor semelhante a grandes clássicos do cinema. (**Valdeci Cavalcante** - Professor, Advogado, Empresário e amante das letras).

É fato indubitável que a história é contada pelos ricos, pelos poderosos e pelos vencedores, acrescida da imaginação dos artistas com suas telas, peças teatrais, contos e poemas. Somam-se aí também as estórias populares e as crendices. Nesta belíssima obra (PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda), que, embora ampla e variada, resultado de um trabalho de pesquisa feito por este incansável, competente e corajoso Adrião Neto, é uma narrativa historiográfica com algumas pitadas de ficção. / O autor tem a plena consciência da sua responsabilidade diante da história enquanto ciência que busca a verdade absoluta dos fatos ocorridos ao longo do tempo. É visível nesta obra que Adrião Neto se preocupa em destacar através de notas de rodapé aquilo que é baseado em documentos históricos, matérias e outras provas e o que é fruto das estórias contadas nas falas populares, das crendices, nas obras de ficção de alguns escritores e aquelas que são criadas pelo próprio autor, quando afirma que se baseia no estudo dos costumes, condições socioeconômicas e também na lógica. (**José Luiz de Carvalho** - Jornalista, radialista, professor, orador e escritor. É o atual presidente, reeleito, da Academia Parnaibana de Letras).

Ainda nesta sua notável escrita impressa (PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda), o autor envereda pelos subterrâneos da história da Parnaíba, levando ao conhecimento do leitor, muitos fatos desconhecidos por este, que, certamente, aguçarão o seu interesse na leitura. (**Vicente de Paula Araújo Silva** – Historiador e cronista. Membro da Academia Piauiense de Cultura, da Academia Parnaibana de Letras e da Academia Mundial de Letras da Humanidade, seccional de Parnaíba).

Logo, meus caros, este livro (PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda) possui potencial para a história, literatura e arrisco dizer que para o cinema. Adrião Neto conseguiu o feito de unir distintas artes em um único material que agregará valor não apenas pelas histórias contadas, mas pela forma como as coisas são ditas, ou seja, pelo trabalho genuíno com a palavra. (**Valdeci Cavalcante** - Professor, Advogado, Empresário e amante das letras).

A obra “PHB – RETALHOS HISTÓRICOS, A OUTRA FACE DA MOEDA” colabora para a reflexão da formação da sociedade parnaibana. O recorte temporal promovido na obra é o arcabouço da história de Parnaíba, pois retrata a fase marcante para ocorrer a efetivação desse território enquanto lugar de convergência econômica, projetando-o como espaço de conveniência social e política. Os capítulos seguem uma ordem de coerência de modo a possibilitar ao leitor a compreensão do exposto e levá-lo a ficar na ânsia de saber o que vai acontecer nas páginas subsequentes. / É um trabalho feito com muito apuro, procurando estabelecer uma conexão entre o real e o imaginário, a história e a estória, coisas que o autor, Adrião Neto, faz com maestria. / Os espaços vividos pelos personagens são de um tempo de rupturas, mas também de permanências. O Ocidente viveu um tempo de revoluções, de transformações na política, com a crise do Antigo Regime, do liberalismo econômico e a

Revolução Industrial; assim, como a defesa de uma sociedade livre de seus grilhões. O Brasil, porém, era uma área de domínio lusitano, uma colônia, sendo assim, viveu de permanências, com sua subserviência ao rei de Portugal, com sua ignorância literária imposta pela coroa e por sua população, composta na maioria por operários condicionados a servir e a sofrer. (**Helcio Carvalho Mesquita de Araújo** - Professor, Economista e Historiador).

Adrião Neto, você nos leva, em seu universo literário, a um deslumbramento no conhecimento do passado, e com isto, a enxergar, buscar e compreender os nossos fatos históricos... O seu novo livro “PHB – Retalhos Históricos, A Outra Face da Moeda” evidencia com clareza e mágica sabedoria esta concepção do passado. No presente agradecemos orgulhosamente o mestre... Os jovens do futuro, você estará sempre com eles, nos caminhos da história. (**Edivaldo Lima Silva**, O Poeta do Cerrado, publicado no Facebook em 03/02/2024).

BIOGRAFIA DO PROFESSOR FRANCISCO NEWTON FREITAS: COAUTOR DO CAPÍTULO SOBRE O PADRE FREITAS DE PIRIPIRI



Francisco Newton Freitas é piauiense, de Piripiri (PI), Licenciado em Matemática, Engenheiro Civil, Bacharel em Administração, Bacharel em Direito, Especialista em Matemática, Mestre em Educação; Professor Fundador da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), de cuja Associação dos Docentes (ADCESP) foi o primeiro Presidente; Chefe do Departamento de Ciências Físicas e Naturais (DCFN/ UESPI); Professor do Colégio Prisma, em Piripiri (PI) e da Unidade Escolar Professor Joca Vieira (Teresina); Professor concursado da Universidade Federal do Piauí (UFPI) há mais de três décadas, lotado no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE), do Centro de Ciências da Educação (CCE); Coordenador de Curso de Graduação (Miguel Alves - Piauí), membro do Conselho Editorial da UFPI, Coordenador de Cursos, Seminários e Estágios Extracurriculares (CCSEE) da Pró-Reitoria de Extensão (PREX/ UFPI), Pró-Reitor de Ensino de Graduação (PREG/ UFPI),

Assessor Especial da Reitoria/ UFPI e primeiro Pesquisador Institucional da UFPI, primeiro Presidente da Associação dos Professores Federais do Piauí (APROFEPI), Coordenador da Gráfica Universitária da UFPI (por duas vezes) e Coordenador de Desenvolvimento e Acompanhamento Curricular (CDAC/ PREG/ UFPI); tem diversos artigos publicados em jornal, revista e periódico especializado; tem livro publicado em coautoria; proferiu várias palestras, tanto culturais quanto acadêmicas. É coautor do texto sobre o Padre Freitas, intitulado: ALGUNS ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO DO CONSAGRADO EM CONFRONTO COM A MUNDANIDADE PARA A ELABORAÇÃO ETERNA DE DOMINGOS DE FREITAS.

DADOS BIOGRÁFICOS DOS COLABORADORES

Antenor de Castro Rêgo Filho (Mestre Tena) - nasceu em 18 de maio de 1939, em Barras, Piauí. Filho de Antenor de Castro Rêgo e Zila Fernandes do Rêgo. Transferiu-se muito jovem para a cidade do Rio de Janeiro, ali exercendo o jornalismo, sendo sócio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Foi redator, chefe de redação e assistente da diretoria da ASAPRESS, agência noticiosa que cobria e distribuía as notícias dos principais acontecimentos políticos do país. Exerceu, por 10 anos, a chefia do FUNRURAL, em Barras. Sócio fundador da Academia de Letras do Vale do Longá, presidiu a mesma por três mandatos consecutivos, durante 6 anos, realizando uma administração profícua, voltada para a afirmação dos princípios acadêmicos e a difusão da cultura. Sócio-fundador da Academia de Letras e Belas-Artes de Floriano e Vale do Parnaíba – ALBEARTES. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí. É autor de vários livros, incluindo “Jacurutu”, “Barras História e Saudade”, “Bafute”, “Paróquia de Nossa Senhora da Conceição das Barras do Marathaoan”, e “Ilha dos Amores, História da Música e Poesia de Barras de Marathaoan”.

Camilo Martins - Poeta de projeção nacional ligado à várias instituições culturais. Bacharel em Teologia pelo Seminário Adventista Latino Americano de Teologia de São Paulo e Pós Graduado em Filosofia pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá do Rio de Janeiro. Como ativista cultural participa de várias instituições ligadas às causas sociais, intelectuais, educacionais e culturais. Por conta de sua produção e intensa atuação no meio cultural, especialmente pela organização e promoção de eventos e pelas atividades exercidas como Presidente Fundador da Academia

Mundial de Letras da Humanidade e de outras instituições culturais, foi agraciado com várias honrarias, dentre elas destacam-se os títulos de Doutor Honoris Causa em Filosofia Universal – Ph.I, Doutor Honoris Causa em Belas Artes, Doutor Honoris Causa em Direitos Humanos, Comendador da Soberana Ordem Equestre Príncipe da Paz, Benfeitor da Educação e Cultura no Brasil, todos conferidos por conceituadas instituições nacionais da área da cultura, da educação e do saber.

Francisco de Almeida - Castelo do Piauí, 1956. Aposentado como membro da Advocacia Geral da União, Advogado da União de Categoria Especial; Pós-Graduado - Lato Sensu - em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal; Pós-Graduado - Lato Sensu - em Direito Civil e Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco, em convênio com Marcato – Cursos Jurídicos; Aprovado em diversos concursos públicos, na área jurídica, inclusive de Advogado da União, cargo que exerceu até a aposentadoria, em 2021. Poeta popular com uma média de duzentos cordéis, em vários estilos e temas, publicados e não publicados, com sessenta e seis publicações na Revista de Repente, da Fundação Nordestina de Cordel. Membro da Academia de Mestres Maçons (Cadeira nº 86), patrono: Joel Borges; da Academia Piauiense de Literatura de Cordel – APLC (Cadeira nº 01), patrono: Firmino Teixeira do Amaral; da Academia Piauiense de Trovas (Cadeira nº 33), patrono: Bilé Carvalho (aprovada mas ainda sem tomar posse); da Academia Piauiense de Poesia (Cadeira nº 37), patrono: Abdias da Costa Neves; da ALLCHE – Academia Longaense de Letras, Cultura, História e Ecologia (Cadeira nº 13), patrono: Jacinto Bezerra Sobrinho; da Academia Mundial de Letras da Humanidade, patrono: Pedro Nonato da Costa; e Sócio correspondente da Academia Sobralense de Estudos e Letras – ASEL, com sede em Sobral

(CE). Já fez várias apresentações sobre cordel em TVs e Rádios, inclusive na TV Justiça, de âmbito nacional. Detém, dentre outras, as seguintes honorarias: Comenda do Mérito Renascença do Estado do Piauí (medalha e diploma), concedida pelo Governo do Estado do Piauí, destinada a pessoas que prestaram relevantes serviços para o Estado; Medalha do Mérito Eleitoral “Desembargador José Vidal de Freitas”, Classe Especial, concedida pela TRE-PI; Medalha de Amigo do Exército, concedida pelo 25º BC de Teresina (PI); Diploma e Medalha de Doutor em Literatura de Cordel; o Título Honoris Causa, com Diploma e Medalha de Doutor em Filosofia Universal, Ph. I. Filósofo Imortal; DIPLOMA e MEDALHA com a comenda filosófica da Acadêmica Ordem de Platão; DIPLOMA e MEDALHA com a Comenda BARÃO DE MAUÁ; todos concedidos pela Academia Mundial de Letras da Humanidade, fundada e presidida pelo poeta Camilo Martins.

Homero Castelo Branco – Homero Ferreira Castelo Branco Neto – Economista, político, memorialista, cronista, contista e romancista. Membro da Academia Piauiense de Letras, da Academia de Letras do Vale do Longá, da Academia de Letras e Belas-Artes de Floriano e Vale do Parnaíba e de outras instituições culturais. Tem vasta produção literária. Elegeu-se a Deputado Estadual por vários mandatos. Sua atuação foi uma das mais constantes e proficientes, debatendo com muito conhecimento e elevação os problemas do Piauí. Foi líder de governo e de oposição. Exerceu vários cargos públicos. Graças a nossa amizade, ele acatou a minha reivindicação e apresentou um projeto de lei (aprovado por unanimidade) inserido a data histórica da Batalha do Jenipapo, 13 de março de 1823, na Bandeira do Piauí (Lei nº 5.507, de 17 de novembro de 2005). Homero Castelo Branco é um dos “Mitos” do nosso livro “Lendas e Mitos, Poemas e outros textos”, editado em 2022.

Inácio Marinheiro de Oliveira – Escritor e fotógrafo, membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade. Detentor de inúmeras honrarias, dentre as quais destacamos: o título de Comendador da Ordem do Mérito Renascença do Piauí, outorgado pelo Governador do Estado (2009 e 2017); Medalha Notório Saber Cultural; Diploma de Doutor Honoris Causa em Filosofia Universal, Ph.I, Filósofo Imortal; Título de Comendador da Ordem Nacional do Mérito Literário, ambos concedidos pela Academia de Letras do Brasil, 2017; Troféu Literário Escritor Adrião Neto, concedido pela Revista F. Moura, 2019; Título Embaixador Cultural da Paz, 2020, concedido pela Academia Brasileira de Letras dos Escritores Adventistas e vários outros. É autor dos livros: Descobrimo o Piauí (2009) - Cantos, Encantos e Recantos de Teresina (2012) - Parnaíba a Pérola do Litoral Brasileiro (2014) - Diocese de Parnaíba, 70 Anos em Missão (2016) - Parnárias – Poemas Sobre Parnaíba (2017) - A Saga de Adalcina Oliveira e Antônio Marinheiro (2019); Paróquia do Cristo Rei (2021) Diário de Bordo do Marinheiro (2022). Organizou a coletânea “Poemas Para Teresina nos seus 170 anos” (2022). Participou de várias obras coletivas.

João Batista Mendes Teles – Filho de João Resende Teles e Maria do Socorro Mendes Teles, nasceu no dia 05 de junho de 1953, em Parnaíba, Piauí. Estudou em Parnaíba, Salvador e Fortaleza. Graduado em Estatística pela Universidade Federal do Ceará. Pós-graduado, Especialista em Epidemiologia. Foi professor universitário de Bioestatística e Demografia na Universidade Federal do Piauí, onde ocupou a Chefia do Departamento de Medicina Comunitária do Centro de Ciências da Saúde. Lecionou nas faculdades particulares CEUT e AESPI a disciplina Pesquisa de Mercado, e na NOVAFAP a disciplina Bioestatística. Foi professor também da Universidade Estadual do Maranhão em Caxias, lecionando Introdução à Economia e Introdução à Estatística. Em 1985 fundou o Instituto Piauiense de Opinião Pública (AMOSTRAGEM), pioneiro da

região na prestação de serviço de realização de pesquisa de opinião pública, mercado e mídia, bem com assessoria estatística. Tem publicado como coautor vários artigos na área de saúde, metodologia e análise estatística.

João Câncio da Costa Ferreira Filho – Auditor-Fiscal da Receita Federal, jornalista e cronista. Filho de João Câncio da Costa Ferreira e Anna Justina Vieira da Costa Ferreira, nasceu no dia 29 de novembro de 1945, em de São Luís do Maranhão. Casado com dona Eliete de Souza Ferreira com quem teve um filho: José Câncio de Souza Ferreira. Diplomado em Contabilidade pela Escola Técnica de Comércio de Caxias, MA. Tem curso superior em Ciência Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco, e de Ciências Sociais – Jornalismo pela Faculdade Joaquim Nabuco, ambos em Recife, onde reside. Exerceu o cargo de Técnico em Contabilidade do governo maranhense na Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA e na Secretaria de Agricultura do Estado. Trabalhou também como Encarregado do Setor de Convênio da CONESP/SUDENE, em Recife. Exerceu ainda os cargos de Técnico em Contabilidade e de Fiscal de Abastecimento e Preços da SUNAB, em Recife, onde ficou à disposição do governo do Estado de Pernambuco exercendo a chefia do Departamento de Fiscalização do PROCON. Aposentou-se como Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. Membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade. Participou do Primeiro e do Segundo Congresso Internacional Lítero Cultural “Imortais da Humanidade”. Fez parte do livro “Adrião Neto & Amigos” e da Coletânea Internacional “Benfeitores Lítero Culturais da Humanidade” (2022, 2023 e 2024). Tem vários artigos, crônicas e estórias publicados em jornais e revistas. Foi homenageado com a Comenda Filosófica da Acadêmica Ordem de Platão e de Doutor em Filosofia – Ph.I – Filósofo Uninercial, outorgadas pela Academia Mundial de Letras da Humanidade. Sempre foi

e continua sendo um membro ativo dos movimentos sindicais e associativos da classe dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Exerceu o cargo de Diretor Cultural do Sindifisco Nacional – Delegacia Sindical do Recife. Atualmente, é Diretor Financeiro da Unafisco – Regional de Pernambuco. Viajou por vários países da Europa. Fez um cruzeiro pelas ilhas gregas, pela Turquia e Chipre, navegando pelo Mediterrâneo e pelo mar Egeu.

José Henrique de Oliveira Freitas - Filho de dona Raimunda de Oliveira Freitas e Benedito Aurélio de Freitas, o renomado poeta BAURÉLIO MANGABEIRA, um dos fundadores da Academia Piauiense de Letras, que teve como idealizador o poeta e jornalista Lucídio Freitas e como primeiro presidente o professor, escritor e jornalista Clodoaldo Freitas. José Henrique nasceu no dia 15 de maio de 1933, em Teresina, PI. Aos 7 anos de idade perdeu os pais e ficou sob a tutela de um tio e uma tia na cidade Piri-piri, onde iniciou seus estudos, chegando a concluí-los em Teresina. Além de poeta e compositor, José Henrique é Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, aposentado. É casado com dona Raimunda Gonçalves Ribeiro Freitas, com quem teve dois filhos: José Henrique de Oliveira Freitas Filho e Jandira Gonçalves Freitas Dias. Ele, que tem sangue de poeta correndo em suas veias, gosta de escrever poesia e compor letras de músicas. É autor do livro TRIBUTO A BAURÉLIO, uma importante obra, publicada para registrar as suas vivências no mundo das letras e da cultura. Além de vários poemas com algumas ilustrações, seu livro contém um cancioneiro com letras e partituras, intituladas de Valmira, Conceição, Cidade Amada, Amor Platônico, Pequi na Safra e Saudade, com músicas de Johnson Ibiapina e Agostinho Ferraz. É membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade, seccional de Teresina, PI. Foi laureado com os diplomas de Embaixador Cultural Mundial da Paz; Doutor honoris causa em Literatura e de Cidadão do Mundo, todos

outorgados pela academia acima mencionada, que tem como presidente o Dr. Camilo Martins.

José James Gomes Pereira (Desembargador) possui graduação em Formação de Oficiais Policiais Militares pela Academia de Polícia Militar do Estado de Pernambuco (1975); Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Piauí em 1978; Aspirante Oficial da Polícia Militar em 1975, 2º Tenente da PM no ano de 1976; Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Piauí em 1980; Pós – Doutorado em Direitos Humanos e Sociais – Universidad de Salamanca, USAL, Salamanca, Espanha; Pós – Doutor em Direito Constitucional – I diritti fondamentali tra diritto europeo e latino-americano – As Garantias Individuais nas Constituições Modernas. Università di Messina – Itália; Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais. Universidad Del Museo Social Argentino, UMSA, Buenos Aires, Argentina; Mestre em Direito - Universidade Católica de Brasília – UCB, Brasil; Especialização em História Política do Piauí, Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Teresina-PI; Especialização em Direito Processual Penal, Universidade Federal do Ceará – UFC; MBA em Gestão Judiciária – Escola Judiciária do Piauí – EJUD – Convênio: FGV/RJ. 2013. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE/PI – biênio: 2020/2022; atualmente é Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – TRE/PI – biênio 2022/2024; Presidente da 2º Câmara Especializada Cível e 2º Câmara de Direito Público; Desembargador do e. Tribunal de Justiça do Estado do Piauí; atuou como Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, biênio 2016/2018; Coordenador Estadual da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, biênio 2019/2020; Foi Diretor Geral da Escola Judiciária – EJUD. Biênio 2014/2016; Membro efetivo do Comitê Gestor da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Piauí; Juiz membro suplente do Tribunal Regional Eleitoral – TRE/PI/2013 – 2016, na categoria

Desembargador; Professor Visitante da Universidade Estadual do Piauí – UESPI, entre os anos de 2001 a 2002; Professor de Direito do Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba – CESVALE, Teresina – Piauí; Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Piauí, Teresina – Piauí; Membro do Conselho Consultivo da Academia Brasileira de Direito (2019); Membro da Academia Maçônica de Letras; Membro da Academia Parnaibana de Letras – APAL, cadeira nº 09, cujo patrono é R. Petit; Membro do Conselho Científico da Revista da Academia de Ciências do Piauí; Sócio-fundador e Vice Presidente da Academia Brasileira Rotária de Letras - ABROL/ Seção do Estado do Piauí, cadeira nº 06, tendo como Patrono Mauricio Pinheiro; Membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade da cidade de Parnaíba e região Litorânea/ Piauí/ Brasil, cadeira nº6, tendo como patrono Manoel Alcides Pereira.

José Ribamar Garcia – Advogado, jornalista, romancista, contista e cronista teresinense. Um dos juristas mais conceituados do Rio de Janeiro. Conselheiro da OAB/RJ (biênios 89/91, 91/93 e 93/95). Conselheiro Federal da OAB/RJ (biênio 98/99). Como representante da OAB/RJ, presidiu a Comissão de Ensino Jurídico e integrou, por três vezes, a Banca Examinadora do Concurso de Juiz, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ). Membro da União Brasileira de Escritores do Piauí – UBE/PI, da Academia de Letras do Vale do Longá (**correspondente**), da Academia de Letras da Região de Sete Cidades, da Academia Piauiense de Letras e do Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro. Bibliografia: “Imagens da Cidade Verde” (1981 e 2000), crônicas; “Os Cavaleiros da Noite” (1984 e 1997), contos; “Pra Onde Vão os Ciganos?” (1990), contos; “Em Preto e Branco” (1995 e 2005), romance; “Além das Paredes” (1999 e 2006), crônicas; “Crise da Justiça e do Direito do Trabalho” (2001), ensaios; “Ao Lado do Velho Monge” (2003), contos e crônicas; “Entardecer”, romance; “Ressonância”; “Caminho dos Ventos”

(2023), romance; “Filhos da Mãe Gentil” (romance); “E depois, o Trem” (romance); “Relógio do Comandante” (crônicas); “Contos da minha Terra” e “Contos Seleccionados”.

Luciano Rezende: Procurador Federal – Advocacia-Geral da União - AGU – ocupando atualmente a função de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto a Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro efetivo da Academia Mundial de Letras da Humanidade, e da Academia Parnaibana de Direito. Aprovado em mais de 5 concursos, dentre eles destaque-se Tabelião - TJ/PI e promotor de justiça/PI. Especialista em direito do trabalho (Uniderp) e direito administrativo pela UNB. Professor de pós-graduação e de cursos na área de licitações e contratos administrativos. Publicou poesia “Amada Parnaíba” no Almanack da Parnaíbya, edição comemorativa, 100 anos. Publicou os seguintes artigos jurídicos: 1. REZENDE, L. S. O Direito Fundamental à Célere e Razoável Duração do Processo no Âmbito Administrativo, sob a Ótica do Direito como Integridade. Revista CEJ (Brasília), v. XIX, p. 47-58, 2015. 2. REZENDE, L. S. O Direito Constitucional de Celeridade e Razoável Duração do Processo no Âmbito Administrativo sob a Ótica do Direito Como Integridade. Fórum Administrativo, v. 15, p. 40-54, 2015. 3. REZENDE, L. S. O Regime de Emprego no âmbito da Administração Pública. Revista CEJ (Brasília), v. 14, p. 76-84, 2010. 4. REZENDE, L. S. O Regime de Emprego no âmbito da Administração Pública. Fórum Administrativo, v. 10, p. 36-46, 2010. 5. REZENDE, L. S. Papel do Órgão Jurídico na Nova Lei de Licitações e a Convergência de Funções. Revista eletrônica Conjur - consultor jurídico. 28/11/2022. Entrevistas/Lives: 1. REZENDE, L. S. Live: Nova Lei de Licitações. 2021. (Programa de Rádio ou TV/Outra). 2. Rezende, L. S. A MP 966/2020 e a Responsabilidade do Gestor Público em Tempos de Pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Outra). 3. REZENDE, L. S. O Novo Marco Legal para as

Decisões e Responsabilização dos Agentes Públicos: breves apontamentos sobre a Lei 13.655/18. 2019; Tema: Direito administrativo. Responsabilidade do gestor. LINDB. (Site). Palestras: 1. I SERMAPI - Seminário Maranhão/Piauí de Contratações Públicas. Assessoria Jurídica e seu papel na Lei 14.133/2021. 2021. (Seminário). 2. I Seminário de Direito Público da UESPI. O Marco Regulatório das Parcerias entre o Poder Público e o Terceiro Setor. 2018. (Seminário). 3. Seminário Carreiras Jurídicas e Funções Institucionais da AGU. "Carreiras Jurídicas e Funções Institucionais da AGU". 2018. (Seminário). 4. I Fórum estadual da Advocacia Pública. O Marco Regulatório das Parcerias entre o Poder Público e o Terceiro Setor. 2017. (Seminário). 5. Fórum Piauiense de Direito Administrativo. Temas Atuais e Relevantes de Licitações e Contratos. 2013. (Congresso). 6. Seminário de Construção de Controladores Sociais e Ouvidoria Itinerante I. Temas Atuais e Relevantes de Licitações e Contratos. 2013. (Seminário). 7. Congresso Nordestino de Direito Público. Temas Atuais e Relevantes de Licitações e Contratos. 2012. (Congresso). 8. I Encontro Regional de Administração Pública, promovido pelo TCE/PI, CENAJUS, ESCOLA DA AGU. "Minicurso: Tópicos relevantes e casos práticos de licitações". 2009. (Seminário). 9. Palestra: A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Promovida pela Liga Acadêmica de Direito Administrativo, da UESPI. 2023. Membro em bancas de concursos jurídicos!

Maria Fernanda Brito do Amaral – Natural de Parnaíba, PI. É professora, escritora, advogada e Conselheira Seccional da OAB/PI. Preside a Comissão de Estágio e Exame da Ordem. Membro da Diretoria da Comissão Nacional de Direitos Administrativos em Brasília. Tem curso superior em Administração, Pedagogia e Direito pela Universidade Federal do Piauí. Especialização em Administração Organizacional pela UFPI, Administração de Recursos Humanos em Saúde pela Fundação Oswaldo

Cruz, RJ, e em Direito Constitucional e Direito Processual, Mestrado em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Mestrado em Direito pela Universidade de Fortaleza, Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão e Doutorado em Direito Internacional Público e Privado pela Universidade Autônoma de Assunção, Paraguai. Membro da Academia Parnaibana de Letras, da Academia Parnaibana de Direito e da Academia Mundial de Letras da Humanidade.

Milton Borges – Nasceu em Teresina, PI, onde trabalha e reside. Passou uma temporada em Recife, PE, onde se formou em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco, e em São Paulo, SP, especializando-se em Otorrinolaringologia, com Título de Especialista pela Sociedade Brasileira de Otorrinolaringologia. Tempos depois outras especialidades: Medicina do Trabalho, pela Universidade São Francisco, Rio de Janeiro, RJ, com Certificado de Especialista em Medicina do Trabalho pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Piauí, e Medicina de Tráfego, pela Faculdade de Ciências Médicas, Belo Horizonte, MG, com Título de Especialista em Medicina de Tráfego pela Associação Brasileira de Tráfego. Milton Borges exerce as três especialidades durante os cinco dias úteis da semana. No campo literário, com várias publicações e mais de uma dezena de obras inéditas. Foi premiado duas vezes pela Fundação Cultural do Piauí, na categoria romance. Participou de mais de uma dúzia de antologias literárias.

Rafael Nolêto - É escritor, folclorista e coordenador do Movimento de Arte Piaga, que tem o intuito de fortalecer a conexão com a identidade regional brasileira e piauiense. É formado em Jornalismo e Relações Públicas (UESPI) e tem mais de 15 livros publicados, além de dezenas de títulos em cordel e composições musicais. Também é ilustrador, escultor

e artista plástico. É fundador da comunidade Vila Pagã (José de Freitas) e sacerdote do Círculo Piaga. Além disso, também é fundador e editor da Biblioteca da Vila Pagã, que tem a missão de publicar obras de caráter educativo, informativo, artístico-cultural, religioso e devocional, com títulos focados na cultura brasileira, mitologia, etnobotânica, folclore e religiosidades politeístas. Rafael Nolêto é o autor da capa deste livro.

Ramon Vieira de Carvalho é barrense de berço e de coração. Nasceu bem próximo das águas mornas e caudalosas do rio Marataoã, no Hospital Leônidas Melo, no começo da tarde do dia 18 de agosto de 1981. Filho de Francisco Vieira de Carvalho, cearense radicado em Barras-Pi, e Maria de Jesus Pachêco de Carvalho, barrense da gema. Da mãe herdou a leniência como modo de encarar a vida e a firmeza de talhá-la, diariamente, moldando e construindo a índole de quem tem necessidade de fazer o bem; do pai o gosto pelo esporte, pela música, pela leitura e pela escrita. Graduado em Letras-Português pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, em 2004, e pós-graduado em Docência, Gestão e Supervisão Escolar. Entrando, através de concurso, para o funcionalismo público estadual e municipal residindo, desde de sempre, na “*Terra dos poetas e intelectuais*”. Desenvolve um trabalho de garimpagem de fotografias antigas da cidade de Barras e do Piauí. Amante fervoroso e estudioso de sua terra natal, da história, do passado glorioso, dos poetas anônimos e famosos, dos intelectuais e políticos da “*Terra dos Governadores*”. Participou das obras: Homenagem aos vaqueiros e roceiros – o reconhecimento que faltava, de Adrião Neto, 2017; Rua grande de Barras do Marataoã – crônica, memória e canção de Dilson Lages Monteiro, 2022. Antenor Rêgo Filho, escritor barrense, se refere a ele em seu livro Dicionário do Piauí (2016) como: “*Professor Ramon Vieira, mestre da arte foto-histórica, possui magnífico acervo histórico-fotográfico da cidade de Barras*”. Contribui com

trabalho voluntário afim da preservação da memória de sua cidade natal, Barras do Marataoã, nos órgãos públicos organizando, recuperando e digitalizando documentos. No ano de 2024 ocupa, concomitantemente, a cadeira de Secretário Municipal de Educação de Barras e o Trono de Salomão da Loja Maçônica Matias Olímpio nº 1871 como Venerável Mestre daquela oficina de aplicada benevolência.

Valdeci Cavalcante (Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante) – Nasceu em 1952 na cidade Parnaíba, Piauí. É advogado formado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e autor de dez obra publicadas. Possui pós-graduação em Direito do Trabalho, Administração e Recursos Humanos e em Planejamento Educacional. Professor da Universidade Federal do Piauí, da Escola Superior da Magistratura e da Escola Superior de Advocacia. É empresário do Setor de Comércio de Bens, Serviços e Turismo; Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio e Presidente do Sistema FECOMÉRCIO SESC/SENAC no Piauí. Em 2023, assumiu o cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil no Estado Piauí. É membro do Conselho Nacional do SESC, SENAC e CNC; foi presidente do SEBRAE/PI e do Conselho Consultivo da Junior Achievement; Presidente da Academia Maçônica de Letras; Membro da Academia Mundial de Letras da Humanidade – seccional Piauí; Membro da Academia de Ciências do Estado do Piauí; Membro do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Parnaíba; Membro da Academia Piauiense de Letras; Membro da Academia Campomaiorense de Ciências, Artes e Letras; Membro da Academia Parnaibana de Letras; Membro da Academia de Letras da Região de Sete Cidades; Membro Fundador e Presidente de Honra da Academia Parnaibana de Direito e Membro da Academia Teresinense de Letras. (Fonte: “Simplício Dias da Silva: O Herói e sua Epopeia”, de Valdeci Cavalcante, p. 11).

Vicente de Paula Araújo Silva - Parnaibano da gema, é descendente de índios, negros e colonos portugueses que adentraram no Piauí, vindos da Bahia e Pernambuco. Nasceu em 28 de dezembro de 1943, e profissionalmente, até aposentar-se, desenvolveu atividades laborais: Comercial e Industrial [Auxiliar de Escritório] – Estabelecimentos James Frederick Clark S/A, Parnaíba (PI) e Indústria e Comércio Dunorte S/A, Rio de Janeiro (RJ); Bancária [Funcionário] – Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A, Rio de Janeiro; Pública – Fábrica de Material de Comunicações do Exército, Rio de Janeiro; Técnico em Eletrotécnica – Distribuição de Energia Elétrica [Projetos e Montagens], no Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí; Magistério – Escola Técnica Estadual Ministro Petrônio Portela e Colégio Estadual Lima Rebelo, Parnaíba (PI). Após seu regresso à Parnaíba, na segunda metade dos anos 70, vem colaborando na mídia impressa e eletrônica com artigos que tratam do cotidiano e história da cidade. Poderão ser lidos seus escritos em algumas revistas, e páginas do Jornal Inovação, Jornal Norte do Piauí, Jornal Correio do Povo, Acesso 343, Blog do Pessoa, Blog do Mário Pires, Jornal da Parnaíba, Blog do Poeta Elmar Carvalho, Pró-Parnaíba e Almanaque da Parnaíba. É de sua autoria o livro HISTÓRIA DA REGIÃO DA PARNAÍBA – 1699 A 1799 – VILLA DE NOSSA SENHORA DE MONSERRATHE DA PARNAÍBA E VILLA DE SÃO JOÃO DA PARNAHIBA, que, no seu conteúdo, descreve fatos que contribuíram para a historicidade da região onde está situada a cidade de Parnaíba. Membro da Academia Piauiense de Cultura, da Academia Mundial de Letras da Humanidade e da Academia Parnaibana de Letras.

BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO NETO. **Dicionário Biográfico Escritores Piauienses de Todos os Tempos**. Halley S.A. Gráfica e Editora, Teresina, PI, 1995.

ADRIÃO NETO. **Geografia e História do Piauí**. Ed. 6. Nova Expansão Gráfico e Editora Ltda, Timon, MA, 2010.

ADRIÃO NETO. **Parangolé**. Ed. 2. Gráfica do Povo, Teresina, PI, 2012.

ADRIÃO NETO. **Raízes do Piauí**. Nova Expansão Gráfico e Editora Ltda, Timon, MA, 2010.

ANDRADE, Evonaldo Cerqueira de. **Piripiri de Antanho**: as Festas Religiosas. Portal Piripiri Cultural, 23/11/2016, 22h02. Disponível em <https://piripiricultural.com.br/piri2/colunas/39-piripiri-de-antanho>). Acesso em 10 de set. de 2024.

ANDRADE, Evonaldo. **Piripiri de Antanho**: as Festas Religiosas. Portal Piripiri Cultural, 23/11/2016, 22:02 h.

Arquivo da Sé, São Luís, Maranhão. **Livro de casamentos de 1790 a 1798**. p. 58 e 158v, citado no livro: “Enlaces de Família – uma grande genealogia em construção”, de Valdemir Miranda de Castro, Edição do autor/Edufpi, Teresina, PI, 2014.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí**. Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Teresina, PI, 1994.

BRANCO, Domingos Pacífico Castelo. **Em Defesa da Memória do Coronel Pacífico da Silva Castello Branco**. por seu filho Domingos Pacífico Castello Branco – Tipographia Simão, Maranhão, 1935.

BRANDÃO, Carlos Augusto Pires Brandão; MIRANDA, Lossian Barbosa Bacelar. **Demonização e Mitificação de Luís Carlos da Serra Negra**. Disponível em:

https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/recursos/anais/3/1340394649_ARQUIVO_DemonizacaoENHO2012UFRJ.pdf

BRITO, Anísio. **Obra Reunida de Anísio Brito**. (Organizada por Reginaldo Miranda). Teresina: Academia Piauiense de Letras/ Casa Anísio Brito, 2018. (Coleção Centenário, 45).

BRITO, Bugya. **Quatro Escorços Biográficos**: Clóvis Beviláqua, Visconde da Parnaíba, Simplício Dias da Silva e Antônio Veras de Holanda. Folha Carioca, Rio de Janeiro, RJ, 1978.

CAMPOS, Humberto de. **Memória Inacabadas**, 1933.

CASTRO, Valdemir Miranda de. **Enlaces de Família**: Uma Genealogia em Construção. Edição do Autor/EDUFPI, Teresina, PI, 2014.

CASTRO, Valdemir Miranda de. **Esperantina, Cidade da Gente**: Estudos Regionais, Ensino Fundamental. Didáticos Editora, Fortaleza, CE, 2020.

CAVALCANTE, Valdeci. **Simplício Dias da Silva**: O Herói e sua Epopeia. Siart, Parnaíba, PI, 2024.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa, Fundação Cultural Mons Chaves**. Teresina, PI, 2013.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí**. Ed. 3. Halley S/A Gráfica e Editora, Teresina, PI, 2015.

COSTA, F. A. Pereira da. **Cronologia Histórica do Estado Maranhão**. Ed. 3. Coleção Grandes Textos 9, Teresina: APL/FUNDAC, 2010.

COSTA, Nelson Nery. **História Piauiense**: aventura, sonho e cultura. Ed. 2. Teresina: Academia Piauiense de Letras/ Piauí Agora Edições, 2020. 968 p. (Coleção 100 Anos, 1).

FERRAZ, Antônio Leônicio Pereira; Raúl Fausto Castello Branco Barreto, Estevão Gonçalves Castello Branco, Mário Castello Branco

Barreto, Eurico Torres Cruz, Anônio Borges Leal Castello Branco e Luiz Novaes Castello Branco. **Apontamentos Genealógicos de D. Francisco da Cunha Castello Branco** (seus ascendentes e descendentes). Oficina Industrial Graphica, Rio de Janeiro, RJ, 1926.

FERREIRA, Edgardo Pires. **A Mística do Parentesco**. V. 2. (Piauí / Rio de Janeiro), Livraria Corrêa do Lago Editora, São Paulo, SP, 1992.

GETIRANA, Luiz Mário Morais. **História de Pery-Pery a Piripiri** (Parte II), Portal Piripiri Cultural, 24 maio 2017, 22h38. Disponível em: <https://piripiricultural.com.br/piri2/historiando/96-historia-de-pery-pery-a-piripiri-parte-ii>). Acesso em: 10 de set. de 2024.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado**. Halley S.A. Gráfica e Editora, Teresina, PI, 2003.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Editado em 1811.

LUSTOSA, Karithiane Karithiúce Haffizza Mil Medeiros. Domingos de Freitas Silva para além das rupturas e para toda a eternidade: o homem vestido de batina. Contraponto. **Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI**. Teresina, v. 3, n. 1, agosto de 2014.

MARQUES, Renato Neves. **19 de Outubro, o Dia do Piauí**. Parnaíba, PI, 2000.

MAVIGNIER, Diderot. **A Maçonaria e a História da Independência no Piauí**. Ed. Parnaíba: Parnaíba, 2015.

MAVIGNIER, Diderot. **Padre Domingos de Freitas Silva: de Olinda a Perypery**. Portal Piracuruca, 30 dez. 2020. Disponível em: <https://portalphiracuruca.com/historia/padre-domingos-de-freitas-silva-de-olinda-a-perypery/>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

MELO, Cléa Rezende Neves de. **Memórias de Piripiri**. Brasília: s. e., 1996.

MENEZES, Maria Luíza Motta de. **José Francisco de Miranda**

Osório e seus Descendentes. Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, CE, 1980.

MIRANDA, Reginaldo. **Padre Domingos de Freitas, patriarca de Piripiri.** Portal Entretextos, 23 out. 2022, às 20h18. Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/padre-domingos-de-freitas-patriarca-de-piripiri>. Acesso em: 10 de set. de 2024.

MIRANDA, Reginaldo. **Piauienses Notáveis:** coleção centenário 137. Academia Piauiense de Letras, Teresina, PI, 2019.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a História do Piauí.** Ed. 3. Teresina: FUNDAPI/ Fundação Monsenhor Chaves, 2007, vol. 1 (2007a) e vol. 2 (2007b).

PASSOS, Caio. **Parnaíba, Cada rua Sua História.** Edição do autor, Parnaíba, PI, 1982.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia Histórica do Estado do Piauí:** desde os tempos primitivos até a Proclamação da República. 3.^a ed. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2010 (1.^o vol.) e 2015 (2.^o vol.). (Coleção Centenário da APL – n.^o 17 e n.^o 18).

PEREIRA, Tulio Augusto de Paiva. A igreja católica e a escravidão negra no Brasil a partir do século XVI. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 03, Ed. 05, Vol. 05, pp. 14-31, Maio de 2018. ISSN:2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/igreja-catolicao>

SANTANA, Judith Alves. **O Padre Freitas de Piripiri:** Fundador da Cidade). Piripiri: Gráfica Ideal, 1984.

SANTANA, Judith. **Piripiri.** Edição da autora, Piripiri, PI, 1978.

SILVA, Josias Clarence Carneiro da. **Simplício, Simplição da Parnaíba** (Lenda do Piauí). Editora Correio de Timon Ltda, Timon, MA, 1978.

SILVA, Vicente de Paula Araújo. **História da Região da Parnahiba,**

1699 a 1799 – Villa de Nossa Senhora de Monserrathe da Parnahiba e Villa de São João da Parnahiba. Siart, Parnaíba, PI, 2021.

SITE DOS MORMONS (Familysearch)

TOLLENARE, L. F. de. Notas Dominicaes Tomadas Durante uma Residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818. **Journal do Recife**, PE, 1905.

